

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º - Tels. 76 97 05 - 76 97 44 - 76 97 51 - 77 98 28 ★ Composição e Impressão - Heska Portuguesa ★ Distribuição - Distribuidora «O SÉCULO»

ANGOLA INDEPENDENTE!

Agostinho Neto, Presidente da República Popular de Angola — Luanda-Angola

Em nome de todos os membros do Partido e certo de interpretar os sentimentos da classe operária e das massas populares de Portugal, o Comité Central do Partido Comunista Português felicita-o vivamente pela sua designação como primeiro Presidente da República Popular de Angola.

Saudando o novo Estado independente e soberano, fazemos ardentes votos para grandes vitórias do povo angolano na realização das novas tarefas que se lhe colocam.

Vencendo as resistências das forças reaccionárias e conservadoras que em Portugal procuram impedir o prosseguimento da nossa revolução e se mostram hostis para com a República Popular de Angola, lutamos e lutaremos pelo estabelecimento de relações de amizade e cooperação entre os nossos dois países.

O povo de Angola e o MPLA poderão contar sempre com a solidariedade activa e fraternal do PCP na luta contra a agressão imperialista, pela libertação completa da sua pátria, pela construção de uma Angola livre, democrática e progressista. Lisboa, 11 de Novembro de 1975. O Comité Central do Partido Comunista Português

- Reportagem da proclamação da independência de Angola pelo enviado especial do «Avante!» a Luanda
- Nota do PCP sobre a independência
- Hoje como sempre com o povo angolano

(páginas centrais)

AGOSTINHO NETO
PRESIDENTE DO MPLA

Lamentando impossibilidade de ausentar-me neste momento de Portugal e agradecendo vosso honroso convite saúdo ardentemente independência de Angola que coroa luta heróica do povo angolano dirigido pelo MPLA. Lutaremos pelo estabelecimento relações amizade estreita cooperação entre novo Estado angolano e Portugal democrático fundadas na igualdade e respeito mútuo dos interesses e não ingerência questões internas. Votos vitória definitiva e completa contra agressores a soldo dos imperialistas poderão contar sempre como contastes passado com solidariedade fraternal e activa dos comunistas e trabalhadores portugueses. Álvaro Cunhal



7 DE NOVEMBRO

Álvaro Cunhal no comício comemorativo do 7 de Novembro: «A criação da vanguarda revolucionária da classe operária portuguesa, o Partido Comunista Português, em 1921, está indissolivelmente ligada à vitória de Outubro, às experiências do proletariado russo e do seu partido — o glorioso partido de Lenine» — (págs. 8 e 9)

● Que projecto é esse?

O projecto económico do VI Governo não servé os trabalhadores

● Revolução e demagogia frente a frente na TV

O dr. Mário Soares revela o comprometimento de direita da direcção do PS

● Com tal gente não se pode ir em frente

PS, PPD e CDS numa manifestação reaccionária e anticomunista

(págs. 2 e 3)

GRANDE MANIFESTAÇÃO UNITÁRIA

Domingo, 16 de Novembro, às 16 h. - Marquês de Pombal

Editorial

VIVA A INDEPENDÊNCIA DO POVO DE ANGOLA! VIVA O MPLA SUA VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA!

No dia 11 o povo angolano retomou nas suas mãos o seu próprio destino. No firmamento internacional uma nova nação nasceu. Ao cabo de 500 anos de opressão colonial Angola independente e livre é o fruto da luta patriótica e plena de heroísmo dos seus filhos, o resultado de um longo e aturado trabalho de consciencialização e mobilização dos seus combatentes mais destacados.

Este passo enche de alegria os comunistas portugueses, os aliados mais fiéis e consequentes dos patriotas angolanos, enche de alegria todos os trabalhadores e progressistas portugueses.

Honra e glória ao povo irmão de Angola liberto das cadeias do colonialismo!

Honra e glória ao MPLA, vanguarda revolucionária do povo angolano!

A independência de Angola encerra o ciclo da descolonização portuguesa em África e com ela desaparece do mapa-múndi a maior mancha do colonialismo português, mortalmente atingido pela luta libertadora dos povos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde e também do próprio povo português na sua dura luta contra o fascismo e ao derrubar o regime colonial-fascista em 25 de Abril de 1974.

(Continua na pág. 2)



Dezenas de milhar de trabalhadores da construção civil, em luta pelas suas reivindicações, concentrados ontem frente ao palácio de S. Bento (Ler na pág. 2)

A CONSTRUÇÃO CIVIL EM LUTA

Editorial

VIVA A INDEPENDÊNCIA DO POVO DE ANGOLA! VIVA O MPLA, SUA VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA!

(Continuação da pág. 1)

Na hora actual, dificilmente poderia ser diminuído o significado histórico e político do acontecimento bem como a sua projecção internacional.

Angola, a última posição do colonialismo português em África, é hoje teatro de um drama que polariza os amigos e inimigos de independência do seu povo.

O problema angolano, desde o início da guerra popular libertadora, revestiu-se de particularidades que o individualiza no contexto da política de descolonização levada a cabo por Portugal depois do 25 de Abril.

Pelo volume dos interesses do colonialismo português e do grande capital internacional, Angola converteu-se no alvo principal das actuais actividades de rapina e da estratégia do imperialismo na África negra. Os diamantes, o petróleo, o ferro e outros enormes recursos mineiros e energéticos de magnitude ainda desconhecida tornaram-se objecto de cobiças e rivalidades entre poderosos grupos financeiros e monopolistas dos Estados Unidos, Japão, Alemanha Federal, África do Sul e outros.

Estes grupos de interesses que têm em Angola os seus «homens-de-palha», digladiando-se entre si, tinham, contudo, uma posição comum — o seu ódio ao único movimento libertador do povo de Angola, o único verdadeiramente interessado na real independência do seu país — o MPLA.

Vimos assim, no decurso da política de descolonização, perfilarem-se em Angola de um lado interesses que iam de Washington aos colonialistas portugueses, passando por Mobutu e Spínola, com Holden e Sawimbi, estranhamente associados à República Popular da China e aos racistas da África do Sul e da Rodésia; do outro lado o MPLA e os povos libertados ou em vias de libertar-se do colonialismo e as forças revolucionárias portuguesas, apoiados por todos os movimentos e países progressistas do mundo. Como se apresentam as coisas na hora da independência e da formação da República Popular de Angola, sob a presidência do Dr. Agostinho Neto?

Estranhamente, no momento em que as forças mais tenebrosas do imperialismo e do neo-colonialismo invadem Angola vindas da África do Sul e da República do Zaire, no momento em que os mercenários do ELP e a escumalha dos gangsters internacionais a soldo da CIA, se juntam às hordas de Holden e Sawimbi e semeiam o terror e a morte entre as populações indefesas do Huambo e Lubango; do Lobito e Benguela, no momento em que as forças democráticas portuguesas manifestam de maneira inequívoca o seu apoio ao MPLA e ao reconhecimento do Governo presidido pelo Dr. Agostinho Neto, vemos outras forças e individualidades assumir uma posição oposta, de carácter neo-colonialista. A posição do PS, por exemplo, é surpreendente.

Como é possível repor argumentos que os nossos ouvidos se habituaram a ouvir a Salazar e Caetano?

Não é verdade que em certos círculos se aduzem contra o reconhecimento da República Popular de Angola, sob a égide do MPLA, os estafados argumentos dos governantes colonial-fascistas? Que quer dizer a objecção do reconhecimento da RPA Ir contra a opinião dos «nossos aliados tradicionais»? Será que interessa mais aos portugueses agradar aos «aliados» imperialistas que se têm mostrado inimigos jurados da revolução portuguesa, do que aos povos dos antigos países colonizados e do 3.º mundo?

Que significa dizer que reconhecer o Governo do MPLA é entregar Angola ao comunismo? Quantas vezes ouvimos isto na boca de Caetano? E os velhos argumentos fascistas quanto à defesa do Atlântico Sul no âmbito da NATO?

Como se pode objectar ao reconhecimento com base nas críticas (mais que justas) do MPLA ao VI Governo Provisório?

Que o PPD tome uma posição absolutamente reacçãoária em relação à luta do povo de Angola não há qualquer incoerência nisto conhecidas as posições fascistas dos seus principais dirigentes, especialmente Sá

Carneiro, quanto ao processo revolucionário em Portugal. Que o mesmíssimo PPD ameace abandonar o Governo se for reconhecida a República Popular de Angola, prestaria até um alto serviço aos portugueses.

Que o PS se proponha seguir as mesmas pisadas é ainda uma coisa surpreendente. Sem dúvida que há uma linha de coerência com a «opção» do Terreiro do Paço. O discurso do almirante Pinheiro de Azevedo tem uma estreita relação com a posição assumida na questão do reconhecimento da República Popular de Angola. Quando se fala na recuperação do processo revolucionário tentada pelas principais forças e individualidades integradas no VI Governo Provisório sem dúvida que a política de descolonização é uma pedra de toque da política geral do Governo.

É profundamente significativo de uma posição reacçãoária empregar táticas dilatórias à espera de avanços das forças mercenárias de Holden, Sawimbi e do ELP e a alegria como são acolhidos esses avanços sobre Luanda; o ênfase com que se referem supostos bombardeamentos aéreos da capital angolana pelas forças mercenárias; as preocupações quanto à «segurança» do Atlântico Sul e ao desequilíbrio do dispositivo militar da NATO com um Governo MPLA em Angola.

A tese dos «dois Imperialismos» para justificar a falsidade de uma posição em pessoas que se têm arrogado o papel de artífices da descolonização é francamente indicativa de uma atitude hostil à luta libertadora dos povos coloniais.

E que pensar de considerações sobre a oposição dos «retornados» ao reconhecimento da República Popular de Angola pela VI Governo? É uma realidade facilmente constatável o isolamento e a animosidade crescentes da parte do nosso povo quanto às provocações dos elementos reacçãoários regressados de Angola. Tais elementos, com os quais não devem confundir-se os retornados trabalhadores que se esforçam por se integrar na nova realidade do seu país, estão a despertar nas massas populares um sentimento de segregação justificado. É a estes retornados que se reportam os escrúpulos dos adversários do MPLA?

Que pensarão destas posições reacçãoárias os militares do 25 de Abril que fizeram da descolonização um dos móveis mais nobres da sua luta heróica? Vão estes militares aceitar a desonra de uma posição de hostilidade para com o MPLA que se mostrou o único e legítimo representante do povo lutador de Angola?

Vão os militares do MFA mostrar-se indignos daquilo que mais os elevou aos olhos dos povos que os admiram?

Nós estamos certos que nunca o fariam. Prestamos essa justiça aos portugueses fardados do 25 de Abril.

Entre as forças que desde a primeira hora têm apoiado a luta libertadora dos povos coloniais está o PCP.

Para os comunistas portugueses a fraternidade e o carácter profundamente solidário da luta comum dos povos de Portugal e dos países até há pouco submetidos pelo colonialismo português foram sempre uma constante na teoria e na prática revolucionária. É esta posição consequente que determina a posição do PCP relativamente à luta do povo angolano e à sua vanguarda revolucionária, o MPLA. Na hora da independência de Angola os comunistas portugueses lá estiveram em Luanda como únicos representantes do nosso povo. Nessa condição foram distinguidos pela imensa ovação dos angolanos. Nos dias difíceis que os patriotas de Angola vão atravessar o governo superiormente dirigido pelo camarada Agostinho Neto saberá encontrar nas energias do seu povo, no élan revolucionário dos heróicos combatentes do MPLA e na solidariedade de todos os povos amantes da liberdade e da paz — entre os quais o nosso povo — a força necessária para bater os inimigos do povo angolano, que são os mesmos do povo português. A inabalável confiança dos comunistas portugueses val inteira para os lutadores e patriotas angolanos sob a direcção experimentada do MPLA.

Longa vida à República Popular de Angola!

COM TAL GENTE NÃO SE PODE IR EM FRENTE

O comício promovido em Lisboa pelo PS e pelo PPD teve um carácter claramente reacçãoário. A palavra de ordem «Pinheiro em frente, aqui tens a tua gente!» vale por uma advertência. Essa gente quer tudo, excepto o socialismo

A TV pode, com uma hábil colocação das câmaras mostrar uma densa multidão no comício de domingo que a realidade observada verificou ser pouco mais de metade do que se procurou trazer aos olhos do público. Mas a mistificação política é mais difícil que a mistificação pela imagem. E não engana ninguém.

Durante o discurso que leu no domingo, no Terreiro do Paço, o primeiro ministro afirmou por duas vezes que tinha perante ele o povo. Como o texto fora preparado com antecedência, é de desejar que tenha, entretanto compreendido o erro cometido. Muitos milhares de pessoas que compareceram respondendo à convocação do PS e do PPD, não têm o menor interesse em contribuir para a sociedade sem classes, revolucionária e socialista, a que fez menção o almirante Pinheiro de Azevedo. Demonstraram, sim, por actos e palavras, que desejam a contra-revolução, que desejam a repressão, que estão dispostos a lutar pela sobrevivência do capitalismo e pela destruição das grandes conquistas dos trabalhadores portugueses.

As palavras de ordem gritadas durante o comício são esclarecedoras da opção de classe, do jogo de alianças, dos fins dos partidos e forças cujos militantes se concentraram no Terreiro do Paço. «Eis alguns dos «slogans» que berravam a plenos pulmões: «Disciplinal», «Pára-queidista amigo o povo está contigo!» (em clara alusão ao atentado contra a Rádio Renascença), «Calar de vez, Rádio Clube Português!».

Houve muitas vivas ao coronel Jaime Neves e mais vivas ainda à PSP e ao AMI. A palavra de ordem mais gritada — «Pinheiro, em frente, aqui tens a tua gente!» não terá, à força de repetida, deixado de impressionar o primeiro ministro. Tem o peso de uma advertência. Com tal gente a apoiar-lo não há governo que possa ir longe.

O primeiro ministro deveria ter sérios motivos para ficar inquieto. Quando os militantes do PPD gritam a plenos pulmões «Unidade», lado a lado com o PS e as hostes do CDS camufladas entre a multi-

dão por acordo com os organizadores; quando se aclama o AMI e se aponta a PM como «unidade de tração»; quando se pede a morte de um soldado revolucionário como o almirante Rosa Coutinho, e companheiro da mesma arma do senhor almirante são ovação dos oficiais partidários da repressão — não há dúvida de que essa gente quer tudo, excepto o socialismo. É verdade que houve cómicos atrevidos entre militantes do CDS e do PPD. Os últimos simularam não gostar do apoio dos primeiros. Uma bandeira do CDS chegou a ser queimada. Mas ficou tudo em família. Sintomaticamente, para exprimir os seus sentimentos fraternos, os entusiastas do CDS traziam, com a bandeira do seu partido, autocolantes do partido do sr. Sá Carneiro. Quando aludiu a uma quinta coluna da reacção cujos membros se apresentam «vestidos de revolucionários», o primeiro ministro não pensava, ficou claro, na multidão que misturava os vivos ao socialismo, com os vivos ao AMI. Mas, na realidade, esteve rodeado no Terreiro do Paço por uma massa entre a qual se destacava uma autêntica quinta coluna da reacção.

Outro tom que caracterizou essencialmente a manifestação foi a virulência do anticomunismo expresso pelos que se deslocaram ao Terreiro do Paço, extravasando todo o seu ódio em palavras de ordem de morte aos comunistas, manifestando toda a sua fúria contra o nosso Partido, num anticomunismo só comparável às acções de destruição e incêndio que a reacção desencadeou contra os Centros de Trabalho do PCP em algumas localidades do centro e do norte do País.

O discurso do sr. almirante Pinheiro de Azevedo agradou muito ao auditório, provocando nele reacções de entusiasmo que não contribuíram certamente para que seja atingido aquele objectivo prioritário definido na plataforma do VI Governo: o pleno restabelecimento da legalidade democrática e revolucionária comprometida pela violência da reacção. É sempre oportuno ter presente que os caciques do PPD e do CDS que co-

mandaram assaltos e saques a sedes de partidos progressistas diziam agir em nome de maiorias democráticas. Ao estabelecer uma fronteira pouco clara entre o comportamento político de certas maiorias eleitorais e de forças e partidos menos favorecidos pela aritmética do voto, o primeiro ministro pode ter oferecido um estímulo a novas acções de violência incompatíveis com a plataforma com que se apresentou ao País. Os aplausos frenéticos com que os manifestantes saudaram a sua referência à acção exercida contra as instalações da Rádio Renascença são também significativos e dignos de meditação. Para o primeiro ministro tratou-se de uma iniciativa resultante de «deliberação oportuna do Conselho da Revolução».

cumprida por uma força militar com «Disciplina consentida». Os aplausos e a concordância do PPD, do CDS, do PS, do MRPP, da AOC e do chamado Pcp-ml não são aplausos revolucionários. São aplausos de forças que exprimem e defendem os interesses da burguesia. Aplausos que contrastam com a repulsa que a acção da força do AMI provocou não apenas entre os trabalhadores e os partidos progressistas como no seio das próprias Forças Armadas e, de modo especial, entre os para-quedistas de Tancos.

Realmente, com essa gente não se pode ir em frente. Tal gente está disposta a lutar pelos monopólios, pelo latifúndio, contra o socialismo. É sobretudo a montar provocações. Como se viu domingo, no Terreiro do Paço.

GRANDES INICIATIVAS DO
Avante!
NO PRÓXIMO FIM-DE-SEMANA
DIAS — 15 E 16
NO

GRANDE FESTIVAL
POPULAR
DE OUTONO
MERCADO DO POVO

QUE PROJECTO É ESSE?

O VI Governo divulgou um plano económico que não serve os interesses do Povo Português, mas sim os daqueles que pretendem uma recuperação capitalista da Revolução do 25 de Abril

Os vários esboços de planos económicos de emergência elaborados antes do 11 de Março ficaram todos no papel. Foram superados pela evolução dos acontecimentos. As forças políticas progressistas estavam certas ao criticar esses planos, saídos das congeminações tecnocratas de ministros conservadores dos Governos Provisórios. Os trabalhadores demonstraram na prática revolucionária que era necessário e possível ir muito mais longe. Não teríamos desmantelado os monopólios, não teríamos nacionalizado dezenas de gigantescas empresas, não teríamos arrancado com a Reforma Agrária de acordo com a lógica desses planos. Não eram planos concebidos para corresponder às exigências de uma revolução democrática rumo ao socialismo. Eram planos que reflectiam a mentalidade, os métodos, os objectivos, a lógica do capitalismo ameaçado, mas em luta pela sua sobrevivência.

A ideia dos planos de emergência ficou tão desacreditada que o VI Governo não retomou agora a fórmula e o título. Ao tornar público um documento-plano aprovado em Conselho de Ministros apressou-se a declarar na introdução que não se trata de um Plano Económico de Emergência em preparação, mas apenas de um documento guia para o debate, a nível do Governo, da «natureza geral da política económica a seguir».

Aprovou, pois, o Conselho de Ministros, na generalidade, a política económica a seguir.

O documento indica além disso medidas pontuais, concretas, algumas das quais, aliás, corretas. Não estão no entanto essas medidas concretas aprovadas, razão por que, quando se lhes fizer referência, adiante, o propósito é, fundamentalmente, ilustrar as linhas gerais da política económica que o documento preconiza.

Mas qual é, afinal, a «natureza geral da política económica a seguir»?

Novos títulos, novos rótulos, novos rumos?

A leitura do documento dissipava as dúvidas.

A «natureza geral da política económica» esboçada deixa transparecer uma orientação que, no fundamental, visa travar o passo, nuns casos, e recuperar noutros, às grandes conquistas económicas da nossa revolução. Atacam-se as nacionalizações, a Reforma Agrária fica a aguardar que o Ministério respectivo se pronuncie — em suma, pretende-se retirar aos trabalhadores portugueses a possibilidade de continuarem a transformar a nossa economia rumo ao socialismo.

O documento-plano não fica, porém, por aqui. Cortando o passo ao avanço do processo de transformação da economia portuguesa rumo ao socialismo, como pretendem os seus autores, haveria que substituir a iniciativa dos trabalhadores... por outra iniciativa. De

quem, não o diz o documento claramente. Mas bem se vê que é a iniciativa dos capitalistas que se pretende introduzir, meio às claras meio à sorrelha, quando se diz que é necessário estabelecer a confiança no sistema, e quando se vê, como veremos mais adiante, quais as medidas para tal preconizadas.

Pretende-se em síntese, na filosofia do documento-plano, substituir a iniciativa dos trabalhadores pela dos capitalistas; pretende-se, afinal, restabelecer progressivamente o domínio do capitalismo monopolista sobre a nossa economia e reforçar a exploração dos trabalhadores portugueses.

Chegariam estes objectivos para caracterizar como reacçãoário o documento. O pior é que o regresso ao capitalismo passa pela estabilização da economia, que é como quem diz pela austeridade.

AUSTERIDADE

Os autores do documento-plano têm a noção de que a política de austeridade não é uma política popular. Têm razão. A política de austeridade que propõem não é, de modo nenhum, popular.

Corresponde também a alguma verdade dizer-se, como o faz o documento, que a «população está neste momento preparada para compreender a necessidade de certos sacrifícios».

É verdade que o nosso povo compreende a necessidade de certos sacrifícios; é ainda verdade que o nosso povo está disposto a fazer os sacrifícios que forem necessários para que sejam resolvidos os sérios problemas económicos que, neste momento, Portugal enfrenta.

Mas as questões decisivas são outras.

A questão decisiva é sabermos quem é que vai ser atingido por esses sacrifícios; a questão decisiva é, além disso, sabermos para quê, quem vai beneficiar desses sacrifícios.

Não é, uma vez mais, no sentido de defesa dos interesses dos trabalhadores que a resposta é dada, no documento, às questões postas. Medidas para conter os salários, chegando-se mesmo a falar na sua redução, aumentar os preços dos bens essenciais, directamente ou com maiores impostos, não faltam. O que pouco se nota são as medidas para atingir os lucros, os altos rendimentos. Em relação aos seus detentores, ou nada se prevê ou se apontam medidas que, na prática, os não atingem.

Austeridade assim é que não! Austeridade para os trabalhadores; deixando de fora quem mais pode, e deve, suportar os sacrifícios é que não!

E, depois, austeridade em benefício de quem? Sacrifícios dos trabalhadores para recuperar, como vimos, a economia portuguesa para o capital? E esperam os seus autores, como no documento ex-

pressamente se afirma, mobilizar o nosso povo para aceitar esta política?

Não contem, senhores do documento, com o apoio da classe operária, dos trabalhadores portugueses, para apoiar políticas de austeridade reacçãoárias, profundamente lesivas dos seus interesses imediatos e contrárias aos ideais do socialismo já tantas vezes afirmados, e defendidos, por cada vez mais amplas camadas do nosso povo.

Os trabalhadores portugueses têm uma longa experiência dos sacrifícios e das austeridades como as que são propostas no documento-plano. Chegaram quarenta e oito anos.

NACIONALIZAÇÕES

Não são poucos os ataques que o documento faz às iniciativas dos trabalhadores, às nacionalizações, às intervenções do Estado nas empresas.

Fala-se na necessidade de «regularizar juridicamente as situações das empresas ocupadas pelos trabalhadores»; fala-se em publicar «legislação que defenda as empresas da sua ocupação por trabalhadores e de saneamentos arbitrários»; fala-se, enfim, em rever os decretos 660/74 e 222-B/75 no sentido de dar confiança aos capitalistas para fomentar o investimento privado.

Estaremos de acordo em que há situações jurídicas a regularizar; estamos ainda de acordo em que nem todas as ocupações, nem todos os saneamentos foram justificados; também se concordará em que haja algo a rever nos decretos 660/74 e 222-B/75.

Com o que não estamos de acordo é que se fale em legislação que proteja os trabalhadores de administrações desastrosas, lançando-se no «saneamento», ou melhor no «desemprego»; com o que, enfim, também se não pode concordar é que a legislação da intervenção do Estado não seja revista, e cumprida, mas no sentido do interesse dos trabalhadores, defendendo-os de manobras do patronato e dos seus caceteiros como nos casos de Manuel Gonçalves e da Facar.

De todos estes problemas, de todas estas situações irregulares provocadas pelo patronato e seus lacaios, bem mais importantes em número do que os erros que os trabalhadores terão cometido — de tudo isso, nem palavra.

Os trabalhadores portugueses não aceitam a vossa teoria, antes a rejeitam firmemente. Os trabalhadores portugueses, de quem os autores do documento esquece os enormes esforços para lançarem tantas e tantas empresas, os trabalhadores portugueses, dizia-

mos, não aceitam as responsabilidades que são do patronato e que agora lhes querem lançar aos ombros, numa tentativa clara para abrir caminho a novas manobras de regresso dos patrões.

Não aceitam ainda os trabalhadores portugueses a teoria do documento, segundo a qual são também eles os principais responsáveis pelos prejuízos que as empresas nacionalizadas irão ter este ano. A classe operária, e de uma maneira geral todos os trabalhadores, já provaram em tantos casos, e saberão continuar a provar ao nosso povo, que são os capitalistas os responsáveis pela situação desastrosa em que se encontram as empresas, situação essa que, como não poderia deixar de ser, terá os seus reflexos nos resultados negativos que se irão obter. Deixou-se ao patronato a liberdade de todas as vigalices antes da intervenção ou da nacionalização... e agora aqui delatamos que são os trabalhadores os responsáveis pelos prejuízos das empresas.

Mais uma vez não, senhores do documento.

A REFORMA AGRÁRIA

Alguns dos grandes problemas nacionais são abordados no documento. É o caso da Reforma Agrária. É um tema sobre o qual — assinala-se — «deverá ser ouvido o Ministério respectivo». Entende-se. É na frente da Reforma Agrária que a Revolução tem alcançado muitas das suas vitórias mais significativas, é nos campos de Beja, Évora, Portalegre, Setúbal e Santarém que o processo avança, apesar do recuo político registado a nível nacional. As estruturas capitalistas não podem ser reconstituídas na zona dos antigos latifúndios. A Reforma Agrária é, portanto, esquecida num projecto económico que caracteriza uma etapa da contra ofensiva desencadeada pelas forças e partidos da burguesia. Sabe-se que para arrancar as herdades colectivas ao proletariado rural do Sul seria necessário um banho de sangue.

O documento-plano não diz tudo. É somente uma declaração de intenções. Os seus autores lembram que «a natureza delicada» de certas iniciativas a propor, pelo impacto que o seu conhecimento prévio poderia desencadear, ou não são mencionadas ou a sua descrição é feita de forma sumária.

Pela amostra, os trabalhadores podem calcular o que será o desdobramento do plano. Os comícios de apoio do PPD, do PS e do CDS ao VI Governo — com orquestração do MRPP, da AOC e do chamado Pcp-ml — são reveladores do clima que a burguesia deseja criar para impôr a recuperação do capitalismo.

MANIFESTAÇÃO DOMINGO EM LISBOA

Na sua luta contra a ofensiva declarada das forças de direita e as acções terroristas da contra-revolução, as massas trabalhadoras e a população de Lisboa manifestarão no próximo domingo a sua determinação face ao avanço do processo revolucionário, não permitindo que através de uma falsa linguagem de esquerda sejam destruídas as conquistas já alcançadas pelos trabalhadores e se regressasse ao regime de repressão e exploração que os últimos acontecimentos indicam.

Fartos de meio século de fascismo os trabalhadores e a população em geral, da zona da Grande Lisboa, correspondendo ao apelo feito pelas comissões de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, concentrar-se-ão, no próximo domingo, pelas 16 horas, na Rotunda do Marquês de Pombal, junto ao Parque Eduardo VII.

Dai, a manifestação popular

unitária, que é apoiada pelo nosso Partido, dirigir-se-á para o Terreiro do Paço. Algumas das palavras de ordem já aprovadas para a grande manifestação das massas populares dizem respeito à actual situação política e são, nomeadamente, «Contra o fascismo!», «Contra a aliança e o fascismo!», «Contra a aliança da direita!», «Pela Reforma Agrária!», «Pela defesa e avanço das conquistas da Revolução!».

Para esta importante jornada

de luta do povo trabalhador o Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa apela para o apoio de todas as organizações unitárias, nomeadamente Comissões de Moradores, Assembleias Populares, Sindicatos e também o apoio de todos os soldados, sargentos e oficiais progressistas, para que a Revolução Portuguesa possa caminhar decididamente rumo ao socialismo.

TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO EM LUTA

Com uma adesão quase total por todo o País a greve dos trabalhadores da construção civil constitui, ontem, uma grande jornada de luta e milhares e milhares de operários que se manifestaram em Lisboa pelo reconhecimento, por parte do Governo, das suas reivindicações, encheram por completo o largo fronteiro ao Palácio de S. Bento.

O povo — o povo trabalhador — estava ali para manifestar ao VI Governo Provisório o seu descontentamento pelo facto de ainda não terem sido reconhecidas as justas reivindicações dos operários da construção civil, tanto mais que o Ministério do Trabalho, numa política de avestruz, em vez de dialogar com os trabalhadores preferiu encerrar as instalações espalhadas por todo o País. Como a avestruz, que esconde a cabeça quando surgem problemas, também o Ministério do Trabalho preferiu responder aos trabalhadores... fechando as portas. Perante

tal comportamento não se vê qual seja a utilidade de um Ministério chamado do Trabalho.

Entretanto, por todo o País, decorreram manifestações idênticas. Em Coimbra os operários manifestaram o seu descontentamento concentrando-se frente ao Quartel General, o mesmo sucedendo na cidade do Porto, onde, facto insólito (ou talvez não, por todo o que ultimamente se tem passado naquela cidade) o Grémio das Industriais da Construção Civil se en-

contrava rodeado por um aparato policial digno dos tempos de Marcelo Caetano, com os agentes da polícia de capacete e viseira.

Mas os trabalhadores da construção civil sabem que na unidade está a vitória para as suas reivindicações, como o exemplifica a greve recente dos metalúrgicos, mesmo que a luta se prolongue e que o Governo Provisório utilize todos os subterfúgios para se tutar ao reconhecimento dos direitos dos trabalhadores.

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA

ORGANIZADA PELA SECÇÃO DE FOTOGRAFIA DO COLECTIVO «AVANTE!»

«SAI SEMPRE»

GRANDE SORTEIO «AVANTE!», DESTA VEZ TRANSFORMADO EM SAI JÁ!

SESSÕES DE AUTÓGRAFOS

DIA 15 E 16 ÀS 12 HORAS
ERNESTO NEVES
AUTOR DO LIVRO DE BANDA DESENHADA
"25 DE ABRIL" AUTOGRAFA-O
PARA AS CRIANÇAS

DIA 15 ÀS 18.30
ESCRITORES COMUNISTAS AUTOGRAMAM
O LIVRO "ABRIL - ABRIL"
ÀS 19 HORAS
MIGUEL URBANO RODRIGUES
AUTOGRAFA O SEU LIVRO
"DA RESISTÊNCIA À REVOLUÇÃO"

LIVRARIA 1.º DE MAIO

PRACETA PORTUGAL

BAIXA DA BANHEIRA

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS,
ARTIGOS DE PAPELARIA,
POSTERS, AUTOCOLANTES, ETC.
LIVROS SOVIÉTICOS
EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS
OBRAS COMPLETAS DE LENINE
(EM FRANCÊS)
OBRAS ESCOLHIDAS DE LENINE
(EM FRANCÊS E ESPANHOL)
OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX E ENGELS
(EM FRANCÊS E ESPANHOL)

REVISTA
INTERNACIONAL
N.º 10
À VENDA

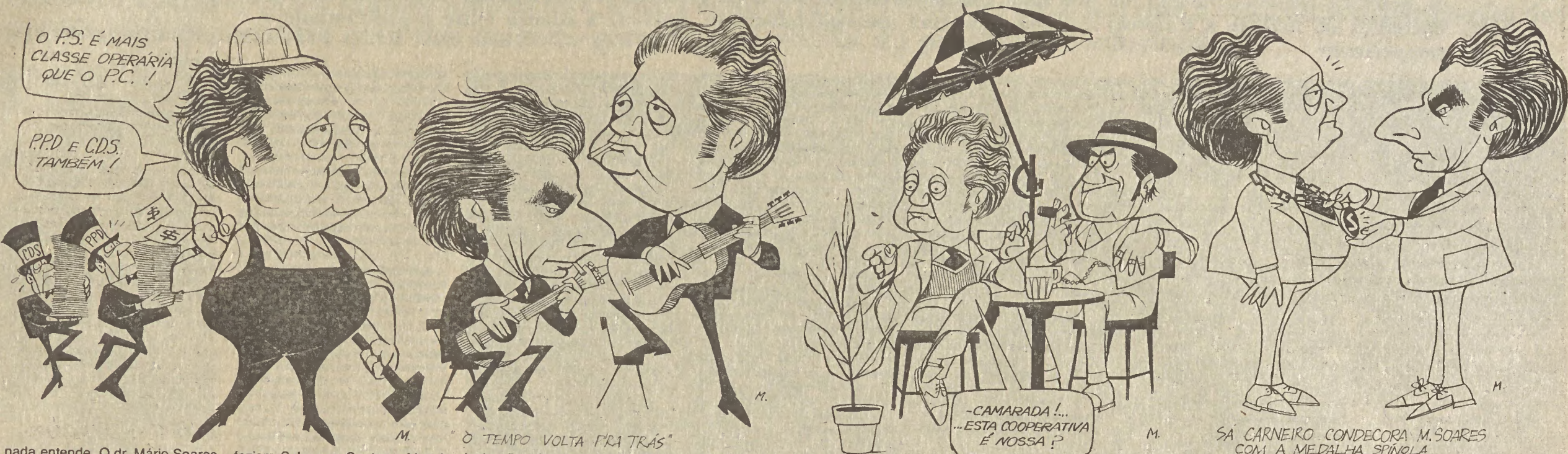
REVOLUÇÃO E DEMAGOGIA FRENTE A FRENTE NA TV

De programas como o do dia 6 não costuma ficar a lembrança de muita coisa. Numa Revolução como a nossa, a rapidez com que os acontecimentos evoluem tende a tornar superadas as análises de situações conjunturais. Mas desta vez não será fácil esquecer algumas das afirmações feitas pelo dr. Mário Soares.

Importa distinguir aquilo que o dr. Mário Soares disse com sede de palmas imaginárias e com o pensamento em futuras eleições — o jogo eleitoral é a sua incurável obsessão — das suas afirmações com um significado político directo e imediato. Entre as segundas inclui-se por exemplo, a de que «o dr. Sá Carneiro é um democrata». Não pode alegar-se que foi um dos muitos lapsos cometidos pelo secretário-geral do PS. O dr. Mário Soares revelou sem rodeios o que pensa do PPD. Na sua opinião o PPD é um partido democrático, um partido progressista, um partido revolucionário.

Ficamos também cientes de que o dr. Mário Soares está cada vez mais preocupado com a sorte de conhecidos fascistas e reacçãoários presos. Desejaria ver os pides julgados. Também nós. Mas como isso não aconteceu por entraves burocráticos, mostra-se inquieto. Na sua opinião todos os presos que ainda não foram julgados e cuja situação é juridicamente anormal deveriam ser imediatamente postos em liberdade. Monopólistas, banqueiros, agrários, oficiais golpistas etc. Até os pides que alinal de contas, «são pessoas humanas»... Esse desabafo foi muito comovedor.

Em matéria de economia política, o dr. Mário Soares foi discreto. Não tinha ao seu lado, para lhe dar sábios conselhos, o dr. Zenha, que é o actual ministro das Finanças, muito embora — como o camarada Alvaro Cunhal salientou — tenha declarado em Conselhos de Ministros, várias vezes, que de finanças



nada entende. O dr. Mário Soares limitou-se, assim, a repetir o que costuma dizer em quase todas as suas entrevistas. Portugal estaria à beira da bancarrota. Provou assim o dr. Mário Soares que nada sabe também de finanças. Portugal não tem dívida externa e possui a terceira reserva-ouro do mundo, equivalente ao preço do metal no mercado livre a 114 milhões de contos, isto é, quase o quádruplo do déficit anual da nossa balança de pagamentos.

Os deslises de linguagem foram, aliás, tantos e tamanhos que seria impossível enumerá-los. O dr. Mário Soares emprega, por exemplo, a palavra «Estado» atribuindo-lhe o valor de entidade abstracta e absoluta.

Exactamente como o fazem sempre os políticos e juristas da burguesia; exactamente como o

faziam Salazar e Caetano. Mas é surpreendente que tal aconteça, pois o dr. Mário Soares empresta também um significado muito pessoal à palavra «esquerda». Afir-mou, por exemplo, categoricamente que o fascismo «também inicialmente começou por ser de esquerda». Para justificar essa aberração teórica, o dr. Mário Soares acusou os anarco-sindicalistas de terem mantido íntimas ligações com os reacçãoários de 1926.

Não é verdade, dr. Soares. Quem apoiou inicialmente os homens do 28 de Maio de 1926, quem apoiou os fascistas foram os socialistas da época (a obra de Ramada Curto é esclarecedora) cujo comportamento tem sido elogiado pelo PS.

Quando teve a oportunidade de abordar questões ligadas à desco-

lonização e à política internacional de modo geral, o dr. Mário Soares foi incapaz de ocultar a sua alegria. Percebeu-se que, no seu entender, a descolonização não foi uma tarefa colectiva cujo mérito cabe, por um lado, aos povos que souberam bater-se por ela e, por outro, ao povo português e ao MFA. Não. De acordo com a visão histórica do dr. Mário Soares, o descolonizador foi ele. Fez tudo, como um super-Kissinger, um novo Metternich. O povo angolano, como protagonista, não conta para o dr. Mário Soares. No momento em que um exército mercenário ao serviço do imperialismo invadiu Angola e se esforça por afogar em sangue a Revolução angolana, o dr. Mário Soares fala em evitar um conflito armado. Quem o ouviu criticar o Conselho Mundial da Paz, retomou os disparates dos rapazes do

MRPP sobre os dois imperialismos, colocar no mesmo prato da balança o MPLA e os fantoches da FNLA e da UNITA, poderia julgar que a questão de Angola estava a ser debatida num comício do PPD ou de um dos grupelhos reacçãoários que se mascaram de maioistas.

Em relação à crise militar, o secretário geral do PS não se saiu melhor do que da prova da descolonização. Revelou em primeiro lugar uma confrangedora falta de memória. Agora pretende meter o MFA no bolso. Fala como se o MFA tivesse sido inventado pelo PS como se o PS tivesse o monopólio do MFA. De um certo MFA, bem entendido, pois o dr. Mário Soares exprimiu sem rodeios a sua aversão pelos oficiais, sargentos e soldados revolucionários.

O secretário-geral do PS tem

uma péssima memória. Já se esqueceu do comício da Alameda, em Julho, durante o qual a massa à qual falou gritava a plenos pulmões: «O povo não está com o MFA!».

O tema reforma agrária foi particularmente ingrato para o dr. Mário Soares. O palco fugiu-lhe debaixo dos pés. Não podia falar da sua pessoa, de reuniões ministeriais, de encontros sigilosos. Não podia, numa palavra, usar e abusar do EU! Não podia citar coisas «famosas» e «célebres» — palavras tanto do seu agrado — ligadas a intervenções suas, como homem que torna famosa uma reunião e célebre um conselho de ministros pelo simples facto da sua presença. No tocante à reforma agrária o dr. Mário Soares nem sequer sabe que nada sabe.

As fronteiras entre a cidade e o

campo, para o dr. Mário Soares, são tão confusas que, temeroso de que alguém fosse adivinhar aquilo que é claro como água, tratou de dizer que os socialistas acompanhavam de perto tudo o que se faz nas herdades colectivas. Não citou o nome de uma só cooperativa cujos problemas conheça, mas foi adiantando que os dirigentes socialistas podem ser vistos nos cafés de Beja, até tomando um copo com trabalhadores. Será em Beja, nos cafés, que se faz a Reforma Agrária?

O dr. Mário Soares manifestou também o seu desagrado perante novos hábitos do povo português e pelo desaparecimento de outros hábitos. Não gosta, por exemplo, de música revolucionária. Está farto de ouvir músicas e canções revolucionárias pela Rádio. E tem saudades do fado. Desejaria fados

em vez de revolução.

O dr. Mário Soares foi categorico muitas vezes. Mas nunca tanto como quando explicou que o seu partido não está disposto a romper a sua aliança com o PPD e a unir-se aos partidos e forças progressistas em defesa da Revolução. Com um sorriso irónico, esclareceu que se tal fizesse acabaria por receber a medalha Lenin. Prefere que o PS e o PPD continuem a galopar juntos para a direita. Foi interrogado sobre a linha do seu partido e não sobre a sua escolha pessoal. Mas, como sempre, respondeu em termos muito pessoais. Enfim, presente-se que a continuar pelo mesmo caminho, talvez um dia receba, como lembrou o camarada Alvaro Cunhal, a medalha Sá Carneiro. Ou, quem sabe, a medalha Spínola!

NOTAS DA COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

1 O país está a viver numa atmosfera de crescente tensão política. Adensam-se graves ameaças às liberdades e às conquistas revolucionárias das massas trabalhadoras e do povo.

Os dias que nos separam do 11 de Novembro — data em que o povo angolano proclama a independência — apresentam-se como particularmente perigosos. Os fascistas, os colonialistas, todos os contra-revolucionários, unem-se, concertam planos, desenvolvem uma escalada de violências e aprestam-se para desencadear acções de maior vulto e recorrem, se encontrarem condições, ao terror generalizado.

A política de cêndências à direita e à reacção praticada por certos sectores do Poder político-militar encoraja a conspiração contra-revolucionária e franqueia-lhe o caminho.

A situação reclama a vigilância mais activa dos partidos de esquerda, de todas as forças revolucionárias, das massas e das estruturas populares. A situação exige que se mobilizem e unam todos os que, embora com posições divergentes noutros domínios, estão interessados em defender as conquistas fundamentais da Revolução e em impedir o regresso da tirania e do terror fascistas.

2 Assume contornos cada vez mais definidos a vasta conspiração dos meios fascistas e da direita contra a revolução portuguesa, em íntima ligação com a agressão imperialista e colonialista em Angola.

Os atentados terroristas sucedem-se diariamente em todo o país, com o duplo objectivo de intimidar e paralisar homens e forças progressistas e de exercer os grupos fascistas que os realizam.

Assinala-se a presença no país de perigosos agentes da contra-revolução que o haviam abandonado após os golpes reacçãoários de 28 de Setembro e 11 de Março e é conhecida a entrada em território nacional de comandos armados do ELP e do MDLP.

Conhecem-se múltiplas reuniões com a participação de largo número de conspiradores civis e militares envolvidos em variado tipo de actividades clandestinas.

Circulam notícias sobre o reforço de material em unidades militares cujos comandos não são de maneira nenhuma afectos ao processo revolucionário.

A cadeia de Caxias, pelas facilidades de toda a ordem que são concedidas aos chefes fascistas e aos pides parece transformar-se num Estado-maior da contra-revolução.

Junto dos retornados de Angola as forças reacçãoárias desencadeiam um aturado trabalho de manipulação, para transformar as suas incompreensões e ressentimentos face ao processo de descolonização em ódio à revolução, incitando-os a mobilizarem-se para acções violentas contra as forças progressistas e a situação democrática, como já aconteceu com a destruição da Casa de Angola.

Pressente-se que está em avançada preparação um golpe de estado contra-revolucionário desenvolvido em muitas frentes e com larga gama de articulações e complicitades.

A actividade de certos partidos, com especial destaque para o PPD, em frontal oposição ao processo revolucionário e pregando o anti-comunismo mais abjecto, constitui um declarado incitamento às acções preparatórias do golpe de estado.

A acção dos terroristas e conspiradores contra-revolucionários não pode deixar de sentir-se encorajada ante a larga impunidade que desfrutam, a complacência de certas autoridades civis e militares, a ausência de qualquer medida de combate à reacção.

Em comparação com a atitude oficial face a actividades reacçãoárias, trona-se particularmente preocupante a violência com que foram reprimidos pela PSP os trabalhadores do Ministério da Comunicação Social e os populares que se concentraram em seu apoio. O brutal processo escolhido para silenciar a Rádio Renascença inscreve-se nesse rigor repressivo e provocou a generalizada e justificada indignação das massas trabalhadoras.

O PCP tem manifestado acentuadas reservas em relação a formas de luta marcadas pelo aventureirismo, nos casos em questão, mas isso não pode

justificar o comportamento das autoridades, contra o qual protestamos com a maior firmeza.

São preocupantes, também, iniciativas como a das grandes manobras militares cujo início estava fixado para dia 8, pois se não se contesta a necessidade das forças armadas fazerem exercícios, surpreende o período escolhido e o tema adoptado — invasão do Alentejo por forças vindas do Norte — que recorda conhecidos planos reacçãoários.

3 Está hoje mais que provado que a remodelação directista dos órgãos de poder (Conselho da Revolução e Governo) não constitui uma saída para a crise. Mas já é evidente, também, que as responsabilidades da progressiva e alarmante degradação da situação político-militar pertencem àqueles que persistem na orientação que presidiu a essa remodelação, que insistem declarada e sub-repticiamente numa viragem à direita da vida política portuguesa, contra a vontade manifestada pelas massas populares e por largos sectores militares.

O acelerado isolamento do VI Governo em relação ao povo trabalhador é um facto incontrovertido. As tentativas para iludir esta realidade feitas através de manifestações de apoio ao VI Governo têm constituído, ao fim e ao cabo, a sua flagrante demonstração. Promovidas pelo PS e por partidos da burguesia como PPD, CDS e PPM, apoiadas por grupelhos provocatórios como o MRPP e a AOC, reunindo tudo o que há de mais reacçãoário, todos os privilegiados atingidos pelas transformações revolucionárias (os agrários, os monopolistas e as suas clientelas, os especuladores e os parasitas), todos os saudosistas do passado fascista, os activistas do ELP e do MDLP, essas manifestações onde os militantes e simpatizantes do PS são submergidos, constituem não a aprovação do Programa aceitável do VI Governo, mas o coro das reclamações e das reivindicações da contra-revolução.

A base social e política de apoio ao VI Governo não se alargou, está em mudança. Certas decisões e declarações do VI Governo alienam-lhe o apoio das massas trabalhadoras e dos revolucionários militares e civis e tornam-no, cada vez mais, presa da direita, dos meios conservadores e burgueses, da reacção.

O apoio das massas trabalhadoras e dos revolucionários não pode ganhar-se, evidentemente, com saneamento à esquerda no aparelho de Estado e nas Forças Armadas, com o licenciamento maciço de militares progressistas e projecto de desmantelamento de unidades revolucionárias, com o armadoramento dos órgãos de comunicação social que fazem a defesa do processo revolucionário, com planos económicos que visam enfrentar a crise com o sacrifício dos trabalhadores, com as indemnizações chorudas aos monopolistas e aos agrários expropriados, com medidas que apontam à recuperação capitalista das empresas nacionalizadas, com o ensaio de operações repressivas contra a luta dos trabalhadores e do povo, com a ausência de medidas de combate à reacção e aos grupos terroristas, com a complacência e a liberalidade em relação aos fascistas presos, incluindo os pides.

Queixam-se os membros do VI Governo que lhe faltam os meios e os apoios para governar. Mas não será, seguramente, prosseguindo uma tal orientação que os conseguirá reunir. Essa orientação, baseada nas forças da direita e no crescente enfundamento à direita conduzirá a uma política que nada terá a ver com a nossa Revolução, com o próprio Programa com que o VI Governo se apresentou ao país, nomeadamente: o combate às actividades contra-revolucionárias, a garantia de exercício das liberdades em todo o território nacional e a defesa das conquistas de Revolução.

Os que, embalados na viragem à direita, pensam afastar do Governo os militantes comunistas que dele fazem parte, não devem ter dúvida que com isso mais agravariam a situação e agudizariam bastante mais as tensões sociais e políticas em que o país está a viver.

4 Numa situação particularmente tensa, o fim de semana que se aproxima requer atenção especial. Estão marcadas, nomeadamente, para domingo, dia 9, várias manifestações e concentrações em

Lisboa. Uma manifestação do PS convocada nacionalmente e que não deixará de ter, como as do Porto e Faro, o apoio do PPD, de toda a direita e extrema-direita e dos grupos provocatórios do MRPP e AOC. Uma manifestação convocada por uma comissão de mulheres do CDS, PPD e PS, que se apresenta como ferozmente anticomunista e que lança os ataques mais torpes a vários membros do Conselho da Revolução. Fala-se de uma concentração de ex-comandos e de uma convergência de retornados sobre a capital.

Só por ingenuidade se poderia acreditar que foi ocasional a coincidência destas acções. Elas recordam os planos da marcha sobre Lisboa da «maioria silenciosa», no 28 de Setembro; esquema já uma vez tentado depois disso pelo PS no Verão passado. Elas servem objectivamente, se não se inserem todas, nos planos da conspiração contra-revolucionária. Elas reclamam, como resposta, um alerta pronto de todas as froças progressistas, dos trabalhadores, das massas populares.

Mas todas a situação exige a mobilização vigilante de todas as estruturas do movimento popular de massas, dos partidos de esquerda, de todos os revolucionários, seja qual for a sua filiação partidária.

A revolução vive outra vez uma das crises mais profundas e graves. A ameaça do fascismo está de novo perfilada, com toda a cruzeira. Só os ingénus e os cúmplices ousam negá-lo. Ou as forças interessadas em dar decidida batalha à «revanche» fascista e em defender as liberdades e as outras conquistas fundamentais da revolução se entendem e unem num mesmo combate com estes objectivos, ou a reacção avançará, quer jogando mão do golpe de Estado, quer ocupando novas posições estratégicas de onde iniciará a recuperação do processo revolucionário. É fundamental o entendimento dos Partidos políticos de esquerda e de todas as forças democráticas, mas é indispensável o entendimento das diferentes tendências existentes no MFA, que, reconstituído e reorganizado como movimento progressista e vanguarda política das Forças Armadas, continua a constituir uma garantia decisiva para a edificação de um Portugal democrático a caminho do socialismo.

Lisboa, 7 de Novembro de 1975.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

1 Os factos indicam que a contra-revolução, com a aproximação do 11 de Novembro, data em que deve ser proclamada a independência de Angola, se prepara para provocar graves perturbações no país.

Numerosos actos reacçãoários aparecem como ensaio de iniciativas de maior alcance. Multiplicam-se os atentados à bomba contra militantes comunistas e militares progressistas. Sucedem-se manifestações provocatórias, assaltos e agressões fascistas. Culminando uma campanha de ódio e infâmias lançada por papéis anónimos da contra-revolução e por escritos e oradores de partidos do Governo, o atentado contra o Almirante Rosa Coutinho na madrugada do dia 8 é uma indicação dos propósitos da contra-revolução e dos perigos da situação actual. Tudo parece também indicar que os petardos lançados contra as esquadras da PSP em Lisboa foram provocações de organizações contra-revolucionárias com o fim de insinuarem que tais actos partem da esquerda.

A conspiração contra-revolucionária está em pleno desenvolvimento com complicitades de certas esferas oficiais e partidárias e com o apoio directo do imperialismo.

Em Angola as forças de intervenção militar imperialista e colonialista procuram, nos últimos momentos, modificar a situação militar de forma a dificultar a proclamação da independência sob a direcção do MPLA. São de esperar em Luanda provocações e actos terroristas.

A contra-revolução aproveita a política de saneamentos à esquerda, as campanhas de descrédito de destacados chefes militares revolucionários, as medidas contra unidades conhecidas como progressistas, a formação e preparação de forças militares e militarizadas dentro de um espírito de repressão reacçãoária.

A contra-revolução aproveitará também, tanto qualquer impaciência ou acto irreflectido de grupos esquerdistas, como acções políticas de conteúdo directista anunciadas para estes dias.

2 É neste contexto que se têm de considerar certas iniciativas políticas, que, partindo de partidos do Governo, serão amplamente aproveitadas pela reacção.

É o caso da «manifestação nacional» do PS e do PPD no dia 9 em Lisboa. Os motivos invocados e os objectivos anunciados não se podem considerar apenas de apoio ao VI Governo Provisório. Organizações e grupos que aparecem a dar apoio à manifestação indicam o seu verdadeiro carácter.

Para uma concentração de mulheres, que convergirá para a manifestação, copiando os métodos da contra-revolução no Chile, lançam-se palavras de ordem contra-revolucionárias contra dirigentes militares e civis com altos cargos e responsabilidades. O mesmo faz um papel dos grupos de provocadores que se intitulam PCP(ml) e AOC. Anunciam-se também concentrações e a participação de «retornados» dispostos a provocar desordens e violências.

Certas forças e elementos que participam e as palavras de ordem anunciadas indicam que a manifestação será dominada por uma orientação reacçãoária e fascizante. O que alguns parecem pretendem a partir desta manifestação é a reorganização do poder, com a eliminação da esquerda, uma viragem para uma política ainda mais à direita assente na repressão, alterações directistas no MFA, no Governo e na hierarquia militar.

Na manifestação não participarão apenas adeptos do PS e do PPD mas toda a reacção, incluindo a reacção fascista.

Não é de excluir que com esta grande operação anticomunista e antidemocrática coincidam actos de violência, acções terroristas ou mesmo a tentativa de um golpe de militares reacçãoários, de grupos terroristas e de mercenários vindos do estrangeiro.

3 Os perigos para a revolução são grandes e reais nos próximos dias.

Salientando ser necessária grande serenidade para não se cair em provocações o PCP faz um veemente apelo para que os dias 9, 10 e 11 sejam três dias de vigilância popular.

O PCP faz um apelo para que, nesses três dias, a classe operária, as massas trabalhadoras, tomem entre outras as seguintes medidas:

— Vigilância de lugares estratégicos, designadamente nas entradas das cidades, nas pontes importantes, nos entroncamentos ferroviários e nos rodoviários, com atenção, que pode ser feita discretamente por pequenos grupos, para tráfego suspeito, sem entretanto se formarem barreiras, salvo em qualquer situação excepcional.

— Vigilância nos meios de transporte, particularmente pelos trabalhadores, com atenção para passageiros e bagagens que se tornem suspeitos.

— Vigilância às reuniões e deslocações suspeitas de contra-revolucionários conhecidos.

— Vigilância a pessoas suspeitas que rondem centros de trabalho de partidos progressistas, organizações democráticas e sindicatos, residências de antifascistas, etc.

— Vigilância das zonas fronteiriças, particularmente nas vias de acesso às fronteiras, com atenção para os transportes de cargas e para grupos suspeitos.

— Vigilância para quaisquer provocações, desmascarando-as imediatamente.

Todos os elementos colhidos devem ser imediatamente comunicados.

Com serenidade e com determinação, as forças revolucionárias estarão atentas às actividades dos inimigos da liberdade.

A classe operária, as massas populares, a juventude, as mulheres portuguesas, os militares progressistas, mostrarão uma vez mais que estão prontos a agir em defesa da Revolução.

9 de Novembro de 1975.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

AUMENTA A OFENSIVA CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

A Reforma Agrária constitui um dos eixos fundamentais da vitória do processo revolucionário. Por isso a reacção se encarniça no boicote à Reforma Agrária e procura, desesperadamente, quebrar a aliança entre o proletariado e o campesinato

A reacção e seus aliados têm vindo a recrudescer de violência na ofensiva contra os operários rurais, principais obreiros dos passos já concretizados na realização da Reforma Agrária. Com esta ofensiva em que a calúnia se entrecruza com a manipulação hábil da opinião pública, dois objectivos principais têm em vista a reacção: o por operários rurais a camponeses pobres (pequenos e médios agricultores) por um lado; por outro, gerar uma situação de conflito entre a população trabalhadora das cidades e os trabalhadores do campo. A alcançar estes objectivos, a reacção e forças conscientes ou inconscientemente aliadas atingiram sem dúvida, uma grande vitória sobre as forças revolucionárias. Dai a perseverança com que lançam mãos a todos os meios para prosseguir na sua acção infame fundamentalmente dirigida contra os operários rurais.

Porquê fundamentalmente contra os operários rurais se, em vastas zonas do país, é uma centeza cada vez mais firme a aliança entre estes e os camponeses pobres e lado a lado, estas duas camadas de trabalhadores conduzem o processo de ocupação de terras sem o qual não seria possível sequer falar em início de Reforma Agrária? Em primeiro lugar porque o proletariado rural é a classe mais numerosa de quantos trabalham na agricultura, mesmo em zonas de pequena propriedade; em segundo, porque é a classe mais revolucionária do sector agrícola e por ele passa o fio condutor da aliança entre todo o proletariado e o campesinato. Atacar os operários rurais é tentar impedir esta aliança na qual se encontra um dos eixos fundamentais da vitória do processo revolucionário. Procurando desacreditar os operários agrícolas junto de pequenos e médios agricultores (sob o argumento de que as courelas destes seriam alvo de ocupações) e junto da população das cidades (sob a ameaça iminente de falta de géneros porque os operários venderiam o gado ao desbarato, não trabalhariam as terras ocupadas e outras calúnias do mesmo teor), a reacção demonstra a sua antiga política e é bem que não menos perniciosa o inimigo e a sua máquina de propaganda para melhor o combatem, não permitindo que camadas pouco esclarecidas embarquem num jogo do qual serão dolorosamente vítimas.

Qual o motivo mais frequentemente repetido pelas forças da reacção e seus aliados? Quem o não conhece de tal modo ele tem sido explorado? Os trabalhadores rurais assaltariam as propriedades de agricultores que as teriam cultivado, não escapando a esta «sanha» pequenos e médios agricultores alguns «velhos», «paralíticos» e outras calamidades ao gosto dramático (que) insinuou grande parte da propaganda do regime fascista. Por outro lado, as herdades ocupadas «mais pareceriam colónias de férias do que propriedades» porque os trabalhadores as não cultivariam.

Em primeiro lugar, não se regista sequer um caso de ocupação de propriedades de pequenos ou médios agricultores por parte dos trabalhadores rurais. As manobras oportunistas de alguns têm sido raras, graças à vigilância dos trabalhadores que as denunciaram e procedem de imediato: resta, aliás, averiguar a soldo de quem e para servir que interesses se verificaram algumas ocupações de oportunistas que nada têm a ver com os trabalhadores rurais. A reacção sabe como agir e convinha-lhe que surgissem um ou outro caso em que fosse afectado um médio agricultor para então basear a sua propaganda criminosa num «fundo de verdade»; para tanto não hesitaria em fabricar essa verdade. Só que a atitude de vigilância dos trabalhadores, através do seu sindicato, tem feito fracassar os cenários tão arduamente montados.

É verdade que houve casos de herdades ocupadas que se encontravam cultivadas. Recordemos

um exemplo no distrito de Portalegre em que o latifundiário plantou uma horta em terra calça e não aproveitava as terras de regadio. De facto, a sabotagem não consistia apenas no não aproveitamento da terra mas também no aproveitamento criminoso do qual se multiplicam os exemplos.

Enquanto as troadas da reacção encontram eco em diversos meios de comunicação social, escondese a realidade dos factos e pretende-se calar a voz dos trabalhadores rurais. Como salientou o camarada Dinis Miranda, membro do Comité Central, numa recente intervenção na Assembleia Constituinte:

«Não se diz, e isto só para se citar alguns exemplos que na Herdade do Peral, concelho de Portel, com quase 3500 ha, em Agosto de 1974, os Melos da CUF, que apenas semeavam para a caça traziam mulheres com umas canas a bater nas espigas de trigo para caísse no chão para as perdeses o comerem. Não se diz que o D. João de Noronha, do Monte das Flores, concelho de Évora, com quase 400 hectares, vendeu gados no valor de 1 000 contos por 400 contos. Não se diz que o dr. Barroso, do Vale do Melão, concelho de Arraiolos, estava a deixar apodrecer 100 sacos de leite em pó para bezerros, tinha milho armazenado que estava a ser comido pelos ratos e diminuiu os efectivos pecuários de 1 100 para menos de 500 cabeças ou que ficou a dever à banca e outros, cerca de 90 000 contos e que depois do 28 de Setembro, em Fevereiro, fez uma hipoteca de 15 000 contos à Caixa Geral dos Depósitos. Que na Herdade de Ravasqueira, com cerca de 3 200 ha, também dos Melos da CUF existiram dois laranjais, com mais de 500 pés, cuja produção era enterrada. Que o excedente das grandes caçadas não seguia para as Misericórdias nem era vendido. Chegaram a ser enterrados 150 coelhos. Nesta herdade chegou-se a semear para as perdeses mais de 8 000 Kg de cevada, mais de 23 000 Kg de trigo selecionado e adubado, 10 000 Kg de graminha e 20 000 Kg de tremoço. No entanto foram minimamente aproveitadas as terras de regadio. Dos 100 ha possíveis não foram agricultados mais de 19 ha e, esses, em arrendamento.»

Também não se diz que se não fosse o esforço heróico dos trabalhadores rurais que, ocupando as terras, cultivaram mais de 105% do que a superfície habitual, muitas quase só à enxada, semanas e meses sem ordenado para depois passarem a receber 500\$00 por semana de subsídio do Sindicato, a produção agrícola, apesar do ano ter sido favorável, não atingiria o nível presente e mais divisões seriam exportadas porque nos veríamos obrigados a continuar as habituais importações de produtos que temos aptidão para produzir no nosso país.

OPERÁRIOS E CAMPESES INCREMENTAM A PRODUÇÃO

Os trabalhadores rurais, operários e camponeses pobres, estes em cada vez maior proporção, têm ocupado as terras de grandes agrários. Graças a estas ocupações, a Reforma Agrária entrou na primeira fase de concretização e os resultados estão à vista. São-nos inclusivamente revelados pelos últimos dados estatísticos publicados. Eles constituem uma resposta a quantos, desinformados, embarcaram na propaganda reacçãoária.

Relativamente aos cereais, os aumentos da produção atingem 26% e 10% no trigo tanto em relação ao ano anterior como em relação à produção média do último decénio; no caso do centeio, a produção é aproximadamente

igual à do ano anterior mas inferior em 8% à média do último decénio; na cevada, registou-se a mais elevada produção dos últimos cinco anos, superior em 34% à média do último decénio; na aveia, os acréscimos são de 29% e 30% em relação à produção do último ano e do último decénio respectivamente; no arroz, o acréscimo é de 6% em relação ao rendimento médio dos últimos dez anos; no milho, a produção aumentou em 6% relativamente ao último ano mas é inferior em 3% em relação à média do último decénio. Na batata, no feijão e no grão-de-bico registaram-se decréscimos e quebras na produção. Quanto aos frutos, a produção de pêssego sofreu uma quebra de 25% em relação ao ano transacto, a de pera um acréscimo de 31% e a de maçã, um aumento de 12%. Na produção de ovos, houve um acréscimo de 5,8% e na de carne de frango, um aumento de 10%.

Estes são apenas alguns dos dados que nos provam qual a eficácia da Reforma Agrária, o que significa a expropriação das terras dos latifundiários, o que significa as terras trabalhadas pelos operários e camponeses pobres, o que significa um trabalho colectivo e verdadeiramente social. Trata-se apenas de uma amostra do que trará a Reforma Agrária para todo o povo português. Uma amostra extraída em condições particularmente difíceis, quase somente por obra do vigor revolucionário dos trabalhadores do campo aos quais falta, cada vez mais, todo o apoio técnico, aos quais é boicotado o

crédito, aos quais são movidas calúnias, perseguições e atentados. Praticamente sem máquinas, sem crédito, isolados, contando com a força da solidariedade da classe operária e de outros trabalhadores, o proletariado rural e vastas camadas de campesinato não provaram apenas a sua capacidade revolucionária através das ocupações, do modo heróico como desenvolveram a produção em condições de maior adversidade, enas produzindo 90 milhares de toneladas de cevada, 122 mil toneladas de aveia etc, que os trabalhadores do campo provaram como, sob o controlo dos trabalhadores, é possível restabelecer a economia portuguesa e construir uma sociedade de abundância. Foi também, e de um modo fundamental, organizando-se. Sem organização, não seriam possíveis tais resultados, não seria possível ter combatido a sabotagem económica e derrotar cada investida de uma reacção tão poderosa quanto torpe.

No entanto é a esta reacção ou a parte integrante dela, constituída pelos grandes agrários que o Banco de Portugal e outros em Évora emprestam dinheiro, é a eles que não se obriga a pagar o que devem (mais de 700 mil contos), é a eles que se permite a exportação de capital e se dá cobertura como aconteceu recentemente em Santarém quando da manifestação dos latifundiários que foram apresentados como vítimas dos trabalhadores que os impediram de assaltar o Centro da Reforma Agrária naquela cidade.

Como reverso lógico da medalha, os trabalhadores continuam

sem garantias de financiamento por parte do Estado, continuam a ser alvo de impunes calúnias e provocações, quase sem apoio técnico, sem garantias salariais, etc.

Os pequenos e médios agricultores cuja organização se vem progressivamente ampliando e fortalecendo, eles também são objectivo dos ardis da reacção que não poupa esforços no sentido de os manipular a seu favor e de boicotar as conquistas revolucionárias que correspondem aos seus interesses. Veja-se o caso da lei do arrendamento rural a cuja aplicação tantos obstáculos se têm erguido, veja-se o caso dos foros, note-se ainda as dificuldades que os camponeses pobres experimentam quanto à concessão do crédito agrícola.

Se é certo que os operários agrícolas são o alvo preferencial da reacção porque constituem a classe mais numerosa, organizada e revolucionária de quantos trabalham no sector agrícola, na realidade dos pequenos e médios camponeses não escapam aos mesmos propósitos sabotadores e desagregadores da reacção: porque também eles são agentes da Reforma Agrária, porque também contra eles se exerceu e teima em exercer o domínio dos latifundiários e capitalistas.

Quando a reacção procura através da mentira e da demagogia, atrair os pequenos e médios agricultores não o faz porque esteja preocupada com a sua sorte, mas sim com o fim de os desviar da organização de classe e de criar artificialmente um conflito

com os operários agrícolas porque conhece o invencível potencial revolucionário da aliança entre o proletariado e o campesinato.

Mas se a reacção e quantos lhe dão directa ou indirectamente cobertura pensam que podem desmobilizar os trabalhadores com a escalada dos seus atentados de todo o tipo, estão redondamente enganados. A maior parte dos trabalhadores portugueses incluindo os camponeses pobres conhece por dura experiência própria, a natureza da luta de classes onde temperou forças e redobrou de energias. Os que não se aperceberam ainda de que a satisfação do mais pequeno dos seus interesses passa pelo desenlace da luta de classes, a breve trecho o compreenderão com o evoluir do próprio processo revolucionário. Os trabalhadores não têm dúvidas sobre o desenlace da luta de classes que se agudiza em cada dia no nosso país. E essa certeza, a certeza da vitória dos explorados e oprimidos, multiplica-lhes as forças. A cada manobra da reacção para desunir os trabalhadores, operários e camponeses, para os fazer fraquejar, respondem estes com o reafirmar da sua aliança, com a determinação de quem sabe o que tem a ganhar. A reacção ao tentar deter esta formidável consciência revolucionária das massas populares que não cessa de engrandecer-se, torna mais forte o caudal do rio no qual há-de perecer. A «reacção não passará» não é um mero slogan mas uma realidade à qual a força revolucionária dos trabalhadores dará o carácter de lei histórica.



No trabalho organizado, na vigilância contra a reacção, na firmeza revolucionária — os trabalhadores alentejanos vencerão, e a sua vitória será a de todo o povo português

MANIFESTAÇÃO EM BEJA

Operários, camponeses, o povo trabalhador em geral, soldados e marinheiros erguerão, hoje em Beja, as suas vozes unidas na mesma exigência de combate à reacção e avanço do processo revolucionário

Hoje às 15 horas, os trabalhadores alentejanos viverão mais uma grande jornada de luta *contra a reacção, contra o terrorismo, contra os conspiradores e pelo avanço do processo revolucionário rumo ao socialismo.*

A manifestação de hoje, que se realizará no campo de futebol da cidade de Beja foi convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito que apelou para a adesão de todos os Sindicatos, Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, Soldados e Povo em geral.

Na convocatória a todos os trabalhadores agrícolas, homens e mulheres e a todo o povo progressista do distrito, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas afirma:

«As forças de direita e contra-revolucionárias, que nos últimos dias têm vindo a praticar actos terroristas por todo o país contra a jovem democracia portuguesa, procuram agora, através de manifestações orquestradas, que dizem ser de apoio ao VI Governo, como as do Porto, de Faro e de Lisboa, transformar o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974, rumo ao socialismo, num processo contra-revolucionário ao serviço do capitalismo internacional e do imperialismo.»

«Estas manifestações têm por objectivo dar uma imagem falsa da vontade do povo português, e desta forma, criar condições favoráveis às forças de direita instaladas no VI Governo Provisório, nomeadamente o PPD, para que estas, a pretexto de que o caos e a indisciplina reinam no nosso país continuem a conspirar contra o processo revolucionário, organizando forças repressivas como o AMI, primeiro passo para a implantação de uma nova ditadura fascista.»

Perante a ofensiva da reacção que tem alcançado posições, inclusivamente no interior do aparelho de Estado e militar, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas considera que «é tempo da classe operária e seus aliados, reforçarem a sua unidade e organização para impedir as provocações reacçãoárias, combater o inimigo em todas as frentes e reforçar a vigilância revolucionária, no sentido de conduzir a jovem democracia portuguesa rumo ao socialismo.»

No reforço da unidade de operários, camponeses, soldados e marinheiros reside a raiz da vitória. Esta unidade será, indubitavelmente, mais fortalecida com a grande manifestação de hoje, na cidade de Beja.

OS TRABALHADORES ESTÃO VIGILANTES

Perante os ataques das forças reacçãoárias, de norte a sul do país, os trabalhadores, operários e camponeses, cerram fileiras na defesa da Reforma Agrária, objectivo revolucionário do qual jamais abdicarão

Por mais que a reacção se esforce por desmantelar a unidade dos trabalhadores, operários e camponeses pobres, estes respondem com redobrada firmeza a cada novo ataque das forças contra-revolucionárias.

Esta firmeza tem estado patente na defesa da Reforma Agrária, um dos objectivos mais cobichados pela reacção na sua acção desagregadora do processo revolucionário.

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

A Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária lançou uma campanha de fundos a nível nacional para apoio à Reforma Agrária. Numa conferência de Imprensa desta organização, efectuada em Évora, foram discutidos os graves problemas que afectam os trabalhadores das herdades colectivas, a falta de apoio oficial que não logra desmobilizá-los e esclarecê-los.

«As nossas necessidades mais prementes são dinheiro para os trabalhadores se alimentarem; dinheiro para os trabalhadores comprarem sementes, para adquirirem ferramentas e máquinas. É preciso

portanto, que os operários e todos os progressistas atentem bem nisto. E se não há apoio oficial conveniente, temos mesmo que o pedir.»

Em diversos pontos do país, incluindo Lisboa, encontram-se abertos postos de angariação de fundos para a campanha de Apoio à Reforma Agrária. Entretanto, a Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária projecta várias iniciativas de angariação de fundos. Nesta campanha se integra a realização de um festival tauromáquico, na Praça de Touros do Campo Pequeno, o qual se realizará, no próximo domingo, dia 16, pelas 16 horas, contando com a colaboração de diversos profissionais que actuam graciosamente.

OPERÁRIOS AGRÍCOLAS DE SANTARÉM ALERTAM

A reacção põe em risco o avanço da Reforma Agrária e conspira no sentido de fazer recuar as conquistas já obtidas. Exemplo recente desta conspiração são os acontecimentos no distrito de Santarém em que trabalhadores impediram que grande agrários assaltas-

sem o Centro Regional da Reforma Agrária. A favor destes agrários tem-se movido uma campanha de desinformação em que os factos são vergenhosamente alterados. Como resposta, o Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém manifesta a sua firme determinação em defender os passos já dados na concretização da Reforma Agrária e alerta o Presidente da República, general Costa Gomes, o Primeiro Ministro almirante Pinheiro de Azevedo, o comandante do COPCON, general Otelo Saraiva de Carvalho, o almirante Rosa Coutinho, o general Carlos Fabião, chefe do Estado-Maior do Exército e o general Vasco Gonçalves.

1 — Que Sindicatos, Ligas e outros Centros Regionais de Reforma Agrária não sejam atacados nem as suas sedes;

2 — Não devem ser saqueados dos CRRAs os técnicos que estão com o povo;

Não aceitamos e manifestamos toda a repulsa pela atitude do Ministro da Agricultura ao sanear dois elementos progressistas do CRRa de Portalegre;

4 — Apelamos para que não haja qualquer entrave nas ocupações legítimas, nas propriedades abrangidas pela Reforma Agrária;

5 — Que todas as medidas verdadeiramente socialistas sejam apoiadas e que avancem de forma revolucionária de maneira a liquidarmos o mais depressa possível a reacção que tanto mal tem feito à humanidade.»

A REACÇÃO TENTA DESMIBILIZAR O POVO DE ODEMIRA

No dia 2 de Novembro, pelas três horas da madrugada, na Herdade Colectiva do Monte-Velho, freguesia de Val-Santiago, Concelho de Odemira, registou-se um violento incêndio no qual arderam 3500 fardos de palha que se encontrava armazenada em instalações que foram também atingidas. Os prejuízos são da ordem de duzentos mil escudos. Graças à resposta imediata do povo e à sua coragem conseguiu salvar-se o gado e 400 sacos de aveia. Também no Monte da Amendoeira, os trabalhadores viram destruída grande parte dos frutos do seu trabalho num recente incêndio. Em ambos os casos, tudo leva a crer que se trata de fogo posto, o que corresponde aos habituais métodos das forças reacçãoárias que ao levanta-

RENDEIROS DO NORTE «UNIDOS COMO OS DEDOS DA MÃO»

Num comunicado distribuído à população, o Movimento dos Agricultores do Norte, organização de pequenos e médios agricultores, manifestam a sua disposição em desmascarar os que combatem a lei e querem enganar os caseiros e afirmam que «é indispensável acabar com os exploradores», exigindo «o cumprimento da Lei do Arrendamento e da tabela dos valores máximos das rendas já aprovada pelo Governo; assistência gratuita aos rendeiros em caso de conflito com os senhorios, através das comissões arbitrais ou dos tribunais; que não se permita aos senhorios exigir uma renda pela casa onde vivem, que muitas vezes não passa de um curral; que se inclua nos prédios arrendados o brávio necessário para o bom funcionamento da exploração.»

PEQUENOS AGRICULTORES AVANÇAM

Reunidos em Beja, mais de 800 pequenos e médios agricultores reafirmam a sua aliança com o proletariado e todos os trabalhadores progressistas e dispõem-se a avançar na organização da sua classe, reforçando as fileiras das massas populares

O repúdio pelas manobras divisionistas da reacção que põe em causa as conquistas no domínio da Reforma Agrária, calúnia os trabalhadores agrícolas, move uma intensa campanha de confusão entre os pequenos camponeses e procura cindir os do proletariado, constitui a característica dominante de uma recente reunião, efectuada na Escola Industrial e Comercial de Beja, na qual participaram mais de 800 pequenos e médios agricultores. Presentes neste encontro, que testemunha a crescente mobilização do campesinato, o Governador Civil, o delegado do Regimento de Infantaria de Beja, um representante do Centro Regional da Reforma Agrária, elementos do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e representantes de várias Câmaras Municipais do Distrito.

Ocasão de amplo esclarecimento de pequenos e médios agricultores que manifestaram claramente as suas dúvidas e temores, na reunião foram ainda debatidas questões como a reestruturação da Liga, a eleição de um novo Secretariado mais operativo e a posição dos pequenos e médios agricultores face à Reforma Agrária.

Das diversas moções aprovadas, ressalta a firmeza com que os pequenos e médios agricultores reafirmam a aliança com o proletariado rural e outros trabalhadores na luta contra os grandes agrários e outros laços do capital, no combate à reacção, pelo avanço da Reforma Agrária e pela defesa do processo revolucionário. Assim, de uma moção em que se repudiaram os ataques ao Governador Civil e a técnicos progressistas do Centro da Reforma Agrária que defendem os interesses de quem trabalha a terra, destacamos que os pequenos e médios agricultores «repudiam veementemente os grandes agrários e aqueles que lhes fazem o jogo, que tentam, desesperadamente, paralisar e inverter o processo da Reforma Agrária e recuperarem os privilégios que tinham no fascismo. E afirmam bem alto a sua determinação em avançar em unidade com os trabalhadores rurais e todos os outros trabalhadores progressistas na concretização da Reforma Agrária.»

Não só através da defesa da aliança com o proletariado e outros trabalhadores, os pequenos e médios agricultores demonstram o amadurecimento da sua consciência de classe, o fortalecimento dos elementos revolucionários no seu seio. As preocupações que manifestaram com a sua própria organização, a determinação em

avancarem no processo associativo, são índice de um progressivo esclarecimento político.

Como exemplo citamos duas das moções aprovadas neste Plenário no qual os pequenos e médios agricultores se afirmaram como trabalhadores patriotas com os quais todo o povo pode contar na sua luta contra a reacção. Numa destas moções, os pequenos e médios agricultores propõem:

1 — Que os ex-Grêmios da Lavoura passem a funcionar como uniões das Cooperativas e Herdades Colectivas;

2 — Que os ex-Grêmios da Lavoura passem a funcionar como organismos de coordenação, escoamento dos produtos agrícolas e fornecimento de factores de produção aos trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores, conjugado com o crédito a curto prazo;

3 — Que estes organismos, juntamente com as cooperativas agrícolas já existentes, sejam dirigidos por trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores.»

Por outro lado, numa prova inequívoca da sua disposição revolucionária, os pequenos e médios agricultores dispõem-se:

1 — A reforçar a unidade entre os trabalhadores do campo — assalariados e médios agricultores e assalariados rurais — como aliados de classe que são, para a rápida e correcta concretização do avanço da Reforma Agrária;

2 — Exigem que as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores sejam reconhecidas, através da promulgação de legislação adequada;

3 — Que as Ligas se façam representar por um seu associado nos Conselhos Regionais da Reforma Agrária uma vez que a sua ausência impossibilita a defesa intransigente dos interesses legítimos da classe;

4 — Que sejam respeitados todos os pequenos e médios agricultores que queiram continuar a explorar individualmente as suas terras;

5 — Que se estimule o associativismo entre os Pequenos e Médios Agricultores, de modo a integrarem-se em Cooperativas Agrícolas de Produção e Unidades Colectivas de Produção Agrícola;

6 — Que seja rapidamente assegurado aos pequenos e médios agricultores e seus familiares, todas as regalias da Previdência-assistência médica e medicamentosa, reforma, etc.

PCP
FESTIVAL POPULAR DE OUTONO
NO MERCADO DO POVO
DIA DO **Avante!**
CANTO LIVRE COM
SAMUEL* INTROITO
CARLOS PAREDES
CÉU GUERRA JOSE
OSÓRIO* ARMAUNO
CALDAS* ETC.ETC*

Livrarias Avante!

no Porto
— Rua de Avis, 26
em Lisboa
— Av. Santos Dumont, 57-C

ENCONTRO DE TRABALHADORES DA CINTURA INDUSTRIAL DE LISBOA

O I Encontro de Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa evidenciou que a crescente organização das massas trabalhadoras constitui uma das maiores garantias da vitória do processo revolucionário

O poder da organização dos trabalhadores é demonstrado em cada dia do Portugal de hoje em que se desenrola uma intensa luta de classes. O 1.º Encontro de cento e quinze comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa realizado no passado dia 8 na Siderurgia Nacional do Barreiro, constituiu mais um testemunho da organização das massas populares, da sua capacidade para tomar nas mãos o destino do país como obreiros do processo revolucionário.

O encontro que foi promovido pelo Secretariado Provisório dos Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa contou com a presença de delegações convidadas da Intersindical, dos sindicatos agrícolas dos distritos de Lisboa, Setúbal e Beja, das União dos Sindicatos de Setúbal e de Lisboa, do Comité Revolucionário de Apoio à Reforma Agrária e representações dos fuzileiros navais de Vale do Zebro, do MUTI (Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais) e da Inter-Comissão dos SUV.

Os temas tratados por secções de trabalho foram os seguintes: *controlo operário, desemprego, reivindicações, nacionalizações, reforma agrária, organização e coordenação das comissões de trabalhadores e assembleias populares.*

A crítica à política do VI Governo, nomeadamente em relação à actuação no sector da economia, o desmascaramento das manobras da reacção e seus aliados que tentam semear o divisionismo entre os trabalhadores, o apelo ao reforço da vigilância das comissões de trabalhadores, foram pontos dominantes da sessão de abertura deste Encontro em cujas conclusões são abordados os problemas fundamentais da construção

de uma sociedade democrática rumo ao socialismo, neutralizando por completo as forças contra-revolucionárias. As massas trabalhadoras têm força para tal e estão dispostas a demonstrá-lo na prática. Como exemplo, a lucidez revelada nas soluções que apontam para as grandes questões nacionais.

COMO SE TEM DE EXERCER O CONTROLO OPERÁRIO?

Depois de ser destacado o controlo operário como uma necessidade para a consolidação do processo revolucionário, nas conclusões desta secção, salienta-se que:

«As formas que o controlo da produção tem assumido são variadas e dependem do tipo de empresas e da situação destas no pro-

cesso produtivo, da consciência e organização dos trabalhadores, reflectindo a correlação de forças existentes nas empresas, e no sector e a nível nacional, pois o controlo da produção é parte integrante da luta de classes que há-de conduzir-nos ao socialismo.

A herança económica do fascismo, a dependência em que Portugal se encontra dos países capitalistas e do imperialismo e a sabotagem económica que estes têm desenvolvido, agrava a presente situação económica do país. A luta pela independência nacional, integra-se nos objectivos que os trabalhadores devem prosseguir de forma a atingir a sociedade socialista.

A necessidade do controlo da produção tem aparecido como forma de combater a sabotagem económica e de garantir os postos de trabalho. A partir daí aprofundaram-se as tarefas de controlo que, em muitos casos cobrem já todos os sectores da empresa. É essencial para que o controlo da produção se estruture e comece a atingir os seus objectivos que a unidade de todos os trabalhadores a nível de empresa se reforce e que a sua organização democrática seja baseada no trabalho colectivo.

As comissões de trabalhadores cabe um imortante papel na demonstração de que essa unidade é possível na prática, com base nos interesses objectivos da classe.»

Quanto aos objectivos imediatos do controlo da produção, esclarece-se nas conclusões que:

«Pode-mos destacar a manutenção de actividade das empresas, o reforço da organização unitária dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, a luta contra a sabotagem económica, o desemprego e o aumento do custo de vida, a crescente intervenção dos trabalhadores na vida económica.

trar da tarefa que cabe a cada um, para todos juntos alcançarmos o objectivo comum.

Por isso uma das principais funções das comissões de controlo é *fiscalizar* todas as acções da empresa, de forma a permitir que a discussão democrática da situação da empresa se baseie na realidade concreta desta. O controlo não se pode substituir às chefias, que enquanto o forem devem ser obrigadas a não fugirem às suas responsabilidades.

Apesar das diferentes condições das empresas consoante a sua dimensão e sector de actividade, pensamos ser possível com base na experiência já existente, indicar os principais sectores sobre os quais a vigilância e fiscalização das comissões de controlo devem de imediato incidir.»

São estes sectores: o controlo sobre os bens patrimoniais, o controlo das máquinas e equipamentos, o controlo das aquisições das matérias primas e verificação de stocks, o controlo sobre a produção, o controlo sobre as vendas, o controlo financeiro, o controlo sobre as actividades administrativas: o pessoal e suas informações, e o controlo da contabilidade. Para cada um destes sectores, as conclusões do Encontro incluem amplos esclarecimentos sobre o exercício da vigilância e fiscalização das Comissões de Trabalhadores.

COMO COMBATER O DESEMPREGO?

Depois de uma profunda análise sobre o crescente desemprego que se verifica no nosso país (segundo dados de Setembro, o número de desempregados atinge 322 mil, encontrando-se 117 800



e) Reactivação dos sectores da economia, nomeadamente o da Construção Civil e obras públicas com investimento dos 15 milhões de contos do Fundo de Fomento da Habitação, ainda por utilizar

f) Reforço da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho com o objectivo de: combater o pluri-emprego e as horas extraordinárias; criando condições para, progressivamente, se ir pondo termo ao trabalho eventual; activando a reorganização e reestruturação, das empresas para racionalização da mão de obra

g) Aproveitamento dos nossos recursos naturais, transformando-se as matérias primas, no nosso país (exemplo: cortiça, celulose, etc.)

passar os oitocentos mil contos até ao fim do ano.

Que estes investimentos se processem exclusivamente a unidades produtivas organizadas ou controladas pelos trabalhadores.

QUAIS AS TAREFAS DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS NACIONALIZADAS?

Na secção de «Reivindicações», salientou-se a crítica à actuação do actual Ministério do Trabalho e

res, na segurança e prevenção de acidentes de trabalho, instituinte de exames médicos periódicos, criando refeitórios, cantinas e ainda que as empresas sejam apetrechadas com todo o equipamento necessário para melhor aproveitamento da capacidade produtiva dos trabalhadores». Neste capítulo, são abordados os problemas da habitação, saúde e assistência, ensino e organização sindical.

Na secção relativa a «*Nacionalizações*» condena-se como medida contra-revolucionária a disposição do VI Governo em pagar indemnizações aos ex-patrões, admitindo-se apenas excepções controladas no que diz respeito aos pequenos acionistas. Quanto às tarefas dos trabalhadores nas empresas nacionalizadas, as quais totalizam 1200 empresas, participando com cerca de 60% da economia nacional, destaca-se:

«Para se atingirem os objectivos já referidos como para avançar para a resolução de problemas concretos que dia a dia se levantam aos trabalhadores é necessária uma organização quer a nível empresarial, quer a nível sectorial, quer ainda a nível nacional.

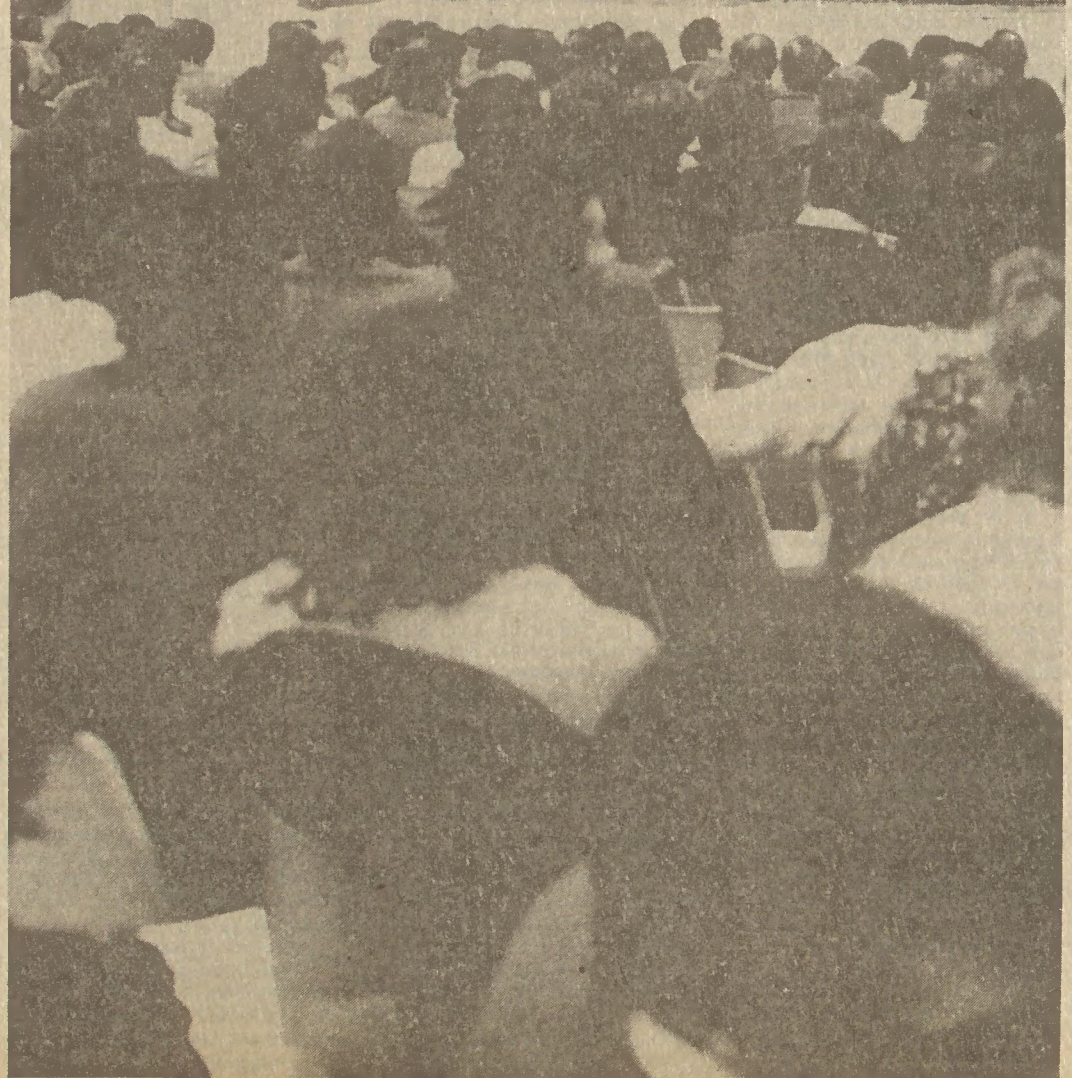
O alargamento desta organização às empresas do mesmo ramo de actividade (nacionalizadas ou com significativa percentagem de capital do Estado, Previdência, Bancos, etc.) permitirá atingir objectivos claros de defesa das empresas e dos trabalhadores em geral:

- eliminação da concorrência entre empresas estatais;
- divisão de encomendas;
- preparação conjunta de propostas para grandes concursos internacionais com divisão da adjudicação;
- melhor utilização de máquinas, capitais, mão-de-obra;
- reconversão, etc.

A organização dos trabalhadores de empresas nacionalizadas ligadas por circuitos comerciais de compra e venda, permitirá a criação de ligações preferenciais entre estas empresas. Serão recuperadas assim, pelos trabalhadores e ao serviço dos trabalhadores, empresas nacionalizadas deficitárias, mal estruturadas, etc.

As Comissões de Trabalhadores, em unidade com a organização sindical, cabem grandes responsabilidades neste campo e deverão ser elas a unir e organizar, nestes e noutros aspectos, todos os que dependem directa ou indirectamente das empresas nacionalizadas.

O controlo operário nas empresas nacionalizadas é essencial. No entanto, se o controlo operário organizado deve ser dirigido pelos operários, este não pode ser levado a cabo sem a unidade dos trabalhadores e sem a colaboração dos Quadros Técnicos empenhados em defender, com os outros trabalhadores, os interesses do socialismo.



Nas Comissões Administrativas das empresas nacionalizadas ou das empresas em que tenha havido intervenção do Estado, deverão estar também trabalhadores que tenham a confiança dos seus camaradas de trabalho, como meio, por um lado, de tomar o controlo da empresa por parte dos trabalhadores mais perfeitamente, e, por outro lado, de alterar as relações de produção dentro da própria unidade produtiva.

Paralelamente, tanto um aspecto como outro, são condições indispensáveis, ligadas à tomada do Poder Político por parte dos trabalhadores, para tornar as nacionalizações irreversíveis.

Efectivamente, o controlo operário, embora seja uma condição indispensável, não é suficiente. Se o aparelho do Estado não se colocar ao serviço dos trabalhadores, se o saneamento da estrutura e dos quadros se fizer à esquerda e não à direita, se nos órgãos de poder civil e militar não estiverem presentes as forças revolucionárias, então não existirão condições para a construção de uma sociedade socialista, aspiração profunda dos trabalhadores.»

Na secção sobre a «*Reforma Agrária*» insiste-se mais uma vez nas grandes aspirações do povo trabalhador dos campos, operários e camponeses pobres, cuja satisfação é essencial para o avanço do processo revolucionário e reafirma-se o apoio incondicional das comissões de trabalhadores «à heróica luta dos trabalhadores do campo, certos de que assumirão as responsabilidades históricas que lhes cabem na revolução portuguesa rumo ao socialismo».

Por outro lado, decidiu-se que em cada Comissão de Trabalhadores exista um elemento directamente virado para o problema da participação da empresa na reforma agrária, devendo os diferentes elementos de cada C.T., nomeados para esse efeito, ficarem em contacto com a Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária.

QUAIS OS OBJECTIVOS DE LUTA DAS COMISSÕES DE TRABALHADORES?

Amplamente debatido em Plenário, a questão da Organização e Coordenação das C.T., assim como a importância revolucionária das Assembleias Populares, são objecto de documentos que esclarecem os objectivos destes órgãos de vontade dos trabalhadores. Do documento que se refere à organização das Comissões de Trabalhadores destacamos:

«Quando se fala em organização das C.T. é necessário antes de mais definir quais são os objectivos de luta, a curto, a médio e a longo prazo que se põem perante estas. De um modo geral, podemos fazer as seguintes considerações:

1.º — A fase actual da luta de classe, impõe a necessidade de acções de dinamização e consciencialização das massas trabalhadoras, de acções das mesmas

na defesa e reforço das conquistas já alcançadas com o objectivo de avançar na construção da sociedade socialista.

2.º — Dentro das empresas, o papel fundamental das C.T. é o controlo operário. Nem todas as C.T. atingiram já este nível. Algumas, principalmente em pequenas e médias empresas, têm-se ficado por reivindicações de carácter económico, que é necessário rapidamente superar. Há mesmo empresas onde não existem C.T. A prática tem demonstrado que o controlo operário não pode ser totalmente eficiente se as C.T. não formarem estruturas superiores de controlo por ramo da actividade.

Como exemplos temos os Secretariados das Metal Mecânicas Leigadas, das Metal Mecânicas Ligeiras, da Construção Civil, da Indústria Naval, etc., são necessárias ainda relações entre estas estruturas devido a complementariedade dos vários ramos económicos.

3.º — As C.T. devem ter um papel preponderante na dinamização e formação das Assembleias Populares. Realmente, são dentro destas, as estruturas mais organizadas e combativas.

Consequência do exposto vemos que a criação dum órgão superior de organização das C.T. institucionalizado e com carácter definitivo poderá trazer o perigo de dispersar esforços desviando as C.T. dos seus objectivos fundamentais.»

ASSEMBLEIAS POPULARES: FRENTE DA ALIANÇA REVOLUCIONÁRIA

«Entre a classe operária, o campesinato e a pequena burguesia urbana do nosso país, existe no momento presente uma comunidade de interesses que deverá ser a base objectiva sobre a qual se impõe a aliança entre os operários e outras camadas de camaradas das classes trabalhadoras (camponeses, empregados, intelectuais, etc.). A classe operária impõe-se na hegemonia desta aliança e a sua libertação passa pela libertação dos outros camaradas das massas trabalhadoras. Por tudo isto na actual fase da Revolução Portuguesa, a classe operária tem de se desdobrar em muitas frentes de luta: nas empresas, nos campos, nos Sindicatos, nos locais de residência. As Assembleias Populares são uma dessas frentes, frente privilegiada no que respeita ao reforço da aliança com outros camaradas.»

Do mesmo modo, as Comissões de Trabalhadores constituem uma das frentes essenciais para a mobilização das massas populares e para a consolidação do processo revolucionário. As conclusões do seu Primeiro Encontro são uma prova da sua tenacidade revolucionária e exprimem a capacidade criadora da classe operária e outros trabalhadores, quando se trata de construir uma sociedade sem exploração, a sociedade socialista.

CONGRESSO MUNDIAL DAS MULHERES

A mulher é parte integrante da sociedade. Só com a sua participação em todos os aspectos da vida política, social e económica os povos se poderão desenvolver e progredir

Realizou-se em Berlim, capital da RDA, o Congresso Mundial de Mulheres que reuniu um total de duas mil participantes. De 20 a 24 de Outubro, mulheres de todos os pontos do mundo debateram os problemas mais prementes relativos à situação da mulher. No final do Congresso foi aprovado um Apelo dirigido às mulheres de todo o mundo onde, entre outras coisas, se afirma:

«A Igualdade da mulher na sociedade perante a lei e na vida de todos os dias não se realizará por milagre.

«Queremos que em toda a parte as mulheres atinjam o desenvolvimento harmonioso dos seus talentos e das suas aptidões no respeito da sua dignidade e segundo as suas capacidades.

«Insurgimo-nos contra as formas caducas de propriedade e de poder que mantêm a discriminação relativamente à mulher em matéria de instrução, de salário e de situação social.

«Afirmamos que a igualdade consiste nos direitos iguais na família e na sociedade no mesmo direito ao trabalho que os homens, na igualdade de salário para trabalho igual, na promoção das mulheres em todos os domínios. A igualdade não pode ser realizada sem a acção das mulheres.

«Tal é o sentido do nosso apelo.»

O Apelo que condena o imperialismo e a política de guerra que este desenvolve, salienta a importância da mulher na sociedade e, nomeadamente, no triunfo das forças da paz:

«O futuro do mundo depende da nossa acção, individual e colectiva.

«Uní a acção comum.

«Nós mulheres, dispomos de numerosos meios. É necessário actuar nas organizações de mulheres e de jovens, nos sindicatos nos parlamentos e assembleias comunais, nas instituições religiosas, sociais e culturais, nas empresas, nas cidades, e nas aldeias, nas organizações nacionais e internacionais. Intervindo em toda a parte onde vos encontréis a fim de que cresça a influência das mulheres. Reforçai a unidade das forças e da paz!

«Mulheres de todos os Continentes ouvi este apelo e respondei! «Militai pela causa da paz, da democracia, da independência nacional, do progresso social e da igualdade, combatei por ela!»

PESCADORES DE PENICHE: UMA DATA HISTÓRICA

A consciência de classe dos pescadores de Peniche não é de hoje. Prova-o a inesquecível jornada de 13 de Novembro de 1935, que aqui evocamos citando uma nota da Comissão Concelhia de Peniche do PCP

A unidade e o espírito de luta que os pescadores de Peniche empregam hoje em prol da Revolução, não é algo que nasceu com o 25 de Abril de 1974; é sim a experiência de largos anos de luta nas difíceis condições do fascismo salazarista que explorava e reprimia todos aqueles que se recusassem e ser escravos do regime.

Foi no dia 13 de Novembro de 1935 no tempo em que a sardinha ainda era apanhada com farelos que as trazia a tona de água e explosivos que as matavam ou estontevavam, que o povo de Peniche se insurgiu contra os opressores fascistas, mostrando assim a sua consciência de classe.

Nessa altura, após a morte de um pescador pela explosão de um morteiro, as autoridades fascistas proibiram a utilização de tais instrumentos para pescar, no entanto, não deram oultros aos pescadores que apesar da proibição fascista, para

ganhar o seu pão continuaram a pescar nas mesmas condições.

Este acto de resistência dos pescadores, custou aos mesmos a prisão de 56 mestres (nesse tempo os mestres não eram como quase todos os de agora; eram pessoas de confiança dos pescadores), prisão essa que só através de feroz repressão militar foi conseguida.

No dia 13, quando em Peniche se soube da ordem de prisão de que eram vítimas 56 mestres, os sinos tocaram a rebate chamando o povo à rua para lhe dar a notícia; quando esta estava já apanhada, todo o povo, homens e mulheres, se afirmou disposto a não permitir que tal acto se cometesse.

E assim, após invadir os carros destinados ao transporte dos mestres para a prisão das Caldas, a população em altos protestos dirigiu-se para a entrada da vila fazendo ali uma barricada com barcos e pedras, e derrubando os postos da linha

telefónica interrompeu assim as comunicações com Peniche.

Aiapedrejaram e feriram um guarda da GNR quando este pretendia restabelecer as comunicações telefónicas.

Após este acto, as forças repressivas da GNR fizeram soar a voz mortífera da metralha e um pescador filho de Peniche, Francisco de Sousa, cai morto no campo de combate ao lado dos seus camaradas de classe, que como ele apenas pediam boas condições de trabalho.

O Partido Comunista Português, vanguarda da classe operária e da resistência anti-fascista, presta hoje, passados que são 40 anos sobre o grande dia de luta do povo de Peniche, que culminou com a morte de um filho seu, sentida homenagem aos pescadores do 13 de Novembro e a todos pescadores que forjam na luta a unidade que é hoje indispensável ao avanço da Revolução rumo ao Socialismo.

NOTA DO PCP

1 Com a aproximação do 11 de Novembro, data marcada para a proclamação da independência de Angola, multiplicam-se as intervenções e pressões político-militares da reacção e do imperialismo para entrar e impedir a completa libertação do povo angolano.

Sob a direcção incontestada do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e com a ajuda e solidariedade fraternal do novo português e de todas as forças revolucionárias e progressistas do mundo inteiro, o povo irmão de Angola prossegue vitoriosamente a sua luta, preparando-se para travar a 2.ª guerra de libertação após a proclamação da independência, no próximo dia 11 de Novembro. Com este propósito o MPLA assume mais uma vez a responsabilidade histórica na condução desta nova fase da luta e procede à mobilização entusiástica e combativa de todo o povo e apela para a solidariedade internacional, com destaque para a solidariedade do povo português.

2 Com a revolução do 25 de Abril de 1974, libertando-se do domínio fascista, inimigo comum do povo português e dos povos coloniais, o nosso povo virou uma nova página nas relações entre Portugal e os povos das colónias portuguesas. Mais uma vez se comprovou que não pode ser livre um povo que oprime outros povos. Desde então o progresso de descolonização avançou inexoravelmente vencendo todos os obstáculos e entraves opostos pelos colonialistas e reacção, inimigos da revolução portuguesa e da luta libertadora dos povos coloniais.

Cada etapa vencida no avanço da revolução portuguesa teve uma correspondência directa em etapas vencidas no processo de libertação dos povos coloniais.

A revolução portuguesa e o nome de Portugal democrático ficaram para sempre vinculados ao processo de descolonização que estancou a sangria da guerra colonial e pôs em evidência o interesse comum do povo português e dos povos coloniais.

3 Vencendo as resistências dos colonialistas e dos neocolonialistas, depois de Guiné-Bissau e de Cabo Verde, Moçambique e São Tomé conquistaram a sua independência e são hoje nações soberanas integradas na comunidade internacional.

No caso de Angola, a luta libertadora conduzida pelo MPLA é dificultada e agudizada pela resistência das forças reacção e conservadoras de Portugal e pela intervenção activa do imperialismo que alimenta naquele território os movimentos fantoches FNLA e UNITA, por meios dos quais procura perpetuar o domínio imperialista sobre as riquezas deste vasto território.

4 Ao aproximar-se a data do 11 de Novembro multiplicam-se as acções agressivas da parte dos intervencionistas. No Sul são os mercenários do ELP e da ex-Pide em colaboração com a FNLA e a UNITA que, enquadrados militarmente pelos agentes da África do Sul, com a sua ajuda material e militar e com o seu apoio logístico, formam um exército invasor que massacrará na sua passagem as populações angolanas, tendo ocupado já Sá da Bandeira e o porto de Moçâmedes.

No Norte, os mercenários da FNLA, nas fileiras do qual se encontram ex-oficiais e conhecidos fascistas portugueses, financiados e municiados a partir do Zaire, base de apoio do imperialismo americano, procuram avançar sobre Luanda, onde o povo se levantou como um só homem, ao apelo do MPLA, para combater o invasor, que recebe duros golpes dos heróicos combatentes das FAPLA.

A Leste, importantes zonas do território angolano estão ainda sob o domínio dos bandos da UNITA, os quais só conseguem manter-se com o apoio imperialista vindo das fronteiras do Zaire em homens e material com o objectivo de dominar as ricas zonas diamantíferas da Lunda.

Neste quadro de dificuldades que o MPLA vai proclamar a independência no próximo dia 11 de Novembro. O Portugal do pós 25 de Abril não pode nem deve alhear-se das suas responsabilidades e dos seus deveres de solidariedade com o povo angolano nesta fase difícil da sua história.

O PCP entende que não se pode retardar mais a hora dos poderes constituídos, o Conselho da Revolução e o Governo, tomarem uma clara posição de reconhecimento do MPLA como o único e legítimo representante do povo angolano.

5 No entender do PCP, os acordos do Alvor, surgidos numa situação inteiramente diferente da actual e na elaboração dos quais intervieram, juntamente com o MPLA, as organizações fantoches FNLA e UNITA, cuja acção em nada tem servido a luta do povo angolano pela independência, estão ultrapassados e devem ser considerados caducos em tudo que contrarie o reconhecimento do MPLA como o único e legítimo representante do povo de Angola.

6 O apoio de Portugal à proclamação pelo MPLA da independência de Angola, no próximo dia 11, corresponde aos interesses da revolução e do povo português e corresponde também aos interesses e relações futuras dos povos de Portugal e de Angola. Toda a hesitação do governo português no reconhecimento das realidades compromete seriamente, não apenas os interesses imediatos do povo angolano, mas compromete também o futuro das relações do povo português com o povo de Angola.

Um eventual atraso de Portugal no reconhecimento desta realidade comprometeria o prestígio do processo de descolonização seguido pela revolução portuguesa, como comprometeria o prosseguimento das boas relações de Portugal com os povos das antigas colónias. Poderia, além disso, comprometer as boas relações do povo português com os países progressistas do Terceiro Mundo e com os países do campo socialista.

7 Nesta conformidade, correspondendo às exigências do processo histórico e aos interesses comuns do povo português e do povo irmão de Angola, é indispensável reconhecer sem demora o MPLA como o único representante legítimo do povo angolano, e reconhecer o governo soberano que o MPLA venha a formar no imediato.

5 de Novembro de 1975.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português



HOJE COMO SEMPRE COM O POVO ANGOLANO

Consciente que um povo não é livre enquanto oprimir outros povos, sempre o PCP se bateu pela independência dos povos das ex-colónias portuguesas, apoiando activamente os seus legítimos representantes

Lutando tenazmente durante catotze anos, de armas na mão, para se libertar das garras do colonial-fascismo português, o povo angolano e o Movimento de Libertação que desde a primeira hora se afirmou como a sua vanguarda política, o MPLA, sempre encontraram a seu lado a solidariedade combativa do povo português e, na primeira linha, dos comunistas portugueses.

Muito antes do início da guerra em África já o nosso Partido tomava posição, nas páginas do «Avante!» clandestino, contra esse crime que a ditadura de Salazar preparava. Assim, e só para citarmos alguns exemplos, no caso específico de Angola, pode ler-se, no «Avante!» de Outubro de 1960: «A luta popular contra as aventuras guerreiras de Salazar em Angola deve ser travada e organizada em todos os terrenos. Só assim os portugueses poderão impedir que se cubra de opróbrio o nome de Portugal.»

A voz do PCP foi a primeira — e durante muitos anos a única — que se levantou apoiando a justa luta dos Movimentos de Libertação das ex-colónias. Em Novembro de 1960 o «Avante!» publicava uma nota da Com. Política do C.C. do nosso Partido em que se afirmava: «O PCP apoia e presta a sua ajuda fraternal à luta corajosa que os povos das colónias portuguesas (aliados do proletariado português,) conduzem pela sua libertação.»

Durante anos e anos, após o início da luta armada em Angola, sempre o PCP, por através das páginas do seu Órgão Central quer através dos mais variados meios, condenou a criminosa guerra, denunciando os massacres, os roubos, as injustiças de que era vítima o povo angolano.

Fazendo o balanço de um ano de guerra, escrevia-se no «Avante!»: «Passado um ano sobre a insurreição do povo de Angola e o começo dos combates, os portugueses fazem o balanço a este ano de guerra.

50 mil angolanos ou mais foram chacinados pelos colonos e pelos soldados portugueses num dos maiores massacres dos tempos modernos. Todos os actos e bestialidades têm sido praticados sobre o povo angolano, levantando um movimento de indignação em todo o mundo e descreditando o nome de Portugal. Do lado português já caíram alguns milhares de soldados e colonos e todos os dias estão morrendo mais; muitas centenas regressam feridos e mutilados. A nossa juventude está sendo sacrificada nesta guerra.

Este primeiro ano de guerra custou 3 milhões de contos para sustentar as tropas nas colónias (além das despesas militares normais). Aviãos, metelhadoras e barcos de guerra são comprados por qualquer preço no estrangeiro e mandados para as colónias. Quem paga estas despesas é o povo. Os impostos de guerra vêm a cair sobre os ombros dos trabalhadores cuja miséria aumenta. A economia nacional está a caminhar para um grande desastre.

Ao fim dum ano de luta já toda a gente compreende que a guerra de Angola é uma guerra perdida. O povo de Goa libertou-se para não mais voltar à dominação portuguesa e os povos das outras colónias vão também libertar-se. O tempo em que os rezoceiros e as grandes companhias tratavam os negros a chilote está passando para não mais voltar. O povo de Angola quer a sua independência e não deixará de combater enquanto não a conquistar. Só o apoio da NATO tem permitido a Salazar prolongar esta guerra perdida. O fim fatal da guerra de Angola é a retirada das tropas portuguesas e o reconhecimento da independência do povo angolano.

Ano após ano uma palavra de ordem foi gritada bem alto nos campos e nas fábricas, escrita em todos os muros, repetida em cada

panfleto clandestino — Fim da Guerra Colonial!

Ano após ano se batalhou, explicando que a luta dos povos das ex-colónias não era contra o povo português, que o inimigo era o mesmo, lá como cá.

Ano após ano se comemoraram as vitórias alcançadas pelos povos irmãos de África, contra todos os riscos, contra a prisão, contra as torturas, contra a morte.

tuguesas (concretamente: com os dirigentes do PAIGC, do MPLA e da FRELIMO), o reconhecimento do direito desses povos à completa e imediata independência.

Não existe qualquer outra solução para o problema colonial. Não se trata apenas de um movimento de solidariedade para com os povos cujos interesses coincidem com os do

provar a guerra colonial em três frentes, com todas as suas consequências desastrosas para o povo português.

Aos justos anseios, de liberdade dos povos das colónias portuguesas, a camarilha fascista e colonialista de Salazar respondeu sempre com maior e mais atroz opressão e espoliação dos povos das colónias e com a repressão terrorista em grande escala. Não restava, pois, outra saída aos povos das colónias portuguesas que recorrer à luta armada para conquistar o sagrado direito à independência.

Representando os mesmos interesses rapaces dos colonialistas portugueses e dos imperialistas estrangeiros, o governo de M. Caetano longe de procurar solucionar o problema colonial, negociando com os movimentos de libertação de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique a transferência de poderes, aumentou desmedidamente os contingentes militares em África e intensificou as acções militares contra os combatentes e as acções punitivas contra as populações, ordenou a intensificação e alargamento dos bombardeamentos aéreos com napalm e herbicidas para queimar as aldeias e envenenar as populações ou reduzi-las à fome pela destruição criminosa das colheitas e do gado — tudo na esperança de conseguir o impossível.

Há 10 anos, no dia 4 de Fevereiro de 1961, os patriotas angolanos iniciaram a sua guerra de libertação, seguidos pouco depois pelos patriotas guineenses e moçambicanos. Esta guerra, porque é uma guerra justa, só pode terminar pela vitória.

Em Janeiro de 1974, uma nota do Secretariado do Comité Central do PCP intitulada «O Governo prepara medidas demagógicas em África», alerta o povo português para as manobras que se pretendem levar a cabo nas colónias:

Em Junho de 1973, analisando a situação, o Comité Central do

ração demagógica, que aparece como «a solução política do problema colonial» reclamada pela

mento da República de Guiné-Bissau e do direito à completa e imediata independência de An-



opinião democrática portuguesa e internacional.

A partir da «autonomia» e da designação de «Estados» decidida pela revisão constitucional de 1971, os colonialistas levaram a cabo medidas «descentralizadoras», com a valorização de pseudo-governos e de assembleias legislativas, no quadro do que já começam a chamar «Comunidade Portuguesa» ou «Comunidade Lusitana». Não é de excluir que, para o efeito, pensem num simulacro de «negociações» com elementos desclassificados ou corrompidos.

Uma tal manobra, a concretizar-se, teria como objectivos fundamentais manter intactas, sob as novas estruturas administrativas, as posições dos monopólios portugueses e estrangeiros e a exploração e opressão dos povos submetidos ao jugo colonial português.

Procuraria atingir os movimentos de libertação, ludibriando os povos respectivos e levando a uma limitação dos seus apoios externos, tanto em África como noutras partes do mundo. Procuraria convencer a opinião internacional de que começava de facto a «descolonização» portuguesa e uma evolução constituindo a única solução política «realista». Procuraria facilitar aos governos que ajudam o colonialismo português a justificação dessa ajuda perante os seus próprios povos.

Uma tal manobra constituiria um importante recuo político do fascismo e do colonialismo. Mas comportaria sérios perigos, que não devem ser menosprezados. Desmarcando estes planos e propósitos, o PCP reafirma a sua firme condenação da guerra colonial, que continua ainda a ser neste momento a direcção principal da política do governo em África. Reafirma a sua inteira solidariedade para com os povos em luta contra o colonialismo português e os seus partidos revolucionários, certo de que o seu combate conduzir à completa libertação. Sublinha a urgência da abertura de negociações com os legítimos representantes dos povos de Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, ou seja, concretamente, com os dirigentes da República de Guiné-Bissau, da FRELIMO e do MPLA. Não há outros interlocutores válidos e legítimos. E não há outra solução política do problema que não seja o reconheci-

A guerra de Angola deve terminar!
Identificação e guerra

Caos económico

Condição internacional

Portugueses!

Ataque

Saudação de Álvaro Cunhal
a Partido Comunista da Espanha

Radio Portugal Livre

MAIS ACCAO
para as próximas eleições

OS AGUARDADOS DE DOIS COMUNISTAS

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL
a luta do nosso Povo

UM PROVOCADOR

OPERAÇÕES CAMPONESAS TRABALHADORES!

25.º ANIVERSÁRIO
da guerra de Espanha

A GUERRA DE ANGOLA LANÇA O PAIS NA RUÍNA
OS NOVOS IMPOSTOS AGRAVAM A MISERIA DO POVO

OPERAÇÕES CAMPONESAS TRABALHADORES!

25.º ANIVERSÁRIO
da guerra de Espanha

A GUERRA DE ANGOLA LANÇA O PAIS NA RUÍNA
OS NOVOS IMPOSTOS AGRAVAM A MISERIA DO POVO

MAIS ACCAO
para as próximas eleições

OPERAÇÕES CAMPONESAS TRABALHADORES!

25.º ANIVERSÁRIO
da guerra de Espanha

A GUERRA DE ANGOLA LANÇA O PAIS NA RUÍNA
OS NOVOS IMPOSTOS AGRAVAM A MISERIA DO POVO

OPERAÇÕES CAMPONESAS TRABALHADORES!

MAIS ACCAO
para as próximas eleições

OPERAÇÕES CAMPONESAS TRABALHADORES!

25.º ANIVERSÁRIO
da guerra de Espanha

A GUERRA DE ANGOLA LANÇA O PAIS NA RUÍNA
OS NOVOS IMPOSTOS AGRAVAM A MISERIA DO POVO

OPERAÇÕES CAMPONESAS TRABALHADORES!

MAIS ACCAO
para as próximas eleições

OPERAÇÕES CAMPONESAS TRABALHADORES!

25.º ANIVERSÁRIO
da guerra de Espanha

A GUERRA DE ANGOLA LANÇA O PAIS NA RUÍNA
OS NOVOS IMPOSTOS AGRAVAM A MISERIA DO POVO

OPERAÇÕES CAMPONESAS TRABALHADORES!

VIVA A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA! VIVA O MPLA, VANGUARDA DO POVO!

Caminhar progressivamente para um estado de Democracia Popular, tendo por núcleo a aliança de operários e camponeses, na luta por uma sociedade sem exploradores nem explorados, eis um dos objectivos da República Popular de Angola e da sua vanguarda dirigente, o MPLA

Em nome do Povo de Angola, o Comité Central do MPLA proclama solenemente perante África e o Mundo a independência de Angola. Nesta hora, o Povo Angolano e o Comité Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela independência da Pátria. Com estas palavras do camarada Presidente Agostinho Neto, saudadas entusiasticamente por milhares e milhares de trabalhadores angolanos, nasceu às zero horas do dia 11 de Novembro de 1975 um novo país africano, um novo estado soberano que se estende de Cabinda ao Cunene por um território imenso, que foi durante quinhentos anos a maior colónia portuguesa.

Representações diplomáticas de todo o mundo assistiram a esse acto solene, que assinala o direito à liberdade de um povo que a conquistou duramente numa luta prolongada contra um regime estrangeiro e opressor.

O nosso Partido esteve representado pelos camaradas Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, e Francisco Miguel, do CC do PCP, que foram calorosamente recebidos e participaram em todas as cerimónias da independência.

ENTRE ARMAS E BANDEIRAS DO MPLA, PROCLAMADA A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

A independência de Angola foi proclamada no

Largo 1.º de Maio, em Luanda, perante uma imensa multidão vibrante de entusiasmo, de fervor combatente e patriótico. As cerimónias começaram às 21 horas do dia 10 de Novembro, com uma chama de unidade nos bairros, que foi

transportada por um grupo de combatentes do 4 de Fevereiro até ao Largo 1.º de Maio, passando pela cadeia da PIDE e pela ex-Sétima Esquadra, locais de tortura e de morte, símbolos tenebrosos do fascismo e do colonialismo portu-

guês, mas também símbolos patrióticos da luta pela independência, locais onde o povo angolano iniciou a fase final do seu combate que o levaria à vitória que agora celebra.

Correspondendo aos anseios mais sentidos do Povo, o MPLA declara o nosso País constituído em República Popular de Angola. É impossível descrever a manifestação de intenso patriotismo com que estas palavras do Presidente Agostinho Neto foram recebidas pelos trabalhadores angolanos que vieram saudar o nascimento da Nação. Em nenhum espaço de jornal pode caber a fé patriótica, a emoção que se viveu entre armas e bandeiras, entre os cantos revolucionários e as provas firmes e directas de unidade: O MPLA é o Povo, o Povo é o MPLA.

Depois de referir que o MPLA não violou os acordos assinados, o Presidente da República Popular de Angola denunciou veementemente os laços do imperialismo que há muito deixámos de reconhecer como movimentos de libertação e, quanto a Portugal, acusou-o de silenciar a invasão de que o nosso País é vítima e de desrespeitar os Acordos do Alvor. O camarada Presidente sublinhou, no entanto, que a nossa luta não foi nem nunca será contra o Povo Português. Pelo contrário, podemos cimentar os laços entre os dois povos que têm o mesmo objectivo: a liberdade.

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA: OS CAMINHOS DO FUTURO!

O ambiente que se vive nesta terra é esse mesmo: o da liberdade, liberdade duramente conquistada e que vai ser necessário consolidar num combate de todos os dias não só contra a brigada internacional fascista, como Agostinho Neto denunciou os invasores de Angola, onde há forças reaccionárias portuguesas, como também contra a herança fascista e colonialista, que vai ser necessário combater com as armas do trabalho, as armas da disciplina revolucionária livremente consentida, as armas diárias na luta pela organização, pela eficácia dos órgãos da vontade popular, pela libertação do próprio Povo e do País de toda a opressão estrangeira, caminhando progressivamente para um estado de democracia popular tendo por núcleo a aliança de operários e camponeses — etapa apontada pelo Presidente Agostinho Neto — na luta por uma sociedade sem exploradores nem explorados.

Terminando, frisou: Há infelizmente muitas pessoas no nosso país a procederem ou a pensarem como se a derrota do colonialismo e do fascismo em Angola fosse uma derrota do povo português. Mas como afirmou Samora Machel em África houve dois vencedores em cada uma das antigas colónias portuguesas: o povo de cada uma delas e o povo português. Mas a vitória do nosso povo decorrente das vitórias das forças populares angolanas, guineenses e moçambicanas, exige o avanço da revolução portuguesa e a solidariedade entre a nossa revolução e a luta dos povos de Angola e Timor, que sob a orientação do MPLA e da FRETILIN fazem face a invasões estrangeiras. De contrário, o povo português herdará a derrota do fascismo nas colónias portuguesas e entregará a ressaltamentos semelhantes daqueles — muitos dos retornados — que vítimas do colonialismo, não souberam ainda erguer-se sobre o seu drama, a uma clara consciência das causas da sua situação que os levaria a compreender a quem devem com justiça pedir responsabilidade.

No momento em que, sob a bandeira do MPLA, o Povo Angolano celebrava a sua independência, as forças revolucionárias do Porto manifestaram mais uma vez o seu inequívoco apoio à luta do povo irmão, num grandioso comício onde o internacionalismo proletário e o poder popular constituíram a tônica dominante.

Para além do nosso Partido, outras forças de esquerda se associaram a esta iniciativa, onde mais uma vez foi denunciada a política do VI Governo e a sua conciliação com manobras imperialistas e neocolonialistas. Representantes do PAIGC, da Frelimo e Freltin estavam também na mesa, ao lado do CIDAC, Intersindical e Conselho Municipal, sendo este último particularmente saudado sob a palavra de ordem «Poder Popular».

Depois da leitura de várias declarações e mensagens das organizações promotoras, todas elas sublinhando a urgência da entrega do poder ao MPLA, o representante da USP/Intersindical usou da palavra para exprimir todo o apoio dos trabalhadores portugueses à UNTA — União Nacional dos Trabalhadores Angolanos.

Os trabalhadores portugueses e os trabalhadores angolanos travaram uma dura luta comum, contra o fascismo e o colonialismo, referiu o representante da USP a dado passo da sua intervenção. Por isso, laços indissolúveis de solidariedade e fraternidade se criaram e se reforçam agora em nova fase da luta comum contra o inimigo de sempre: o imperialismo.

A Intersindical Nacional, Central Única dos Trabalhadores Portugueses, sempre apoiou incondicionalmente a luta do Povo Angolano e, na hora em que vai ser dado um passo decisivo para a vitória final de todos os povos do mundo — a construção do socialismo — envia ao Povo Angolano, através do MPLA, e especialmente aos trabalhadores de Angola através da UNTA — União Nacional dos Trabalhadores de Angola — calorosas saudações revolucionárias. Durante o comício foram sendo

lidas várias mensagens de trabalhadores de diversas empresas, de muitas organizações progressistas, de grupos de cristãos progressistas, de diversos sindicatos e estruturas populares. Particularmente aplaudidas foram as mensagens do SUV e do RASP, ambas evidenciando a solidariedade dos militares progressistas com a vanguarda do Povo Angolano. «Soldados sempre, sempre ao lado do Povo», respondeu a assistência e em coro e de pé, os punhos cerrados e a certeza de que «Operários e camponeses, soldados e marinheiros, unidos venceremos». A terminar o comício um elemento do Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial — CIDAC, também em nome da Associação de Amizade Portugal-Moçambique e o Conselho Português para a Paz e Cooperação, fez uma longa, frequente e acaloradamente interrompida intervenção profundamente esclarecedora do processo político e militar do Povo Angolano na luta pela sua libertação.

Na tragédia que se mistura à alegria nesta noite simultaneamente de guerra e de festa pelo fim de sistema secular de ocupação e genocídio colonial é dominante a responsabilidade dos poderes presentemente constituídos em Portugal nas dificuldades com que presentemente se debate o povo angolano. Não foram respeitados pelo Estado português os acordos secretos celebrados em Argel entre o ministro Melo Antunes e o camarada presidente Agostinho Neto na véspera da conferência do Alvor. No terreno, a acção militar das forças portuguesas processou-se de forma a enfraquecer as posições das FAPLA, nomeadamente fazendo há meses uma autêntica transferência de poderes nos distritos do noroeste angolano para os exércitos invasor do Zaire e as forças tribais da UPA/FNLA. Essa transferência envolveu a entrega intacta da base aérea do Negage (uma das mais bem apetrechadas da África) e a oferta de numerosas casernas com armas

e bagagens. A cidade de Nova Lisboa foi praticamente entregue à UNTA havendo inclusivamente uma entrega de 4000 armas. Em contrapartida a base aérea de Henrique de Carvalho, na Lunda, foi praticamente destruída e noutras zonas sob o controlo das FAPLA numeroso material danificado. Referiu a dado momento da sua intervenção o representante dos organizadores do comício.

No plano político e diplomático continua o Governo português a defender até à última hora uma solução que não é nem nunca foi solução para nada: os acordos de Alvor. Defesa aliás contraditória uma vez que suscitou pensos pelo próprio Governo português e que aliás nunca revelaram o mínimo de consistência.

Acompanhado na tribuna pelos dirigentes do Movimento, como Lúcio Lara, Lopo do Nascimento, Nito Alves, Rui Monteiro e muitos outros, o Presidente do MPLA e da República Popular de Angola continuou a dirigir-se à multidão, afirmando que a primazia das estruturas do Movimento se manterá sobre as do Estado no novo País angolano, no qual o MPLA se consagra como único dirigente e força popular.

As FAPLA — Forças Armadas Populares de Libertação de Angola — são institucionalizadas em Exército Nacional. As FAPLA, braço do povo, constituem um exército popular que tem por missão a defesa das conquistas do nosso Povo, continuando a ser um instrumento fundamental na luta

anti-imperialista. Além disso, o nosso Exército participará na grandiosa tarefa de reconstrução nacional, para fazer sair Angola do subdesenvolvimento.

SATISFAZER AS NECESSIDADES DO POVO

Apontando como objectivo a satisfação das necessidades do povo, Agostinho Neto afirmou a necessidade de pôr a funcionar a máquina administrativa e de acabar com o parasitismo. A economia será planificada para servir o homem angolano e nunca o imperialismo devorador, sublinhou o camarada Presidente, saudado por milhares de vozes de apoio e convicção de que é preciso vencer rapidamente esse monstro devorador dos povos que é o capitalismo internacional, sob a forma de imperialismo.

A luta pela independência económica será constantemente uma constante da nossa estratégia, prosseguiu Agostinho Neto. Mesmo os projectos de indústria pesada estão inscritos no plano de desenvolvimento da nova nação africana. Mas, analisando a situação do País, o MPLA decide que a base do desenvolvimento é a agricultura, sendo a indústria um factor decisivo do nosso progresso.

Sob a palavra de ordem Um só Povo/Uma só Nação — um dos versos do Hino Nacional cantado pela primeira vez em público na Festa da Independência — serão restabelecidas numa nova base as relações com Portugal, despidas de qualquer vestígio colonial, disse Agostinho Neto, acentuando que o actual contencioso será tratado com serenidade para que não se envenenem as relações futuras.

CONTRA O IMPERIALISMO, O NEOCOLONIALISMO E O FASCISMO

Secundado na tribuna pela presença amiga e fraterna dos representantes dos Povos dos Estados de Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, República Popular do Congo e Guiné, por homens e dirigentes como Marcelino dos Santos, Nino Vieira, comandante João da Silva, Manuel da Alba, e tantos outros, o MPLA, pela voz do seu Presidente, denunciou mais uma vez o imperialismo que não desarma. Vencido o colonialismo, pretendia agora impôr-nos um novo regime de exploração e opressão, sublinhou Agostinho Neto, lembrando que o inimigo nos impõe uma guerra que torna a forma da resistência popular generalizada para expulsar de Angola o exército zairense, os fascistas portugueses e os fantoches angolanos que participam na agressão.

Perante os representantes da alta hierarquia católica de Angola, o Presidente do MPLA e da nova República Popular referiu-se à protecção que o Estado dedicará às Igrejas, aos objectos de culto e às instituições religiosas legalmente reconhecidas, dentro do princípio da separação completa da Igreja do Estado. Foi também mencionada no discurso da Proclamação da Independência a reintegração completa na sociedade de todas as vítimas da guerra de libertação nacional bem como o

auxílio aos orfãos de guerra e mutilados, o analfabetismo será vigorosamente combatido, acabarão todas as discriminações de raça, sexo, etc. Serão feitos grandes esforços no campo da saúde e do ensino, a trabalho igual será atribuído salário igual.

A mulher angolana passará a usufruir dos direitos conquistados através da sua participação na luta de libertação nacional.

AO LADO DOS POVOS OPRIMIDOS

A solidariedade com todos os povos oprimidos do mundo foi também especialmente vincada, nomeadamente no que respeita aos povos da Namíbia, do Zimbábue, da África do Sul e de Timor.

Nós não estamos isola-

dos do Mundo, acentuou o Chefe do Estado angolano. E, a propósito, lembrou, além dos reconhecimentos já verificados por parte da República Popular do Congo e da Guiné-Conakri, o facto do dia 11 de Novembro ter sido feriado na República Popular do Congo.

Referindo-se aos compromissos internacionais que o novo Estado respeitará, o Presidente Neto lembrou que a ajuda externa será bem aceite, desde que não condicionada nem condicionante, pois jamais será traído o sagrado princípio da independência nacional.

O Presidente da República Popular de Angola terminou o seu discurso no meio de um entusiasmo indescriível, vitoriado pela multidão que ouviu ler a declaração do reconhecimento da República Popular do Congo e

escutou as palavras do delegado da República da Guiné, tendo sido calorosamente saudado o nome de Sekou Touré.

A meio da manhã do dia 11, Agostinho Neto tomou posse do seu cargo de Chefe do Estado. A cerimónia de investidura assistiram os representantes do nosso Partido, camaradas Sérgio Vilarigues e Francisco Miguel. Em nome do verdadeiro Povo Português, o camarada Sérgio Vilarigues saudou o Presidente da República Popular de Angola, o Povo Angolano e o MPLA, sua força de vanguarda. Os laços fraternos entre os povos português e angolano mereceram do nosso camarada Sérgio Vilarigues palavras de grande emoção, calorosamente aplaudidas na cerimónia da investidura.



HAVEMOS DE VOLTAR

Às casas, às nossas lavras
às praias, aos nossos campos
havemos de voltar

Às nossas terras
vermelhas do café
brancas do algodão
verdes dos milheirais
havemos de voltar

Às nossas minas de diamantes
ouro, cobre, de petróleo
havemos de voltar

Aos nossos rios, nossos lagos
às montanhas, às florestas
havemos de voltar

À frescura da mulemba
às nossas tradições
aos ritmos e às fogueiras
havemos de voltar

À marimba e ao quissange
ao nosso carnaval
havemos de voltar

À bela pátria angolana
nossa terra, nossa mãe
havemos de voltar

Havemos de voltar
À Angola libertada
Angola independente

Agostinho Neto

Cadeia do Aljube
Outubro de 1960

VIVA A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO!

A Grande Revolução Socialista de Outubro foi comemorada pelas massas trabalhadoras e pelo nosso Partido de norte a sul do País, evocando assim a grande transformação da História que permitiu acabar com a exploração do homem pelo homem

As jornadas revolucionárias de Outubro de 1917 abriram uma nova época na história da humanidade — a época da passagem do capitalismo para o socialismo. O espectro, de que falava Marx no «Manifesto Comunista», e que vinha apavorando as velhas potências reaccionárias e burguesas; o sonho milenário dos explorados e oprimidos — fizeram-se realidade viva ao calor das gloriosas jornadas de que estamos comemorando o 58.º aniversário — afirmou o camarada Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central do Partido Comunista Português, durante a sessão comemorativa da grande Revolução Socialista de Outubro realizada na Escola António da Costa, em Almada, presidida pelo camarada José Revés, da Comissão Concelhia, e na qual estiveram presentes cerca de cinco mil pessoas.

Aliás, como esta muitas outras foram as iniciativas para comemorar no 7 de Novembro o 58.º aniversário da Revolução Soviética. De norte a sul do país sucederam-se as comemorações em que as massas trabalhadoras e todos os portugueses antifascistas participaram entusiasmadamente, recordando a libertação do povo russo e sentindo que no nosso país as massas trabalhadoras e o povo português caminha igualmente; apesar de as dificuldades, para o fim da opressão, rumo ao socialismo, rumo a uma sociedade nova onde não mais terá lugar a exploração do homem pelo homem.

Evocando a Revolução de 1917 o camarada Aboim Inglês fez falou depois de terem usado da palavra os representantes da UEC e da UJC e os camaradas José Cavaco e Amando Pedrosa acrescentou: Como em todo o mundo, também em Portugal, no extremo ocidental da Europa, logo se fez sentir o influxo revolucionário de Outubro.

Ao chegar o ano de 1917, a então pequena classe operária portuguesa passava por um período de intensa luta de classe e organização, como consequência de algumas liberdades democráticas da revolução republicana de 1910, do acelerar do desenvolvimento capitalista dela resultante, bem como do agravamento brutal da exploração, da miséria e da repressão burguesa que acompanharam a entrada de Portugal na guerra imperialista de 1914-18.

Mais adiante e depois de ter salientado a actuação do Partido Socialista que reduzia a sua actividade à colaboração com os partidos burgueses no seio do parlamento republicano e preconizava a «participação de Portugal na camifina imperialista para a defesa dos interesses coloniais da burguesia» o que desorientava as massas, traídas nos seus interesses próprios, o camarada Aboim Inglês frisou:

Quando as primeiras notícias sobre a Revolução Russa chegaram a Portugal, logo o entusiasmo dos trabalhadores se manifestou



Significativa imagem do grande comício no Palácio de Cristal do Porto

(...) apesar pois da repressão e da calúnia burguesas, os trabalhadores portugueses manifestaram abertamente a sua simpatia pela causa dos seus irmãos soviéticos, que por instinto de classe sentiam ser a sua própria causa. Pouco depois começou a tomar forma organizada esse seu amadurecimento crescente da consciência de classe, bem como a solidariedade em defesa do proletariado russo vitorioso, mas açoitado por toda a burguesia e a reacção internacional.

E o camarada Aboim Inglês continuou a sua exposição sobre os reflexos da Revolução de Outubro na classe operária portuguesa.

No início de 1919 constituiu-se o «Soviete de Propaganda Social», círculo político cujo objectivo era defender a Revolução de Outubro e popularizar as suas experiências. Em consequência da sua acção organizam-se diversos «Círculos Maximalistas», que logo se agrupam na «Federação Maximalista Portuguesa», criada ainda em 1919, a qual faz sair em Outubro desse ano o primeiro número do seu órgão semanal, «Bandeira Vermelha». Até ser proibido e preso o seu director, em finais de 1920, pela sua solidariedade e defesa da greve dos ferroviários portugueses, a «Bandeira Vermelha» realizou um importante trabalho de esclarecimento sobre a revolução russa e os princípios que a informavam, a qual influenciou o movimento operário do nosso país e contribuiu directamente para a formação da sua vanguarda revolucionária.

Finalmente, em Março de 1921, é fundado em Lisboa o Partido Comunista Português, que logo no ano seguinte se liga à Internacional Comunista, participando já os seus delegados no IV Congresso da Internacional Comunista, em Mos-

covo, em Novembro de 1922. Fruto do amadurecimento da consciência política da classe operária portuguesa, das próprias exigências da luta contra a exploração capitalista e da necessidade premente de vencer a influência ideológica então, ainda dominante do anarquismo (estreitamente sindicalista avessa à organização e à luta política e tendendo para o terrorismo individual), assim como a influência ainda vivaz dos socialistas oportunistas de direita — a criação do Partido Comunista Português é também o principal fruto do influxo em Portugal da Grande Revolução Socialista de Outubro.

A finalizar e depois de ter salientado o profundo significado da próxima independência de Angola, tendo a assistência manifestado o seu incondicional apoio ao MPLA, o camarada Aboim Inglês afirmou: Estamos comemorando o 58.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro neste novo Portugal que há ano e meio se libertou da ditadura fascista e que neste curto prazo de tempo, graças à aliança do movimento popular de massas com o Movimento das Forças Armadas, graças ao trabalho abnegado, à vigilância e à acção das massas populares, soube vencer as resistências das forças conservadoras, as manobras dos oportunistas, os ataques da reacção e alcançar históricas conquistas que abrem para o nosso povo a perspectiva do socialismo. É graças a essa perspectiva que nós hoje comemoramos com redobrado entusiasmo a primeira Revolução Socialista da História, a gloriosa Revolução de Outubro. Na experiência pioneira do proletariado soviético, nas grandiosas realizações do povo trabalhador da União Soviética e dos outros países socialistas, nós encontramos experiências e inspiração para o

nosso próprio avanço — rumo ao socialismo.

CELEBRAÇÕES EM MONTEMOR

Os trabalhadores alentejanos acorreram em grande número a Montemor-o-Novo, onde no sábado

do passado o Partido Comunista Português comemorou o 7 de Novembro com a presença de camaradas soviéticos que se deslocaram ao nosso País para assistir em diversos pontos do País.

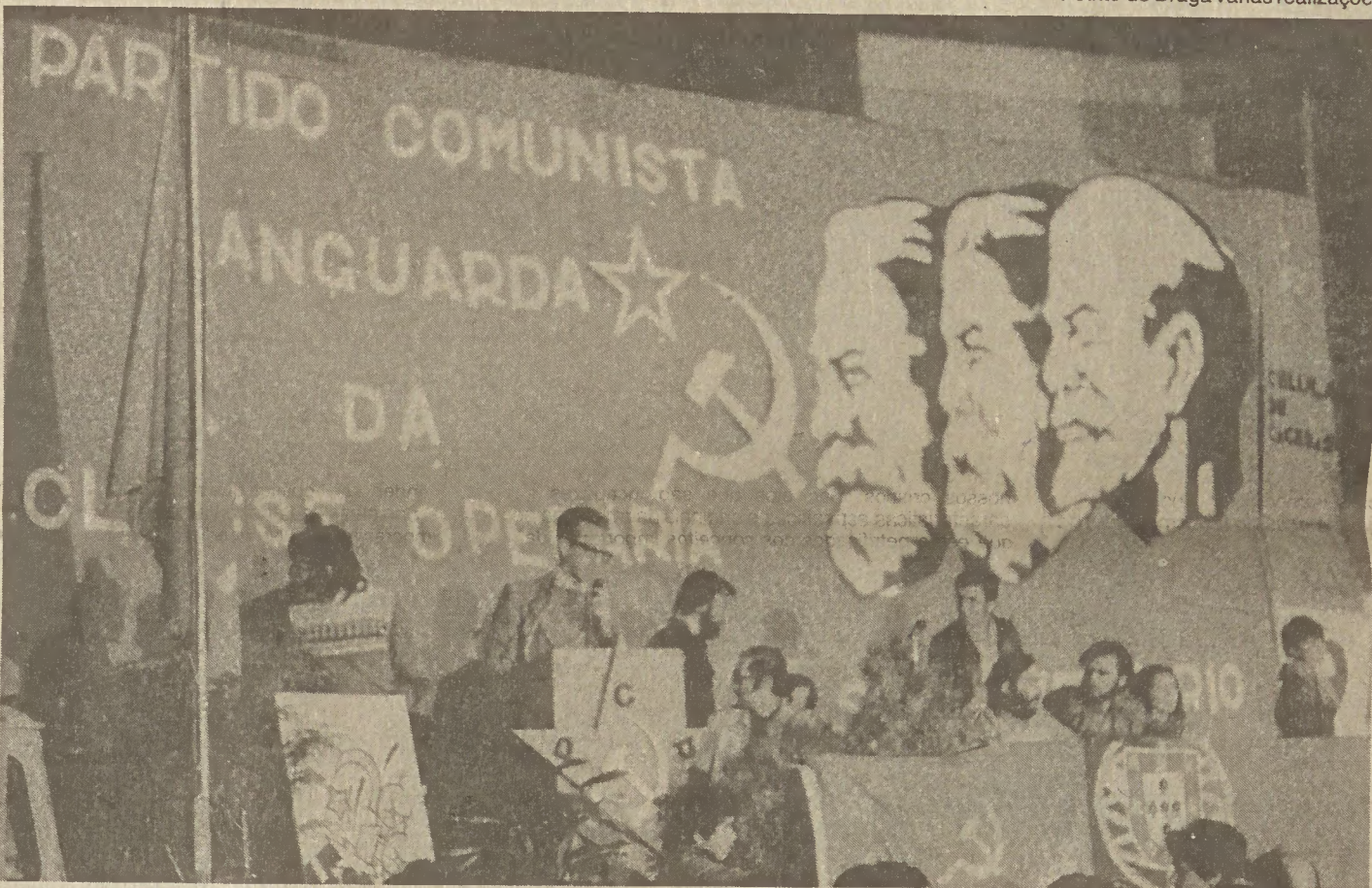
Em Montemor, onde na noite de sexta-feira, no Teatro Curvo Seme-

do se realizou uma sessão de precisam das classes opressoras e exploradoras para viverem. A sociedade capitalista, tenha ela o nome que tiver, tornou-se um travão do progresso social, um inferno de sofrimentos para os trabalhadores e para os povos em geral.

O Grande Outubro ensina-nos que a destruição do Estado capitalista, a abolição da propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a sua transformação em propriedade de todo o povo, a abolição das classes exploradoras e da exploração do homem pelo homem; a construção de um Estado socialista e de uma sociedade socialista a caminho do comunismo é completamente impossível sem a tomada do poder político pelo proletariado com os seus aliados — os camponeses pobres e todas as forças progressistas do País. Sem o poder político da classe operária não há socialismo.

Mais adiante o camarada António Gervásio referiu-se ao avanço do processo revolucionário no Sul de Portugal afirmando:

A realização da Reforma Agrária no Sul, depois da conquista da liberdade, é a maior realização democrática do nosso País. Os agrários e outros inimigos do socialismo e da Reforma Agrária têm oferecido resistência e criado grandes dificuldades ao avanço da Reforma Agrária. Alguns, falando em socialismo, chamam «ladres» aos trabalhadores. Esta calúnia é um



O camarada Carlos Aboim Inglês falando no comício realizado em Almada

esclarecimento sobre o 7 de Novembro, teve lugar na tarde de sábado um grande desfile de tractores e alfaias agrícolas, em número superior a uma centena, representando as diferentes cooperativas e herdades colectivas, bem como representações da UEC, trabalhadores metalúrgicos e da construção civil, comissões de moradores e outras organizações, comemorando igualmente o ano I da Reforma Agrária no nosso País.

Findo o desfile que contou com a presença de bandas de música efectuou-se na Praça da República daquela vila um grande comício e, entre outros, usou da palavra o camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português.

Referindo-se essencialmente ao 58.º aniversário da Revolução de Outubro, o camarada António Gervásio frisou:

Hoje, ninguém pode esconder que o socialismo e o comunismo não são o fruto mais feliz e mais radioso da Humanidade. Os trabalhadores, a nossa sociedade não

grave insulto àqueles que têm as mãos calejadas e que, de uma forma heróica, estão realizando a Reforma Agrária.

Mas a Reforma Agrária não voltará para trás! Essa é a firme e unânime vontade do proletariado agrícola e do camponês do Sul. Muita gente ainda não compreendeu que a Reforma Agrária está a ser feita por um poderoso movimento revolucionário de massas, organizado e não por grupos.

O NORTE COMEMOROU O 7 DE NOVEMBRO

Por todo o Norte, numa grande manifestação de afirmação política, os comunistas, a classe operária e todos os trabalhadores tiveram oportunidade de participarem em autênticas festas revolucionárias ao recordarem a Grande Revolução Socialista Soviética.

No Porto as comemorações tiveram início no dia 3, sob a égide da Associação de Amizade Portugal-URSS, com a presença do Conjunto de Danças do Estado de Azerbeidjão e ainda uma exposição de fotografia artística. No dia 7 a União dos Estudantes Comunistas e a União da Juventude Comunista promoveram no Cinema Vale Formoso um comício comemorativo do 58.º aniversário da Grande Revolução de Outubro, que contou com a presença do camarada Carlos Costa do Secretariado e da Comissão Política do CC do nosso Partido e uma representação do MPLA. Ainda no Porto, no Palácio de Cristal, teve lugar no sábado, dia 8, uma grande Festa Revolucionária, em que participaram milhares de pessoas. Sem dúvida que a alegria e a força revolucionária dos militantes e simpatizantes do nosso Partido foram a nota dominante da animada sessão em que participaram José Viana, Ary dos Santos, Luís Viegas e o Coro dos Mineiros de Aljustrel. José Viana referiu-se à situação política actual salientando que os trabalhadores hoje hesitantes e iludidos pelas falsas promessas da social-democracia, acabaram por optar pela Revolução no momento da verdade, das opções duras de classe. Ary dos Santos declamou um poema sobre o 25 de Abril, e da actuação do Coro dos Mineiros de Aljustrel salientou-se a canção «Com a Força da Classe Operária».

Decorreram também por todo o distrito de Braga várias realizações

marães a participação e o interesse dos presentes no debate travado.

Ainda no distrito de Braga tiveram lugar no dia 8 mais algumas iniciativas, do PCP com sessões comemorativas. De tarde em Santa Marta, Braga, realizou-se um piquenique. Entretendo a Organização de Vizela organizava uma Festa-Convívio no Centro de Trabalho daquela vila. Esta iniciativa reveste-se de particular significado na medida em que marca uma nova fase do trabalho da organização local. Durante a última semana os camaradas de Vizela empenharam-se decididamente no arranjo do seu Centro de Trabalho reparando e pintando paredes, decorando-as, etc. Apesar de marcado para as 19 horas o início da Festa-Convívio, desde muito cedo e durante toda a tarde a casa encontrou-se cheia de trabalhadores que ouviam música, conversavam, discutiam os seus problemas, a actividade do Partido, etc. Cerca das 19 horas realizou-se uma pequena sessão em que os camaradas António Lopes e Alberto Guimarães se referiram ao significado da Revolução Soviética, à situação política portuguesa actual e a problemas da organização local do nosso Partido. A sessão em que participaram cerca de 50 camaradas rapidamente se transformou numa importante reunião de trabalho, fruto da espontânea intervenção e interesse dos camaradas presentes. Depois da sessão, o convívio continuou animado durante algumas horas.

A noite, em Fafe, teve lugar no Salão dos Bombeiros um convívio. Na mesa encontravam-se os camaradas Edgar Correia, da DORN, e Luís Nogueira e Adriano Carvalho, da organização local. Dezenas de pessoas participaram nesta sessão. Ainda no distrito de Braga, em Famalicão teve lugar no domingo, no Centro de Trabalho um animado magusto.

No distrito de Viana do Castelo, várias iniciativas reuniram centenas de comunistas e outros antifascistas que demonstraram a sua amizade e admiração pelo Povo Soviético neste 58.º aniversário da sua Revolução. No dia 7 à noite realizaram-se animados jantares e magustos nos Centros de Trabalho de Monção, Friestas (Valença), Caminha, Afife e Santa Marta de Portuzelo. Em Ponte de Lima e Aroos de Valdevez, organizaram-se convívios com mais de uma centena de pessoas em cada. De notar a grande participação nestas realizações apesar da intensa actividade que a reacção desenvolve naquela região.

De salientar o convívio realizado em Ponte de Lima, na Escola Técnica, que foi uma grande manifestação de força e determinação revolucionária e onde foram aprovados telegramas de saudação ao Comité Central do Nosso Partido e ao Povo Soviético, enviado para a Embaixada da União Soviética.

No dia 8 à noite realizou-se em Viana do Castelo um convívio em que se notou grande alegria dos participantes e que reuniu mais de 500 pessoas. Neste convívio participou um rancho folclórico e um pescador que interpretaram canções e fados alusivos à luta dos pescadores.

Também em Vila Real o 7 de Novembro não foi esquecido pelos comunistas e todos os antifascistas da região. Assim, na Régua, na tarde de sábado, realizou-se uma sessão de esclarecimento e magusto ao ar livre, junto ao rio. No domingo em Pedras Salgadas teve lugar uma comemoração a nível distrital com grande número de pessoas e que incluiu uma sessão de esclarecimento e magusto.

EM AVEIRO

Para além da edição de uma brochura evocando a Grande Revolução de Outubro pela Comissão Distrital de Aveiro do nosso Partido, realizaram-se ainda nos Centros de Trabalho de Aveiro, Oliveira de Azeméis e Ovar, sessões de convívio, com passagem de filmes e canções revolucionárias.

«É PRECISO É SER BOM TRABALHADOR»

Os membros da delegação soviética que esteve entre nós deram uma conferência de Imprensa onde expuseram as suas impressões sobre Portugal e falaram da vida na União Soviética

Comparando o vosso país — país de marinheiros — a um navio que parte para uma nova cruzada os meus votos são que este navio possa descobrir um país novo, um país a caminho do socialismo — afirmou o camarada Yuri Melentiev, ministro da Cultura da República Russa (uma das quinze repúblicas que compõem a União Soviética) que chefiou a delegação soviética que se deslocou a Portugal para assistir às comemorações do 58.º aniversário da Revolução de Outubro, durante a conferência de Imprensa em que comentou largamente as impressões recolhidas na visita feita ao nosso País. Acompanhavam-no na reunião com os jornalistas dois outros membros da delegação soviética, Nina Matrosova, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia, e Salman

Naguiev, chefe de uma brigada de prospecção de petróleo no Azerbeidjão e membro do Soviete de Baku, capital daquela república soviética.

Recordando que o povo soviético sempre manifestou um grande interesse pelo povo português, bem como pela sua História e pela sua cultura, o camarada Melentiev frisou que o povo soviético sempre diferenciou entre o povo português e o governo fascista e que nesse período negro seguiram com atenção a luta dos trabalhadores contra a repressão. E mais adiante:

Nós, soviéticos, compreendemos as dificuldades com que os portugueses deparamos presentemente. Também a nossa revolução e o caminho que tivemos de percorrer para o socialismo não foi um mar de rosas.

Frisando que só o povo português pode escolher o seu destino e deve ser o povo português a dizer o que lhe interessa, acentuou o desejo do povo soviético para que a via portuguesa para o socialismo seja percorrida pacificamente. Recordou por outro lado que durante a Revolução de 1917 as intervenções externas tiveram por objectivo aniquilar a luta dos trabalhadores e que só a lealdade aos princípios de Lênine e ao seu partido permitiram ultrapassar todas as dificuldades.

LIVROS PORTUGUESES EDITADOS NA URSS

Prosseguindo a sua exposição o ministro da Cultura da República Russa realçou a necessidade do reforço das relações comerciais e culturais entre os dois povos.

Relativamente a este último aspecto, que lhe diz directamente respeito, o camarada Yuri Melentiev notou que a Década da URSS agora realizada em Portugal vem permitir um estreitamento dos laços culturais.

Falando dos livros portugueses editados na URSS, alguns dos quais muito antes do 25 de Abril, declarou que o total de exemplares publicados de vários autores portugueses atinge nos últimos quinze anos um milhão e trezentos e cinquenta mil exemplares, com obras que vão desde Fernão Mendes Pinto e Alexandre Herculano a José Gomes Ferreira e José Cardoso Pires. Aliás mostrou alguns exemplares nomeadamente da «Poesia Portuguesa do Século XX» e de «Os clandestinos», de Fernando Namora, cuja tiragem atinge para cada livro os cinquenta mil exemplares.

VIAGENS DE FÉRIAS PAGAS

Na conversa informal que depois se seguiu a camarada Nina Matrosova falou da organização sindical

na União Soviética, cujos sindicatos contam presentemente com cerca de cem milhões de membros e têm amplos direitos nas garantias dos trabalhadores, nomeadamente quanto ao direito ao trabalho, aspectos de saúde e proporcionando tempos livres. Neste aspecto recordou que os dirigentes sindicais podem ser revogados dos cargos para que foram eleitos caso os trabalhadores não concordem com a sua actuação.

Nina Matrosova falou depois das férias dos trabalhadores soviéticos que em caso de irem para o estrangeiro o sindicato paga setenta por cento da viagem ficando a cargo do trabalhador apenas o restante e que é uma quantia ínfima, recordando ainda que na União Soviética oitenta por cento das casas de repouso e sanatórios pertencem aos sindicatos, isto é aos trabalhadores.

Salientando que não é preciso ser-se membro do Partido Comunista para se ser eleito, «o que é preciso é ser bom trabalhador e apreciado pelos camaradas de trabalho», Salman Naguiev, Herói do Trabalho da URSS por se ter distinguido na produção e membro do Soviete de Baku, fez notar que cada Soviete tem uma composição diferente e também ali podem ser destituídos pelos eleitores caso estes não concordem com a actuação dos membros do Soviete.

Depois a conversa desenrolou-se a propósito da sua vida como operário, como aliás sucedeu numa reunião realizada em Coimbra onde aquele camarada soviético monopolizara as atenções dos presentes que lhe fizeram as mais variadas perguntas sobre a sua vida, esclarecendo que um operário podia ganhar mais do que um ministro, o que era o seu caso, e que em alguns trabalhos específicos os prejudiciais à saúde o período de férias pode atingir dois meses.

Salman Naguiev declarou ainda que os trabalhadores na União Soviética têm o seu horário de trabalho, com descanso ao sábado e ao domingo e que só em casos especiais podem fazer horas extraordinárias mas que o contrato de trabalho não permite ultrapassar mais de 120 horas anuais, o que dá 10 horas mensais.

COMÍCIO NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

O grande comício realizado em 7 de Novembro em Lisboa constituiu uma vibrante jornada de internacionalismo proletário

Viva a grande Revolução Socialista de Outubro! Viva o Internacionalismo Proletário! — estes os lemas que presidiram à sessão realizada no passado dia 7 de Novembro no Pavilhão dos Desportos, integrada nas comemorações do 58.º aniversário da URSS. Os milhares de pessoas que enchiam por completo o Pavilhão souberam deixar bem expresso, sem quaisquer equívocos, o carinho e amizade que o nosso povo sempre dedicou ao povo soviético.

Mais forte que todas as mentiras e calúnias propagandeadas ao longo de quase cinquenta anos de fascismo; ganhando fronteiras forjadas pelo imperialismo; vencendo as muralhas do obscurantismo, as notícias da primeira Revolução Socialista do Mundo chegaram a Portugal. Nunca o fascismo conseguiu impedir o nosso povo de comemorar essa data histórica; nunca o fascismo conseguiu impedir que os mais fraternais laços de amizade e cooperação ligassem os dois povos.

Pela segunda vez em liberdade

se comemorou em Portugal o 7 de Novembro. Um dia de festa para todos os que verdadeiramente aspiram pelo socialismo.

Iuri Melentiev, ministro da Cultura da Federação Russa; Alexei Legassov, do Praesidium da União das Sociedades de Amizade, e Albert Mateiev, ministro conselheiro da Embaixada da URSS em Portugal, em representação do embaixador Kalinine, estiveram presentes no Pavilhão, onde receberam uma calorosa ovação e puderam sentir a profunda amizade popular pelo povo soviético.

No comício, que contou com a participação do camarada Alvaro Cunhal, usaram ainda da palavra os camaradas João Faria Borda, um dos dirigentes da ORA e participante da Revolta dos Marinheiros dos anos 30; Fernando Rodrigues, da Comissão Central da UJC e Joaquim Oliveira, da Comissão Executiva do Comité Central da UEC.

De mesa que presidiu ao comício faziam parte, além dos oradores e convidados já referidos, os camaradas Sérgio Vilarigues, Manuel Pedro e Jaime Serra do CC do

PCP, e ainda Mariia Cabral, da DORN.

O primeiro orador, João Faria Borda, começou por se referir ao significado da vitória da Revolução Socialista e seus reflexos em todos os povos do mundo, salientando:

«Sem a existência da União Soviética, sem a ajuda do seu povo, sem a força do seu exército, não só não teria sido possível o triunfo da Revolução Socialista em vários países como até estaríamos hoje sob a «pata» do mais feroz imperialismo — o nazismo nipo-alemão.

«E que para tal não acontecesse pagou o povo soviético pesado tributo: tombaram cerca de 20 milhões de cidadãos e foram destruídas centenas de cidades, vilas e aldeias.

«Esta é uma dívida de gratidão que todos os povos têm para com a União Soviética. Reconhecem-no sinceramente os povos das Democracias Populares da Europa; reconhecem-no e proclamam-no os povos de Cuba e do Vietname; reconhecem-no ainda os povos coloniais cuja libertação do domínio imperialista não teria sido possível tão cedo sem a vitória alcançada pelo heróico Exército Verme-

lho na II Grande Guerra Mundial.»

O orador referiu-se depois à situação que se vive presentemente em Portugal, focando o papel reaccionário desempenhado pelo CDS e PPd, bem como pela cúpula do PS, afirmando a terminar que também Portugal poderá vencer a sua Revolução, se as forças progressistas se souberem unir, e que essa será a melhor homenagem que teremos prestado à União Soviética e ao seu povo.

Fernando Rodrigues e Joaquim Oliveira salientaram em especial o significado da Revolução Socialista para a juventude, tendo sublinhado a importância dos laços de amizade e cooperação que une a juventude dos dois países. Falou por último o camarada Alvaro Cunhal, cuja intervenção publicamos na página ao lado.

Importante jornada de internacionalismo proletário, onde o apoio ao povo de Angola e ao MPLA foi uma constante, bem como à União Soviética, este comício representou também mais um importante contributo para reforçar os princípios de amizade e cooperação entre Portugal e os povos do Mundo.



O embaixador da URSS em Portugal, Arnold Kalinine, quando discursava na sessão efectuada no Teatro S. Luís

AS REALIZAÇÕES DO POVO SOVIÉTICO NÃO INTERESSAM APENAS AO POVO SOVIÉTICO

«É necessário que certos senhores que dizem ser partidários da revolução socialista compreendam finalmente que ela não é uma dádiva feita aos trabalhadores, mas é, tal como em Outubro, a própria revolução dos trabalhadores e dos seus aliados» — afirmou o camarada Álvaro Cunhal no discurso pronunciado em 7 de Novembro

Camaradas:

Pela segunda vez comemoramos em liberdade a vitória de Outubro. Antes, no tempo da ditadura fascista, comemorar a primeira revolução socialista vitoriosa, enviar saudações ao povo soviético, editar jornais e manifestos comemorativos, fazer reuniões clandestinas, pinchar discos revolucionários, hastear bandeiras vermelhas, eram actos de coragem e destemor. Muitos militantes foram presos e maltratados porque, na negra noite fascista, comemoraram esta data gloriosa, afirmando assim a sua solidariedade para com o país dos soviètes, a sua determinação de lutar, a sua confiança em que também a Portugal chegaria a hora da libertação.

O facto de que, ano e meio após o derrubamento do governo fascista, podmos pela segunda vez comemorar em liberdade o 7 de Novembro é só por si testemunho da luta vitoriosa do nosso povo contra a reacção, do fracasso das sucessivas tentativas contra-revolucionárias para liquidar as liberdades e instaurar uma nova ditadura em Portugal.

É pois com grande alegria que, associando-nos neste momento às saudações enviadas directamente para a URSS, propomos que daqui enviemos também, deste magnífico comício, as saudações mais calorosas ao povo soviético e ao Partido Comunista da União Soviética — fazendo ardentes votos para que alcancem novas e grandes vitórias na obra exaltante em que estão empenhados: a construção da sociedade mais justa, mais humana e mais democrática que a história jamais conheceu: a sociedade comunista.

O papel da URSS

As realizações do povo soviético não interessam apenas ao povo soviético. Os progressos científicos e técnicos, a transformação das condições da existência material e espiritual dos trabalhadores, o aprofundamento da democracia socialista, a manutenção do potencial militar, interessa igualmente todos os países socialistas, todos os trabalhadores do mundo capitalista, todos os povos em luta pela liberdade e a independência.

Desde 7 de Novembro de 1917 que os trabalhadores de todo o mundo viram na causa da primeira revolução socialista vitoriosa a sua própria causa.

Desde esse já longínquo dia 7 de Novembro de 1917, a União Soviética, guiada pelo Partido de Lênine, inspirada pelo marxismo-leninismo, pelo internacionalismo proletário, tem sido ao longo dos anos a maior fortaleza dos trabalhadores de todos os países, dos explorados e oprimidos do mundo inteiro.

Para os trabalhadores portugueses, a vitória de Outubro determinou uma mais rápida tomada de consciência acerca dos seus interesses, das suas tarefas, dos métodos de organização, da tática, dos objectivos e da perspectiva da própria luta.

A criação da vanguarda revolucionária da classe operária portuguesa — o Partido Comunista Português, em 1921, está indissolivelmente ligada à vitória de Outubro, às experiências do proletariado russo e do seu partido — o glorioso partido de Lênine.

Desde então, a luta dos trabalhadores portugueses (como a luta dos trabalhadores de todos os outros países) é indissociável das realizações e vitórias históricas da URSS, do seu apoio e solidariedade, inspirados pelos ideais do internacionalismo proletário.

No tempo do fascismo, os países imperialistas, incluindo aqueles onde governavam e governam sociais-democratas, mantinham relações de estreita cumplicidade com o governo português. Nesses duros anos, a social-democracia, que hoje grita, protesta e ameaça porque diz não haver liberdades em Portugal (quando em Portugal existem mais amplas liberdades que nos países onde governa a social-democracia) nunca elevou a voz contra a supressão das liberdades, contra as violências e os crimes praticados pelo fascismo português. Os governos capitalistas da Europa, incluindo os governos sociais-democratas, ajudavam nesse tempo como continuam ajudando hoje as forças do fascismo e de toda a reacção.

Inversamente, a URSS (e com a URSS os outros países socialistas) eram no tempo do fascismo activamente solidários para com os trabalhadores e o povo de Portugal, assim como para com os povos submetidos ao colonialismo português. Elevando o seu protesto contra os crimes fascistas, a URSS recebia revolucionários, concedia bolsas a antifascistas, informava pela rádio o Portugal amordaçado acerca da luta do próprio povo português e dava um alto exemplo de solidariedade e de fraternidade proletária e humana acolhendo nas suas escolas, mantendo e educando durante muitos anos numerosas crianças, filhos e filhas de lutadores antifascistas assassinados, presos ou clandestinos.

O 25 de Abril criou condições favoráveis para o desenvolvimento das relações entre os trabalhadores portugueses e o povo soviético e os povos dos outros países socialistas e criou as condições fundamentais para o desenvolvimento das relações de amizade entre o novo Portugal democrático e a URSS e outros países socialistas.

Portugal está tanto mais profundamente interessado nesse desenvolvimento quanto é certo que o mundo capitalista acolheu com reserva, depois com desconfiança e finalmente com hostilidade a revolução portuguesa. Dos países imperialistas vêm-nos pressões diplomáticas, económicas e financeiras, ajudas à contra-revolução, sabotagem pelas multinacionais, promessas de empréstimos ridículos concedidos com condições políticas, tentativas de estrangulamento económico da nossa jovem democracia.

Os países imperialistas continuam a impôr-nos a compra das suas mercadorias, mas compram cada vez menos mercadorias portuguesas. Numa situação em que o défice anual do nosso comércio externo sobe a mais de 40 milhões de contos, em que baixam as remessas dos emigrantes e as receitas com o turismo, o desenvolvimento das relações comerciais e de cooperação económica com a URSS e outros países socialistas — relações baseadas na igualdade e no respeito recíproco dos interesses — é de importância vital para a estabilização da nossa situação económica e financeira, para a reacivação da indústria e da agricultura, para a diminuição do desemprego.

Há porém certos políticos que gritam por um lado que Portugal está à beira da ruína e que as reservas estão a esgotar-se e que, por outro lado, põem toda a espécie de obstáculos, de entraves, de campanhas de desinformação e de calúnias ao desenvolvimento do comércio e das relações de cooperação económica com a URSS e outros países socialistas.

Se não fosse a acção reacçãoária e as resistências ao nível do aparelho do Estado e do próprio governo poderiam já ter-se vendido quantidades muito superiores de vinho, de tecidos, de confeções, de calçado, de cortiça, de resinas, de amêndoas, de barcos, de elementos metálicos, animando e reanimando largos sectores industriais e agrícolas.

Aqueles que pelo seu anticomunismo, pela sua submissão aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro entravam o desenvolvimento das relações comerciais e económicas com a URSS e outros países socialistas, tomam pesada responsabilidade no agravamento da situação económica em Portugal, na existência de excedentes sem mercados, na diminuição da laboração de numerosas fábricas e na existência de milhares de desempregados.

Os países imperialistas querem manter Portugal debaixo do seu jugo económico. Querem manter Portugal totalmente dependente e, através da dependência económica, procuram manter a ingerência política, o apoio e ajuda às forças reacçãoárias e conservadoras, a liquidação da revolução e a consolidação do capitalismo português associado às multinacionais e às elas submetido. Precisamente porque vêem que o desenvolvimento das relações com os países socialistas é uma porta para a libertação económica de Portugal, procuram impedi-lo a todo o custo.

Nessa luta empregam todos os instrumentos, desde a decisão ou falta de decisão ministerial à incúria ou sabotagem de altos funcionários, ao adiamento das negociações, às delongas burocráticas e também à guerra ideológica.

Do arsenal da guerra ideológica contra as relações com a URSS, faz parte a propaganda contra os chamados «dois imperialismos». Um seria os Estados Unidos, outro seria a União Soviética. É evidente que esta venenosa formulação não visa animar a luta contra o imperialismo norte-americano, mas, pelo contrário, misturando o trigo e a erva daninha, absolver o imperialismo e, no concreto, justificar uma política anticomunista e os entraves ao desenvolvimento das relações com a URSS e outros países socialistas.

Procura confundir-se o amigo com o inimigo e afastar o novo Portugal daquele país mais pronto a apoiar e a ajudar desinteressadamente a revolução portuguesa.

Não é a URSS mas os Estados Unidos que têm bases militares no território português.

Não são os países socialistas mas os países capitalistas que querem determinar qual é o governo que convém e aquele que não convém a Portugal.

Não são os países socialistas mas os países capitalistas que interferem na formação do governo, dizendo quem deve e quem não deve ser ministro. Vetando um ministro competente se é da esquerda, mas aprovando um ministro das Finanças se é de confiança, mesmo que de finanças não perceba nada.

Não são os países socialistas mas os países capitalistas que exploram os trabalhadores portugueses através das multinacionais, que sabotam a economia, que reduzem a laboração, que paralisam e encerram fábricas, que atrain milhares e milhares de trabalhadores para o desemprego. Dum lado temos o imperialismo com a sua exploração, opressão, tentativa de manter o domínio económico e político. Do outro lado temos a fortaleza dos trabalhadores e dos povos, o grande amigo do povo português na sua luta contra o imperialismo, pela liberdade, pelo socialismo — a fraternal e solidária União Soviética.

O imperialismo, a reacção e as forças conservadoras não conseguirão afastar da URSS o novo Portugal democrático, o povo português do povo soviético.

Os trabalhadores portugueses multiplicarão os laços fraternais com o povo soviético (assim como com os outros países socialistas) e lutarão pelo reforço das relações de amizade de Portugal com a URSS, que são, nas circunstâncias actuais, um aspecto essencial da nossa política externa e uma condição para a conquista da verdadeira independência nacional.

O nosso Outubro chegará também

Certos políticos, entre as muitas acusações que fazem repetidamente ao Partido Comunista, fazem a acusação de que o Partido Comunista, sem ter em conta as condições reais, quer repetir em Portugal a revolução de 7 de Novembro de 1917. É um erro do Partido Comunista, (dizem eles) porque nem o Portugal de 1975 é a Rússia de 1917, nem o mundo de hoje é o mundo de então.

Assim falando, tais políticos pretendem, por um lado, mostrar que o PCP está fechado em ideias petrificadas e sectárias e é incapaz de definir uma orientação justa. Pretendem por outro lado criar a ideia de que, no Portugal de hoje, não é possível uma revolução socialista. A solução dos problemas portugueses seria dada não pela revolução socialista, mas pelo reformismo social-democrata.

Estas acusações e ideias exigem alguns comentários.

Em primeiro lugar. O PCP de há muito defende que as revoluções não se fazem seguindo modelos, ou clichés, ou receitas aprendidas nos manuais. Tem sido na base da análise da realidade portuguesa que o PCP



tem definido a sua linha política, as tarefas, o sistema de alianças, as formas de luta, a via da revolução. Precisamente ao contrário do que dizem os detractores do PCP, o que caracteriza a política e a tática do PCP(om mais evidência depois do 25 de Abril) não é qualquer apego a ideias feitas, mas a definição de uma orientação original correspondendo à originalidade da situação e do processo revolucionário português.

Quem quer repetir mecanicamente em Portugal o que se passou noutros países não somos nós, os comunistas, mas precisamente os nossos críticos. São eles que são incapazes de compreender as características específicas e originais da revolução portuguesa. São eles que estão petrificados nos conceitos importados da social-democracia. São eles que querem repetir em Portugal os regimes parlamentares do capitalismo existentes na Europa, sem compreenderem além do mais que, nas condições existentes em Portugal, tais regimes não têm qualquer viabilidade, porque se é certo que o povo português está decidido a defender as mais amplas liberdades, está também decidido, com igual determinação, a defender as conquistas da revolução e a pôr definitivamente fim ao poder dos monopólios e dos agrários.

Não se trata portanto para nós de copiar mecanicamente experiências de outros países, de querer copiar mecanicamente a Revolução de Outubro ou qualquer outra revolução socialista, mas de, tendo em conta essas experiências, procurar a solução correspondente à nossa situação e aos nossos problemas, e essa solução é a construção duma democracia a caminho do socialismo.

Em segundo lugar. Se Portugal de 1975 não é a Rússia de 1917, e o mundo de hoje não é o mundo de então, há traços comuns essenciais nos países do sistema capitalista que imprimem necessariamente traços comuns às revoluções que neles têm lugar. Há um proletariado explorado e uma burguesia exploradora, há forças revolucionárias, há os interesses, as aspirações e os objectivos da classe operária e das amplas massas populares em pôr termo ao capitalismo, à exploração, a todas as formas de opressão.

Os dirigentes sociais-democratas talvez se dessem por satisfeitos se o PCP capitulasse perante a pressão da reacção, da social-democracia, do oportunismo de direita e de esquerda e delimitasse como seu programa a construção duma democracia burguesa em Portugal.

Mas o PCP, vanguarda revolucionária da classe operária, partido marxista-leninista, não capitula, não se converte ao social-democratismo, permanece fiel aos interesses e aos objectivos do proletariado, continua considerando como tarefa histórica a revolução socialista, a liquidação do capitalismo, a construção duma sociedade sem exploração do homem pelo homem, a sociedade socialista e depois a sociedade comunista.

E é por isso que, embora tendo em conta que, na actualidade, estamos ainda desenvolvendo uma revolução democrática e nacional, nunca perdemos de vista essa tarefa histórica, tudo fazemos e tudo faremos para que a revolução socialista seja finalmente levada a cabo na nossa terra. A revolução socialista, a liquidação da exploração, a construção duma sociedade sem classes, é a nossa estrela polar. Por ela nos guiamos e confiamos que assim não perderemos o norte e alcançaremos (de absoluta certeza alcançaremos) tais objectivos.

A revolução socialista não se inicia nem se realiza por se chamar socialista a uma revolução democrática. Há muitos que dão vivas à revolução socialista quando de facto nem sequer estão entusiasmados com a revolução democrática. Mas contra as esperanças e projectos da reacção e dos reformistas burgueses, a revolução democrática portuguesa abriu definitivamente caminho para o socialismo.

Tendo por isso em conta a diversidade das revoluções e as características específicas e originais da revolução portuguesa insistimos em dizer que em Portugal não queremos (e mesmo que quiséssemos, não seria viável) a edificação de um sistema capitalista com regime parlamentar com um mínimo de estabilidade. Queremos as liberdades, mas não queremos o domínio dos monopólios e dos agrários. Se soubermos defender a nossa jovem democracia, cinharíamos inevitavelmente para o socialismo.

A nossa tarefa é combater e derrotar definitivamente a reacção, defender as liberdades e romper caminho para a revolução socialista, que não será (nem queremos que seja) copiada de qualquer outra, mas que nada terá a ver com uma democracia burguesa governada pela social-democracia e que terá muito de comum com as outras revoluções socialistas.

Aqueles que, dizendo-se socialistas, expressam um ódio profundo aos países socialistas, ao mesmo tempo que tecem louvores às democracias burguesas, não são socialistas. Não querem o socialismo, mas a consolidação do capitalismo português, hoje ameaçado de morte pela revolução.

De uma forma ou de outra chegará finalmente o dia em que os trabalhadores serão senhores do seu destino, o dia em que será instaurado um poder revolucionário, o dia em que será construída toda uma nova sociedade, o dia em que será abolida a exploração, o dia em que os recursos nacionais e o produto do trabalho criador serão em benefício de quem trabalha.

Nesse sentido insistimos em afirmar, tanto como nosso propósito como nossa esperança, que aqui em Portugal o nosso Outubro chegará também.

Isto não significa que o único caminho para o socialismo será uma insurreição. Poderá não soar o tiro do nosso «Aurora» nem se verificar o assalto ao nosso Palácio de Inverno. Tudo faremos para tornar possível o caminho pacífico para o socialismo. Tudo faremos para que seja explorado ao máximo de profundidade o potencial revolucionário original revelado no processo da revolução portuguesa. Outubro significa mais que insurreição. Significa mais que tal ou tal sistema de aliança e tal ou tal que estrutura do Estado. Outubro significa o golpe de finados do capitalismo e embora sem pressas, sem precipitações, sem a impaciência de queimar etapas, sabendo avançar e sabendo recuar, tudo faremos para que esse dobre de finados soe o mais prontamente possível na nossa Pátria.

O poder político e o MFA

Na crise profunda que a revolução portuguesa continua atravessando, o que está em causa é no fim de contas precisamente a perspectiva de desenvolvimento da revolução portuguesa. Vamos para o socialismo ou para uma recuperação do capitalismo?

A revolução democrática portuguesa avançou tanto que, sem a

destruição das liberdades, sem uma nova ditadura reacçãoária, a reacção não conseguiria liquidar as conquistas revolucionárias alcançadas, anular as nacionalizações e forçar a recuperação das terras pelos agrários.

A recuperação das posições do capitalismo não é possível existindo as liberdades, porque, exercendo as liberdades o povo português não consentirá que lhe sejam roubadas as conquistas da revolução. Só pela violência e sem se encontrar uma solução para a crise que os órgãos do poder continuam atravessando não se podem resolver os outros graves problemas.

O «socialismo em liberdade» que alguns prometem não seria nem socialismo nem liberdade. Seria capitalismo sem liberdade. Seria um passo certo para a instauração duma nova ditadura fascista.

Nas condições existentes em Portugal, as liberdades defendem-se não com uma política social-democrata, mas no caminho para o socialismo.

A luta que temos por diante é extraordinariamente complexa dada a profunda crise político-militar que se mantém e se prolonga. A crise atingiu gravemente os órgãos do poder político (MFA e governo) não se encontrar uma solução para a crise que os órgãos do poder continuam atravessando não se podem resolver os outros graves problemas.

O PCP insiste na urgência de procurar e encontrar uma solução para o problema do poder político. As remodelações que se verificaram no MFA, designadamente nos seus órgãos superiores, e a criação do VI Governo Provisório não conduziram a uma solução da crise em nenhum dos seus aspectos, mas ao seu agravamento. Nem sequer o problema da ordem e da autoridade de que alguns quiserem fazer o problema central. A autoridade do poder é cada vez mais contestada e a repressão só por si pode impor a ordem e a autoridade, mas não a ordem democrática, não a autoridade democrática, mas uma ordem e uma autoridade de tipo reacçãoário.



Do agravamento da situação posterior às remodelações nos órgãos do poder é necessário tirar as necessárias lições e tomar as medidas que permitam vencer o impasse.

As divisões e incertezas nos órgãos do poder, a multiplicidade de centros de decisão, a grande instabilidade político-militar, enfraquecem a capacidade da resistência à contra-revolução. A falta de um poder político sólido, autorizado, contando com a confiança do povo trabalhador impede a estabilização da situação político-militar e a definição e aplicação duma política que resolva os grandes problemas económicos, sociais e culturais que defrontamos.

No imediato, para se alcançarem tais objectivos é imprescindível um reforço e reanimação do MFA como movimento progressista e vanguarda revolucionária das forças armadas e é imprescindível o reforço das posições dos sectores revolucionários (civis e militares) no Governo Provisório.

Certos radicalistas consideram que o MFA já nada conta na revolução portuguesa, seja porque o consideram praticamente dissolvido, seja porque o consideram direitista. Em correspondência com esta atitude, formam um juízo completamente negativo em relação ao Conselho da Revolução, que alguns chamam o «Conselho da Contra-Revolução».

Tais atitudes são profundamente erradas, têm uma influência desorientadora, são divisionistas e liquidacionistas, tendem a isolar a esquerda revolucionária e coincidem de facto com o objectivo da reacção e das forças conservadoras de dissolver o MFA para que os elementos reacçãoários e conservadores se tornem os senhores absolutos das forças armadas, criando as condições essenciais para lançarem um golpe, liquidarem a nossa democracia em construção e instaurarem uma nova ditadura.

O MFA atravessa sem dúvida sérias dificuldades resultantes do peso que estão a exercer sectores militares que nada têm a ver com o MFA a não ser o ódio que lhe votam. O Conselho da Revolução, como resultado de Tancos, viu-se amputado de oficiais progressistas.

Mas o MFA e o Conselho da Revolução continuam a ser necessários. A luta das forças progressistas não deve ser para liquidar o MFA e para liquidar o Conselho da Revolução, mas, pelo contrário, para que seja reforçado o MFA como movimento progressista e vanguarda revolucionária das Forças Armadas e para que seja reforçado o Conselho da Revolução com uma participação mais significativa das tendências revolucionárias.

É tempo de que as tendências principais do MFA procurem com toda a seriedade uma reaproximação e reunificação, que se traduza na orientação política e nas estruturas orgânicas.

Pode ser que os acontecimentos nos venham no futuro obrigar a ver o problema em termos diferentes. Mas continuamos a considerar necessário e possível o reforço e a revitalização do MFA de forma a poder continuar a ser uma componente essencial da revolução portuguesa.

O grande movimento dos soldados contra saneamentos à esquerda, contra comandos reacçãoários, em defesa das conquistas da revolução, não se deve opor ao MFA, mas contribuir para a sua revitalização numa base revolucionária.

A revolução precisa de Forças Armadas eficientes, disciplinadas, capazes de, ao serviço da revolução, cumprir as missões que lhes sejam atribuídas.

Mas a eficiência e a disciplina têm de ser alcançadas tendo em conta as particularidades da nossa situação.

Os militares portugueses que visitam os países socialistas trazem de lá uma forte impressão da disciplina nas forças armadas. A RTP também tem transmitido filmes que mostram as forças armadas dos países socialistas, a sua disciplina e preparação. Há quem procure com esta propaganda desenvolver uma campanha psicológica para que se aceitem medidas disciplinizadoras nas forças armadas portuguesas. Mas não é com a composição actual do poder que se pode alcançar tal disciplina. Ela só será possível com a consolidação das vitórias revolucionárias e o prosseguimento da revolução, rumo ao socialismo.

A disciplina e a eficiência ao serviço da revolução não se conseguem com saneamentos à esquerda e licenciamentos em massa, com o enfraquecimento ou dissolução de unidades dedicadas à revolução, com a criação dum exército profissionalizado com gente escolhida à dedo, com manobras que eduem as tropas na guerra civil, na luta do norte contra o sul, no hipotético esmagamento do sul revolucionário pelo norte reacçãoário. Este não pode ser o programa de manobras para educar as tropas nas ideias da revolução.

A disciplina e a eficiência militar consiguem-se, pelo contrário, com o afastamento de reacçãoários de lugares de responsabilidade nas Forças Armadas, com a designação para postos responsáveis de pessoas dedicadas à causa da revolução, com a coincidência da linha de comando com a linha de confiança e prestígio revolucionário.

Para vemos o caminho que temos a percorrer para criar forças armadas que correspondam às exigências da revolução portuguesa, seria útil mostrar, por ocasião das comemorações da Revolução de Outubro, não apenas a realidade actual das forças armadas soviéticas, mas a formação, cinquenta anos atrás, do Exército Vermelho substituindo o velho Exército que servira à Rússia dos tsares.

O problema do governo

Quanto ao governo, não é com a participação de um partido que representa abertamente a reacção — o PPD — que se pode lutar contra esta. Não é com uma viragem à direita que se alargará a base de apoio. Tão-pouco a alternativa poderá vir a ser um governo PPD-PS ou um governo exclusivamente PS-militares, como os dirigentes do PS começam a defender, mostrando bem a sua guia de poder e o significado real da sua vocação pluralista...

Se o VI Governo Provisório está já significando uma redução da base de apoio social, nas classes e camadas trabalhadoras, que o obriga a recorrer de forma crescente à repressão, um governo PPD-PS ou um governo monopolista do PS com um sector correspondente nas Forças Armadas contrariariam tal resistência do nosso povo que ou não teria longa vida, ou se aguentaria no poder à custa da repressão, caminhando rapidamente para a instauração duma nova ditadura.

Os acontecimentos nos últimos dias causam a este respeito profunda preocupação.

O PCP não defende a utilização de certas formas de luta que buscam sistematicamente o choque, o confronto, a oposição global a todas as estruturas e a todas as decisões, a contestação pela contestação, a indisciplina pela indisciplina, a agudização forçada de cada situação concreta jogando e arriscando todas as forças e todas as possibilidades para obter um êxito limitado ou até para defender uma posição indefensável. O PCP opõe-se ao aventureirismo esquerdista que em numerosas circunstâncias tem conduzido os trabalhadores e as forças da esquerda a pesadas derrotas.

Ao mesmo tempo o PCP sublinha que a autoridade não se ganha com o uso de métodos repressivos, mas fundamentalmente com a adopção de medidas políticas acertadas. Os problemas que existem na comunicação social não se resolvem nomeando para altos cargos do sector pessoas que não tenham condições para exercê-las, confundindo comunicação social com guerra psicológica, lançando a política do cacete e da bomba lacrimogénia, utilizando desnecessariamente a violência policial ou mandando colocar cargas de plástico para destruir e silenciar instalações de rádio.

Os problemas políticos exigem soluções políticas, e mal irá o poder se procurar encobrir a incapacidade para encontrar as soluções políticas através duma política repressiva.

O PCP apoiou os esforços do Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo para a formação do VI Governo Provisório porque a alternativa que se colocava na conjuntura então existente era a de um governo abertamente da direita e não um governo à esquerda. Aceitou que membros do PCP fizessem parte do governo por entender defender assim melhor os interesses dos trabalhadores e da revolução. Mas insiste em que a composição do governo não corresponde nem às tarefas a que se propôs, nem às necessidades da revolução portuguesa. Um partido reacçãoário como é o PPD nada tem a fazer num governo que afirma querer realizar uma política democrática, em defesa das conquistas da revolução, no caminho do socialismo.

A luta contra a reacção e medidas preventivas para impedir um golpe da direita deveriam ser consideradas tarefa primordial do governo. É evidente que dentro do governo procuram impedir ou entravar a luta contra a reacção aqueles que são seus representantes ou seus aliados.

O problema do governo é inseparável do problema do MFA e do reforço da representação das tendências revolucionárias do MFA, tanto no Conselho da Revolução como no próprio Governo Provisório.

Os dirigentes do PS e do PPD, tal como fizeram imediatamente antes do 11 de Março, insistem em afirmar que não há perigo do golpe de direita. Tal como antes do 11 de Março, insistem em fazer alarme em torno dum imaginário golpe da esquerda.

O PS e o PPD, ajudando-se reciprocamente e apoiando-se noutros sectores ainda mais à direita, voltam-se cheios de ferocidade contra as forças da esquerda, fazem a guerra a oficiais progressistas, preparam no fim um terreno favorável para um golpe de direita.

Impõe-se nestes dias uma insistente vigilância para com as actividades reacçãoárias e intensificar a batalha política para unificar as forças revolucionárias existentes, de forma a fazer face a qualquer golpe de surpresa dos contra-revolucionários e seus cúmplices.

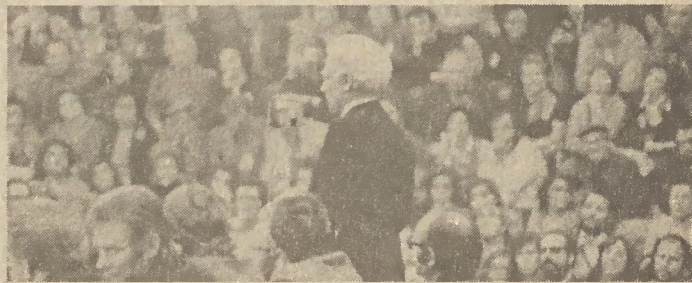
O perigo é real e estão interessados em fazer-lhe frente todos os trabalhadores, todos os antifascistas, sejam comunistas ou socialistas, sejam católicos ou não católicos.

Sobrepondo-se à política de divisão das forças reacçãoárias, à intriga anticomunista, às alianças com as forças reacçãoárias, à desagregação esquerdista, todos aqueles que não querem que volte o passado fascista, todos aqueles que querem construir um Portugal democrático e caminhar para o socialismo, acabarão por saltar por cima das interdições e excomunhões dos arautos e chefes do divisionismo e acabarão por unir-se ombro com ombro, fraternalmente, na luta contra os inimigos da revolução e na obra criadora na construção da nova sociedade.

Os trabalhadores e o socialismo

Na revolução portuguesa, na liquidação do poder dos monopólios e latifundiários, as reformas profundas da nossa economia e da nossa sociedade, nas nacionalizações e na reforma agrária, estão profundamente interessados não apenas a classe operária, mas os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, os intelectuais, os artesãos e outras classes e camadas exploradas e arruinadas pelos grandes capitalistas e pelos grandes agrários.

A classe operária, os trabalhadores das cidades e dos campos, constituem a classe mais revolucionária, a mais consequente, a mais organizada, aquela que tem a desempenhar um decisivo papel em toda a transformação revolucionária da sociedade. Mas, como mostrou o exemplo da Revolução de Outubro, e mostram todas as revoluções socialistas até hoje realizadas, a vitória do socialismo só pode ser alcançada se a classe operária se alia a outras classes e camadas sociais, se sabe tomar com determinação a defesa dos seus interesses, se encarna na sua acção prática revolucionária as aspirações e objectivos das mais amplas massas populares.



No caso da revolução portuguesa, o papel dos militares revolucionários é de primeiro plano na luta política geral e na constituição da força política da vanguarda do processo revolucionário. O papel dos quadros e dos intelectuais é também do mais alto valor. Mas é à classe operária, é aos trabalhadores, que cabe a tarefa fundamental não apenas de dar o seu trabalho e o seu esforço, mas de dar a sua capacidade de organização e de direcção.

Dizem agora políticos elitistas que os trabalhadores não estão em condições de dirigir a reforma agrária, de dirigir as empresas.

Mas, precisamente ao contrário do que dizem esses senhores, nós vemos que são os trabalhadores que estão em muitos casos a dirigir com sucesso empresas e explorações agrícolas, onde o patronato e os tecnocratas reacçãoários provocam a falência, a ruína e o desemprego.

Por muito que custe aos monopólios da sabedoria, os trabalhadores não só são capazes de dirigir sectores da economia, como serão capazes de governar o país.

Precisamente hoje, ao comemorarmos a Revolução de Outubro, ao comemorarmos a criação do primeiro governo da operários e camponeses, devemos lembrar e reter essa lição histórica: a sociedade socialista serão os próprios trabalhadores a construí-la, o Estado socialista serão os próprios trabalhadores a governá-lo. Só quando os trabalhadores governarem se poderá dizer estamos na revolução socialista.

Depois da Revolução de Outubro, ante a sabotagem política do alto funcionalismo, quem assegurou por exemplo o funcionamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros? Foram os diplomatas e os burocratas reacçãoários do tsar? Não, aqueles que asseguraram o funcionamento do MNE, que deram os primeiros quadros para a reorganização dos seus serviços, não foram os burocratas tsaristas, mas os operários da fábrica Siemens-Shukart de S. Petersburgo (hoje Leninegrado).

Infelizmente, nós não chegamos ainda lá, mas estamos certos de que, se a revolução demitisse os diplomatas de carreira contra-revolucionários que enxameiam no aparelho do Ministério, nas embaixadas e nos consulados e colocasse nessas funções trabalhadores vindos das fábricas, assistidos por socialistas, o trabalho do nosso aparelho diplomático, apesar da inexperiencecia dos novos quadros, estaria mais de acordo com as necessidades e interesses da Revolução Portuguesa.

É necessário que certos senhores que dizem ser partidários da revolução socialista compreendam finalmente que a revolução socialista não é uma dádiva feita aos trabalhadores, mas é, tal como em Outubro, a própria revolução dos trabalhadores e dos seus aliados. Não podem estar com o socialismo aqueles que não compreendem, nem respeitam os trabalhadores, aqueles que consideram que a sua gente são os capitalistas e os agrários, aqueles que em todas as situações concretas tomam o partido dos exploradores contra os explorados.

A construção do novo Portugal democrático a caminho do socialismo é uma obra exaltante em que está interessado todo o nosso povo. A unidade da classe operária, a unidade das massas trabalhadoras, a unidade de todas as classes e camadas interessadas na revolução, constituem um factor de importância decisiva para a vitória final.

Em toda a parte, nas fábricas, nas empresas, nos portos, nos campos, nos sindicatos, nos bairros, nas organizações unitárias de base, em toda a parte, os comunistas, hoje como sempre, estão prontos a unir-se em acções concretas com todos aqueles que queiram pela sua parte unir-se aos comunistas na luta contra a reacção, contra a viragem à direita, em defesa da liberdade e das outras conquistas da revolução, na luta pela construção de um regime de amplas liberdades rumo à sociedade sem explorados nem exploradores, na rota gloriosa aberta pela grande Revolução Socialista de Outubro que hoje comemoramos.

- Os sindicatos agrícolas de Lisboa e Santarém, assim como a Liga dos Pequenos Agricultores deste distrito denunciaram a forma de «nacionalização» aplicada à Companhia das Lezírias, nomeadamente contra as indemnizações previstas e reivindicam um controle da empresa pelos trabalhadores. No mesmo sentido tomou posição a actual comissão de trabalhadores da Companhia das Lezírias.

- Deslocou-se à Jugoslávia, a convite da Confederação dos Sindicatos da Jugoslávia, uma delegação da Intersindical Nacional.

- Realizar-se-á em breve, em Lisboa, a primeira reunião da Comissão Conjunta Soviético-Portuguesa, para verificar o cumprimento do acordo entre os dois países e para debate dos projectos para o aumento de relações comerciais. Neste momento, a União Soviética exporta para Portugal petróleo, algodão e peixe congelado e compra a Portugal tecidos, calçado e vinho. Foram já assinados contratos para a compra a Portugal de 60 000 toneladas de vinho, 30 000 toneladas de concentrado de tomate e 500 toneladas de amêndoa.

- Foi aprovada por aclamação, durante um plenário de moradores promovido pela Comissão Revolucionária e Progressista do Bairro de S. José, uma moção de apoio à constituição da Assembleia Popular de Cascais.

- «Repudiamos os actos terroristas da reacção fascista, bem como a ingerência do grande capital externo, a intromissão da NATO e da CIA nos assuntos internos de Portugal» — afirma-se numa moção de solidariedade com o povo português assinada por trabalhadores alemães.

- A colunista mundana Vera Lagoa — conhecida pelas suas posições e actuação ao serviço da reacção — é objecto de um processo crime por exportação ilegal de divisas para o estrangeiro, que se destinariam a um elemento do ELP.

- No prosseguimento das «Jornadas de nacionalização» promovidas pelos trabalhadores da CUF, realiza-se depois de amanhã pelas 21 horas, na SFAL, no Lavradio, uma sessão de cinema para exibição do filme «Coragem de um Povo», de Jorge Sangines. No dia 18 haverá um debate sobre o tema «a Igreja e o momento actual» e, no dia 20, um colóquio sobre «Capacitação».

- Em defesa dos trabalhadores portugueses emigrados, a Intersindical teve um encontro com o Secretário de Estado da Emigração, em que apresentou os mais prementes problemas dos emigrados. O Secretário de Estado da Emigração comprometeu-se a que nada seria negociado entre os Governos sem que fossem ouvidos os trabalhadores.

- Trabalhadores de empresas de informática, reunidos em plenário, denunciam o pagamento anual a empresas multinacionais de três milhões de contos por equipamento informático, que só é aproveitado em 35 por cento. A agravar este facto, há a dependência, em cerca de 70 por cento, em relação a um único construtor (IBM), e a vastas e poderosas protecções e regalias das empresas construtoras.

- O INATEL — Instituto Nacional para aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores tem vindo a organizar estágios de animadores culturais com que se pretende dar aos estagiários noções gerais de análise política e sócio-cultural, assim como noções práticas de utilização de técnicas de animação cultural, nomeadamente no que diz respeito à música, teatro e cinema. Com estes estágios o INATEL e FAQJ pretendem a formação de animadores culturais profissionais, capazes de tomar responsabilidades globais para a estruturação de núcleos de animação cultural em qualquer ponto do país ou de dar um apoio eficaz e dinamizador a núcleos já existentes.

- Em reunião recentemente realizada a maioria dos delegados sindicais metalúrgicos presentes decidiu exigir a demissão imediata do ministro do Trabalho, Tomás Rosa, e do Secretário de Estado, Marcelo Curto.

- A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal exigiu a imediata responsabilização da direcção do IARN, que fez um pedido, ainda não desmentido, de importação de cobertores ao Banco de Portugal, no valor de 300 mil contos, enquanto o volume de desemprego no sector dos têxteis e lanifícios ronda já os 50 mil trabalhadores.

- «Temos de formar um grande movimento de agricultores rendeiros do Norte, criar comissões de rendeiros em todas as freguesias para dar força ao movimento e fazer reuniões e encontros de rendeiros para discutir os nossos problemas» foi a conclusão a que chegaram os pequenos rendeiros, depois de analisarem a sua situação, segundo um comunicado em que exigem a aplicação da Lei do Arrendamento e a sua integração na Reforma Agrária.

- «Se a Reforma Agrária não avançar, toda a economia se ressentirá, comprometendo-se, inclusivamente, o processo democrático rumo ao socialismo» — foi afirmado durante a conferência de imprensa da Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária, com que foi anunciado o início da campanha de recolha de fundos em todo o país.

- O arquipélago dos Açores continua a viver uma situação de efectivo domínio fascista e de completa ausência das liberdades conquistadas com o 25 de Abril. A perseguição e as ameaças de morte a elementos progressistas e contra quem quer que se manifeste contra a pretensa «Frente de Libertação dos Açores», são uma constante.

- Os jornalistas do Telejornal repudiaram, numa moção, a expulsão da Madeira da equipa da RTP, a pretexto de «unilateralidade da RTP».

- A Federação Mundial da Juventude Democrática, numa conferência de imprensa realizada em Berlim (na zona da RDA), condenou a ingerência imperialista no nosso país.

Perca as esperanças Senhor Gerald Ford!

Seis semanas após a formação do VI Governo Provisório, o presidente Ford, dos EUA, afirmava em Boston — «A viragem esperançosa na situação portuguesa verificou-se há seis semanas». E acrescentou — «Desde então tem vindo a melhorar».

A opinião do sr. Ford não é única no mundo do capital. Embora com cambiantes de pessimismo ou optimismo — na perspectiva da reacção —, é evidente a unanimidade de pontos de vista entre todos os mais destacados representantes dos interesses do capital nas várias zonas da terra, e dos seus respectivos órgãos noticiosos. O VI Governo trouxe ao capital internacional e nacional a esperança de uma recuperação da revolução portuguesa para a sua órbita de exploração. Passando embora tal recuperação, pelo desencadear de uma repressão terrorista. Tal perspectiva só não é negada nos círculos abertamente fascistas. Mas nem por isso é menos evidente. E friamente calculada e planificada.

A evolução da situação política em qualquer parte do mundo tem sempre, necessariamente, as suas repercursões internacionais, que se traduzem em apoios e contestação ao nível de governos e povos. O cunho de tais apoios e ataques exprime, de uma forma bastante correcta, o próprio teor do processo político em causa. Será tão impossível ver o imperialismo a incensar uma política revolucionária, como anacrónico uma consequente política socialista a apoiar o fascismo. Isto independentemente da visão mais ou menos aguda, da capacidade de destrinçar no emaranhado dos factos a linha do futuro.

O VI Governo Provisório nasceu sob os olhares esperançosos da reacção internacional. As esperanças não foram frustradas.

Nem só para as forças revolucionárias a prática é o garante da verdade, o aferidor das verdadeiras intenções e objectivos, da sinceridade das palavras, dos discursos pronunciados. Tal bitola também serve para as forças reacccionárias.

Essa uma verdade elementar, em Washington como em Londres, em Paris como em Bona. As esperanças de Ford não surgem por acaso.

Mas o imperialismo não se limita a alimentar esperanças. Não é elemento passivo na vida interna dos países, em particular daqueles que iniciam processos para a libertação dos seus tentáculos. O imperialismo não se limita a falar. Age. Não é de forma alguma alheio à situação de crise política hoje criada em Portugal. Como não pretende alhear-se do seu desfecho. A política de subornos praticada a coberto de um «auxílio» chantagista, os apoios verbais, os grandes elogios — são a fachada. O que necessariamente vem ao conhecimento do povo português. Mas a intervenção imperialista no nosso país é muito mais que isso. São os provocadores profissionais pululando pelas nossas ruas. São as armas e o dinheiro oferecidos à reacção. São as possibilidades concedidas «benevolentemente» ao ELP e ao MDLP para se organizarem. São os planos elaborados em conjunto com profissionais da contra-revolução, com a ampla prática da sua criminosa actuação internacional. É a própria coordenação de actividades e de linhas de orientação com a reacção instalada no interior.

Neste momento o imperialismo joga forte em Portugal. Joga com o empenhamento que lhe dá a certeza que a sua derrota, agora, talvez seja a sua definitiva derrota em Portugal. Numa altura em que Portugal significa muito para o mundo revolucionário, como significa muito para a reacção internacional. Por isso se esforça. E se não fez ainda mais, é porque os seus desejos e ambições não têm a necessária correspondência em força material para os concretizar. É porque tem encontrado pela frente a firme determinação das massas populares de não se deixar subjugar. Vivemos hoje um momento crucial. Um momento que não se pode prolongar demasiado tempo, porque é de crise e de instabilidade. Um momento em que as forças de direita se lançam ao ataque e em que urge, mais do que nunca, uma resposta enérgica e unida das forças empenhadas no processo revolucionário. Não em palavras. Mas em actos.

O conceito de autoridade do Ministro de Trabalho

A política de direita em que se distinguem alguns Ministérios com fulcral importância para a evolução do processo revolucionário português, tem suscitado inequívoco repúdio das massas trabalhadoras. Repúdio que não pode ser encoberto por sofismas como o «terreiro do povo», ou por se passar a considerar como representantes dos trabalhadores ... o PPD ou o CDS. Aliás, as palavras nunca alteraram a natureza dos factos.

Haverá — e há, sem dúvida — trabalhadores enganados, ou oportunistas que mais não pretendem do que «subir» na escala social à custa da traição da classe a que pertencem, que darão vivas a forças reacccionárias e gritarão slogans em que se reclama contra a revolução, contra as forças consequentemente revolucionárias. Mas as massas trabalhadoras que nos campos e nas fábricas agem e pensam, organizadas, sabem bem o que querem, vêm com a lucidez requerida quem defende e quem põe em causa os seus interesses.

O Ministério do Trabalho, pela sua política ao serviço do patronato, tem suscitado inúmeros protestos dos trabalhadores, habituados a ser recebidos num Ministério — o anterior — em que os seus interesses e a sua voz eram ouvidos e atendidos.

De como hoje são recebidas as críticas dos trabalhadores no actual Ministério do Trabalho, esclarece-nos o elucidativo exemplo do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa.

Os trabalhadores ao serviço do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa e a Direcção, reunidos recentemente em plenário, aprovaram por unanimidade uma moção repudiando os saneamentos à esquerda que o Ministro do Trabalho está levando a cabo, visando o afastamento de todos os elementos progressistas. Conforme foi deliberado, os trabalhadores e a Direcção dirigiram-se ao Ministério a fim de serem recebidos

pelos ministros a quem pretendiam entregar pessoalmente a moção.

«Depois de muito instado pela meia centena de trabalhadores presentes (a totalidade dos trabalhadores do Sindicato e a Direcção) — descreve-nos um comunicado dos trabalhadores rodoviários — acedeu receber uma delegação. No entanto entenderam os trabalhadores que o sr. Ministro deveria dialogar com todos os trabalhadores presentes, pois já estão fartos de ouvir proclamar, quando se apresentam representantes dos trabalhadores com o sentir da generalidade dos mesmos, que estes são apenas minorias manipuladas pelo partido A...B...ou C...e os trabalhadores presentes eram de tendências políticas variadas que entendem que a emancipação das massas trabalhadoras se sobrepõe a todas as lutas partidárias».

O sr. ministro decidiu não receber os trabalhadores, retirar-se discretamente por outra porta e mandar o seu conhecido secretário informar que tinha saído. Face aos acontecimentos, os trabalhadores rodoviários resolveram ocupar o átrio do gabinete do senhor ministro. Optando inequivocamente pelas soluções repressivas, o Ministério do Trabalho convocou elementos da GNR e da PSP, armados de espingardas metralhadoras (a lembrar velhos tempos...) com ordens de evacuar os trabalhadores de qualquer forma.

Estes os factos. Uns factos que nos falam da política de um Ministério que recebe condignamente patrões e envia a polícia contra os trabalhadores.

As brigadas da mentira e as brigadas da reacção

A imprensa burguesa internacional, nas suas continuadas «análises» à situação política em Portugal, divide-se entre os elogios ao governo actual e o agitar do espantinho do comunismo, como «ameaça» pendente sobre um Portugal que o nosso povo (sempre o povo...) quereria «democrático», à maneira social-democrata. A imagem de caos, de anarquia, de indisciplina nas Forças Armadas, de grupos armados de comunistas espalhando o terror de norte a sul do país, são os temas preferenciais desta imprensa.



Para um correspondente inglês do jornal brasileiro «O Estado de S. Paulo», por exemplo, milícias de esquerda, juntamente com «brigadas internacionais», invadem o Alentejo, instalam-se nas vizinhanças de Lisboa, preparam o golpe final contra a «democracia», que estes senhores consideram ter nascido com Spínola no poder, e ter sido em grande parte liquidada com a sua fuga para o «livre» Brasil.

A «força invasora» compor-se-ia da «nata do espírito subversivo latino-americano e europeu: os soldados perdidos de «Che» Guevara e os tupamaros de Hugo Blanco; os chilenos do MIR e os bolivianos de Inti Peredo; os brasileiros do «MR B» e do «VAR Palmares»; os colombianos de Camillo Torres e os peruanos de Hugo Blanco; em suma, todos os que sobram e conseguiram escapar do vasto designio terrorista, em boa hora frustrado, para comunizar a América Latina». Assim, por força da aliança entre as nossas forças de esquerda e as brigadas internacionais, «a OTAN e o mundo ocidental estão ameaçados de assistir, impotentes e perplexos, ao desencadeamento de golpe destinado a estabelecer o poder soviético num país cristão, anti-comunista e membro da Aliança Atlântica».

Os jornais brasileiros parecem demonstrar uma notória obsessão pelas «brigadas», sejam elas nacionais ou internacionais. O «Mundo Português», editado no Rio de Janeiro, insere recentemente nas suas páginas um texto da Associated Press, em que, referindo-se à Reforma Agrária, que descreve como uma sucessão desgovernada de assaltos encabeçados pelo PCP, nos informa que um latifundiário de nome Jorge Van Zeller, formou um grupo armado para defender as suas terras da «Brigada Brezhnev», constituída por... elementos do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas!

Por aqui se pode aferir do tipo de «brigadas», que estes senhores temem.

Um problema particularmente focado nesta imprensa, paralelamente ao da existência de grupos armados de esquerda (que na opinião destes senhores, nada poderá ter a ver com trabalhadores em defesa das suas conquistas essenciais), é o da indisciplina no Exército. Há bem pouco tempo, subversivo era o próprio Governo. Hoje são umas Forças Armadas e um povo que não obedecem a um poder central que não corresponde à imperiosa necessidade de avanço do processo revolucionário. Esta a base da indisciplina militar.

O correspondente de «O Estado» manifesta particular aversão pelas unidades, mais progressistas e pretende fazer descabidos paralelos com as Forças Armadas dos países socialistas. É evidente que um Exército deve ser por definição disciplinado. É inegável a magnífica disciplina que reina no Exército soviético ou polaco, da RDA ou da Bulgária. O que o correspondente de «O Estado» não diz — como não o dizem todos os que querem retirar à disciplina o seu conteúdo para melhor poder impor um esquema de controle reacccionário —, é que a disciplina das Forças

Armadas dos países socialistas é uma disciplina revolucionária, uma disciplina consciente, uma disciplina que é garante da defesa dos seus povos e das suas mais preciosas conquistas. Que neste momento, em Portugal, um Exército acatando ordeiramente as ordens dos seus comandos reacccionários (que violam calmamente toda a disciplina militar, quando se trata de não acatar directivas de militares verdadeiramente revolucionários), seria sinónimo de um Exército ao serviço da reacção, ao serviço de um golpe de direita, um dócil e perfeito instrumento dos novos Pinochets portugueses.

O correspondente de «O Estado» — como muitos outros — não diz isto. Mas sabe-o. Participa assim na grande conspiração contra a revolução portuguesa, que planearia o desabar de uma onda repressiva sobre as forças revolucionárias, em nome da ordem, da disciplina, e até do «socialismo». Só que o desabafar dessa onda repressiva impõe condições prévias. O manejo de forças materiais de que a reacção — como a prática o tem demonstrado até agora — não dispõe.

Mesmo com o auxílio de outras «brigadas» — essas com existência bem real — que atravessam as nossas fronteiras ou se formam cá dentro. As «brigadas» do ELP e do MDLP, sempre estranhamente esquecidas nas «análises» que, cá dentro como lá fora, são feitas por aquelas a quem atemoriza o avanço das forças de esquerda, mas não o das forças da direita, do fascismo.

Ajuda só a quem a merece

Após um plenário para eleição da Comissão Distrital, cerca de três mil retornados percorreram as ruas de Viseu, em marcha silenciosa, com a bandeira nacional coberta com uma faixa preta. Estes senhores tinham aprovado uma moção em que faziam as suas reivindicações, nomeadamente: «esclarecimento», a nível nacional, do que foi na realidade a actuação dos portugueses em África; construção, no mais curto espaço de tempo, de habitações condignas para todos os desalojados; «repúdio por todos aqueles que directa ou indirectamente foram responsáveis pela descolonização vergonhosa que atirou para a mais promiscua miséria cerca de um milhão de verdadeiros portugueses». As reivindicações são já de si esclarecedoras. Seguem-se-lhe as ameaças. Também em Coimbra os retornados tentaram organizar uma manifestação, que tinha como objectivo: o assalto à sede da Associação Académica e aos serviços de extinção da Pide. A manifestação — e consequentemente os assaltos programados — não se verificou por o número de manifestantes se reduzir a vinte.

Coimbra e Viseu são dois exemplos entre muitos. Ao assalto de sedes de organizações e partidos progressistas (nomeadamente do nosso Partido), à organização ou adesão a manifestações ou quaisquer realizações reacccionárias, começaram a andar invariavelmente ligados retornados de Angola. Os mesmos que em grupos ocupam permanentemente os passeios do Rossio, onde se dedicam à venda de drogas e à provocação à PM, as reuniões e mini-comícios em que se tece uma parte da trama com que se pretende liquidar definitivamente a revolução portuguesa. Os mesmos que reivindicam para si, desde já, o direito ao trabalho assegurado, a uma habitação condigna, à instrução dos seus filhos, os direitos que o povo português ainda não tem. Os mesmos que enfileiraram há dias na grotesca «manifestação» da Comissão Nacional das Mulheres Portuguesas para a «Defesa da Revolução» (!). Os mesmos que engrossaram a manifestação anti-comunista realizada no Terreiro do Paço, onde foram subitamente eleitos à categoria de povo, e gritam contra a descolonização portuguesa, atacam histericamente o almirante Rosa Coutinho, insultam o MPLA.

Em reunião recentemente realizada entre funcionários da CEE e representantes portugueses, foi pedido a Portugal para utilizar prioritariamente a «ajuda» da CEE em auxílio aos retornados. Os ministros portugueses presentes teriam concordado com esta proposta.

A vinda maciça de portugueses de Angola para Portugal é um problema complexo, que tem várias facetas a considerar. Como tem sido frequentemente afirmado pelo nosso Partido, como por outros militantes revolucionários, seria injusto e contraproducente considerar toda essa massa de gente — em parte fugida a uma guerra difícil, que exige daqueles que nela se integram uma consciência política e uma dedicação revolucionária que não são, nem poderiam ser, atributos de todos os que vivem ou viviam em Angola — como intrínseca e inexoravelmente reacccionária, colonialista e exploradora. Considerar o problema a esta luz, não só é não atender na realidade, como teria como consequência lógica atirar algumas dezenas de milhares de pessoas para os braços da reacção.

O mesmo espírito se deve ter em relação à questão da solução dos complexos problemas económicos e sociais levantados com a vinda dos retornados, problemas já analisados no «Avante!».

Este outro aspecto do condicionamento do «auxílio» da CEE — a determinação de como gastar o quantitativo de tal «auxílio» —, a particular atenção que pelos vistos os retornados merecem a quem mais não deseja do que aniquilar a revolução portuguesa, tem forçosamente alguma coisa a ver com a posição abertamente reacccionária de numeroso grupo deles.

Considerando o drama de uma massa de gente, vítima do colonialismo e da intervenção imperialista, ainda que disso não tenha consciência — os retornados têm o direito do apoio do povo português. Mas — a prática tem-no demonstrado — nem todos. Não se pode pedir o apoio e a compreensão de um povo para os que vieram engrossar as hostes da reacção, alinhar com as forças que, em Portugal, lutam contra a revolução portuguesa, os mesmos que em Angola formam exército com o imperialismo. Os responsáveis do sangue que tem corrido por terras angolanas. Os mesmos que querem empapar do mesmo sangue as nossas terras.

Visite as LIVRARIAS

Avante!

Ap. Santos Dumont, 57-c
R. de Aviz - 26



● Promovida pelo Congresso Mundial das Forças da Paz e apoiada por diversas organizações internacionais da Juventude realizar-se-á em Atenas, de 14 a 17 de Novembro, a «Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo do Chile».

● A União Soviética colocou em órbita dois satélites Cosmos, para continuação do programa de exploração espacial.

● A população de Vientiane, no Laos, foi às urnas nas primeiras eleições municipais realizadas após o derrubamento do regime fantoche que dominava o país.

● Em apoio de reivindicações salariais e contra o desemprego, realizou-se uma greve dos transportes públicos em Paris. O desemprego está-se a tornar um problema particularmente agudo, tendo atingido o total «record» de um milhão de pessoas.

● Os governos da República Democrática do Vietnam e do Vietnam do Sul anunciaram mais um passo tendente à sua reunificação, anunciando que haverá eleições para um novo Governo baseado no socialismo.

● No julgamento de 36 militantes gregos que torturaram presos políticos durante a ditadura fascista derrubada em Julho de 74, o camarada António Ambateli, membro da Comissão Central do partido Comunista Grego, denunciou as brutais torturas a que foi sujeito durante a sua detenção. Foi espancado durante 17 dias, tendo sido então transferido para o hospital.

● Mais de um milhão de trabalhadores italianos fizeram uma greve geral de 24 horas na construção civil. Também os funcionários públicos e os trabalhadores químicos fizeram greve em apoio das suas reivindicações.

● Cabo Verde é um dos novos membros admitidos na FAO pela Assembleia Plenária da Conferência.

● Dezenas de milhares de mulheres vietnamitas organizadas nos grupos armados para a protecção e consolidação da revolução, impediram vários milhares de soldados do antigo regime de passarem à clandestinidade, formando as fileiras da contra-revolução e ajudaram na detenção de espões, uma dezena dos quais pertencia à CIA.

● A agência soviética «TASS», criticou em termos particularmente duros o presidente norte-americano Ford, pelo seu manifesto apoio aos defensores da escalada armamentista no discurso proferido em Boston. «Prestando evidente tributo aos partidários da tensão internacional o presidente Ford afirmou que a força é o único fundamento sólido da paz» — afirma a «Tass».

● Por 101 votos contra 8 (entre os quais os EUA, a Grã-Bretanha, a RFA e Israel) e 25 abstenções (a China, o Iraque e a Líbia não participaram), a Assembleia Geral das nações Unidas adoptou uma resolução que pede, nomeadamente, que a OLP, na qualidade de «representante do povo palestiniano», seja convidada a participar em todos os esforços, deliberações e conferências acerca do Médio Oriente, levadas a efeito sob os auspícios da ONU, em pé de igualdade com os outros países. Foi ainda decidida a criação de um «comité» da Assembleia Geral «para o exercício dos direitos inalienáveis do povo palestiniano».

● Numa mensagem dirigida ao governo dos Estados Unidos, O governo soviético pediu a convocação da Conferência de Genebra para o Médio Oriente, com a participação de todas as partes, incluindo a OLP.

● Num dos países mais sub-desenvolvidos do mundo — o Haiti — a situação da infância adquire o cunho de tragédia. Assim, vinte e sete por cento das crianças em idade escolar sofrem de séria desnutrição e 68 por cento, pelo menos, sofrem de carência de proteínas e de calorías. A UNICEF — fundo das Nações Unidas para a Infância — considerou esta situação como «ameaça séria para a saúde das crianças haitianas». Como consequência da actual situação, a taxa de mortalidade infantil no Haiti é a mais elevada da América Latina.

● A DINA — o mais sinistro órgão repressivo da Junta fascista de Pinochet, procedeu a nova vaga de prisões. O pretexto é a descoberta de planos para assassinar membros da Junta.

● Falando numa recepção dada pelo governo soviético por ocasião do 58.º aniversário da Revolução de Outubro, o camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista da URSS, saudou «a unidade do partido e do povo, a potência do nosso Estado socialista, a sua inabalável aliança com os países irmãos, com todas as forças amantes da paz, o que no seu conjunto constitui uma garantia segura para numerosos êxitos na edificação do comunismo na luta pelo progresso social, pela liberdade e pela independência dos povos e uma paz sólida na Terra».

● A OLP foi admitida numa conferência da FAO —organização da agricultura e alimentação das Nações Unidas. Apenas dois votos contra Israel, que classificou a OLP de «assassinos». Os EUA, que exortaram a FAO a que se mantivesse o mais possível afastada da política...

● «Vorster e as pessoas como ele não estariam em posição de manter a sua política fascista sem o apoio maciço dos Estados imperialistas» — escreve o «Neues Deutschland», órgão oficial do Partido Socialista Unificado da República Democrática Alemã, que refere os «investimentos de Estados imperialistas» na África do Sul, que atingem os 11 500 milhões de dólares, «com os quais 630 companhias britânicas, 494 americanas, 132 alemãs ocidentais e 85 francesas são cúmplices nós crimes de Pretória».

● Algumas unidades das Forças Revolucionárias do Povo (FARP) da Guiné-Bissau vão ser desmobilizadas para constituírem cooperativas de produção. Estas cooperativas deverão constituir modelos de produção de tipo moderno nas diferentes regiões do país».

informação

A igreja brasileira denuncia a vaga de repressão fascista

«É maldito quem mancha suas mãos com o sangue de seu irmão», afirmou o cardeal-arcebispo de São Paulo — na cerimónia religiosa realizada perante oito mil pessoas, na Catedral daquela cidade, em memória de Vladimir Herzog, assassinado pela polícia de Geisel — apontando o «caminho da Justiça, a caminhada da solidariedade nas sendas da paz», como imperativo do momento que vivemos — «Justiça que respeite a todos e não prejudique a ninguém. Justiça que não exclua o perdão, se este for o adubo de uma justiça maior. Justiça que possa consubstanciar-se nas leis, mas que tenha a sua força no interior de cada homem, disposto a dizer a si mesmo e aos outros: Basta».

O assassinato de Vladimir Herzog teve sérias repercussões em todo o Brasil e em todo o mundo progressista. Sucederam-se manifestações de repúdio em várias cidades brasileiras. Ao protesto contra as prisões em massa de professores, jornalistas, estudantes e dirigentes sindicais, verificadas nas últimas semanas, uniu-se o protesto contra a barbárie policial, contra o inqualificável crime cometido pelos esbirros de Geisel. Nesta onda de terror se insere o sequestro de mais dois jovens democratas, José Montenegro de Lima Magro e Jayme Rodrigues Estrella Junior. Mais dois antifascistas a alongar a extensa lista de «desaparecidos» às mãos das forças repressivas do governo brasileiro. Mais dois antifascistas cuja vida corre sério perigo.

A homilia proferida na Catedral de São Paulo pelo seu cardeal-arcebispo, o cunho francamente progressista de que se revestiu toda a cerimónia religiosa, o próprio aparato policial com que se tentou dificultar a realização do culto, atestam de uma posição de confronto com o fascismo que tem vindo a ser assumida por largos sectores da Igreja no Brasil. Baseada em parte na forma brutal como a dominação capitalista se manifesta no Brasil, esta posição da Igreja, de desafio aos poderes instituídos, e de luta por uma sociedade mais justa, ainda pela exclusiva utilização de meios pacíficos (o que, com frequência, não é viável), tem por seu lado consequências extremamente positivas. Alarga a base social de apoio das forças progressistas e, consequentemente, restringe a da reacção. Permite uma mais ampla capacidade de expressão legal àqueles a quem a mordaca de Geisel pretende retirar a voz. Por tímida e condicionada que essa possibilidade de expressão possa ser, não deixa por isso de ser um contributo válido para o esclarecimento das massas populares, tanto mais quanto tem ampla audição nas mais longínquas terras brasileiras.

A posição que a Igreja assume face aos problemas com que se debate o povo de cada país, sob domínio capitalista, em particular os ligados à sua situação de explorado, é importante, sobretudo nos meios mais atrasados. Dela depende, em parte, a posição assumida pelas populações dessas zonas, quer em relação às suas condições de vida, e às verdadeiras causas de tais condições, quer em relação à actuação das forças progressistas, à sua inserção nas fileiras dos que lutam pela liberdade, pelo fim da exploração do homem pelo homem. Em Portugal temos exemplos concludentes a esse respeito. Lamentavelmente exemplos bem pouco louváveis.

No Brasil, a luta contra a repressão passa também pela Igreja, passa pela Conferência Nacional dos Bispos. Uma luta que, a despeito de não conseguir alcançar mais do que resultados limitados (a luta contra a repressão, só por si, jamais poderia acabar com a repressão), tem certamente evitado a repetição mais sistemática de crimes como o que acaba de ser cometido.

São múltiplas, aliás, as organizações e movimentos que, juntamente com as massas populares, ou em nome de amplas parcelas destas, tomam posição face ao recrudescimento repressivo. Assim, o jovem Miguel Trefaut Rodrigues, de entre outras expressões de solidariedade, a nível nacional e internacional, contou recentemente com o apoio e o protesto contra a sua prisão da Associação Brasileira da Imprensa (de que seu pai é sócio) e da secção brasileira da Comissão de Direitos do Homem da ONU. Jogando com os habituais entraves burocráticos, a polícia de Geisel manobra para adiar a sua libertação. Manobras que impõem um reforço de solidariedade, em particular um reforço da nossa solidariedade, que se pode materializar multiplicando protestos junto da Embaixada do Brasil, exigindo a repatriação de Miguel Rodrigues.

A CIA na imprensa

A extensão e diversidade dos campos onde a CIA orienta a sua acção provocatória foram agora novamente confirmadas por recentes declarações do seu antigo director, William Colby, que declarou que a penetração da CIA nos serviços da Imprensa dos Estados Unidos se mantém activa, tanto interna como externamente.

Colby — «saneado» por imposição de Kissinger — admitiu que a agência provocatória americana encarregou de missões de espionagem jornalistas de diários, revistas, emissoras de rádio e televisão, tanto no país como no estrangeiro, e pagou-lhes também para escreverem artigos orientados pela própria CIA. Colby reconheceu que esses métodos se mantêm ainda em relação ao campo jornalístico da CIA.

A recente confissão de Colby completa o quadro das actividades de espionagem e provocação em toda a vida pública dos Estados Unidos, e a nível internacional.

Anteriormente tinham sido admitidas operações da CIA na política, investigação e perseguição de organizações democráticas, controlo da actividade de personalidades progressistas, incluindo embaixadores estrangeiros em Washington. O próprio Colby revelou, em princípios de 1974, que a CIA conspirou contra o Governo de Unidade Popular do Chile até ao seu derrubamento em 73. Revelação posteriormente confirmada por Gerald Ford. Agora fica inequívoca e oficialmente confirmada a actividade da CIA dentro da imprensa.

A sinistra actividade da CIA, tanto no interior dos EUA como a nível internacional, é por de mais conhecida. Pode-se justamente dizer que não há golpe reaccionário, em qualquer ponto da Terra, em que a CIA não esteja implicada, em que a CIA não

tenha posto em jogo a sua capacidade de manobra, a sua vasta experiência no campo da provocação — verdade particularmente evidente por todo o continente americano. É igualmente inegável que, onde nascem processos revolucionários, onde se inicia uma justa política de defesa dos interesses das massas trabalhadoras — a CIA está invariavelmente presente, conspirando, auxiliando as forças reaccionárias internas a recompor-se dos golpes sofridos e a retomar, se possível, a ofensiva.

A técnica de provocação — em que a CIA é exímia — é múltipla e abarca os mais variados campos. A espionagem é um deles — um campo em que se joga para obter informações que permitam agir. Mas a técnica da provocação visa bem mais longe. A obtenção de dados é o elemento inicial que permite basear a tática a seguir na destruição das conquistas dos povos e das organizações que defendem os seus interesses. Na obtenção desses dados, e na criação de um clima propício a determinados desígnios, a imprensa é um sector privilegiado, e como tal um sector preferencialmente utilizado pelas organizações provocatórias, muito em particular pela CIA.

Portugal não se encontra naturalmente fora dos circuitos de actividade da CIA. Muito menos num momento em que se joga o futuro de uma revolução que lesa seriamente os interesses do imperialismo, por ter como linha de rumo a libertação de um país da teia da exploração capitalista e por tender a tornar-se exemplo para todos os outros povos que hoje ainda são vítimas dessa exploração, em especial num continente que o capitalismo teme particularmente ver atingido — o continente europeu. Alguns dos muitos jornalistas que pululam actualmente pelo nosso país, a obcecante curiosidade de certas agências noticiosas que espalham pelo mundo uma imagem completamente deformada da realidade portuguesa (especialmente a UPI e a AP), a própria orientação de alguma informação nacional, têm certamente muito a ver com a penetração e actividade dessa sinistra organização. A CIA não é um mito. É uma realidade bem palpável. Pela mais elementar lógica política, a sua presença no nosso país não pode deixar de ser um facto. E um facto detectável.

A Espanha face ao futuro

Vivem-se neste momento em Espanha, momentos particularmente tensos e complexos — feitos de promessas de uma «liberalização» e da realidade quotidiana da repressão, que não dá mostras de decrescer sensivelmente de amplitude. O aparato policial, a Guarda Civil, as forças especiais de segurança do fascismo espanhol — foram recentemente reforçadas. Está previsto pelo Ministério do Interior um aumento de 20% dos gastos com o Exército — aumento que se tornou possível graças ao recente acordo com os Estados Unidos sobre a ajuda anual militar a Madrid, que se cifra em 500 a 700 milhões de dólares. Entretanto foram presos setenta e cinco estudantes da Universidade de Madrid — com o argumento normal de actividades e propaganda «subversivas». Continuam as prisões em terra basca. Grupos armados da extrema-direita continuam impunemente a sua actividade por todo o



território espanhol. Precioso auxiliar das forças repressivas fascistas, os grupos terroristas de direita invadem casas, agredem pessoas conhecidas pelas suas ideias e actuação progressistas, lançam bombas e gases lacrimogéneos nas suas residências.

Enquanto Franco morre lentamente, acentua-se em Espanha a luta pelo poder, a procura de caminhos dúcteis e enganadores, que mantendo toda a segurança do esquema repressivo, lhe possam atenuar os contornos, assegurar a fachada necessária para a mais fácil aceitação internacional. Para que o mundo capitalista possa abrir mais às claras os braços a uma Espanha «regenerada», «livre» e «democrática», à maneira do capitalismo europeu.

Para além da necessidade de corresponder minimamente ao clamor nacional e internacional contra a sua prática criminoso, o fascismo espanhol tem um outro objectivo em vista, nas suas tentativas de se apresentar com mãos limpas do sangue que tem derramado — o desenvolvimento económico espanhol requiere a ampliação dos seus contactos com o exterior. Uma política retintamente repressiva cria-lhe algumas dificuldades (assim como aos seus parceiros).

A nível interno, o fascismo tem vindo a perder alguns apoios. Vê abrirem-se brechas nas suas mais fortes e tradicionais bases de apoio — o Exército e a Igreja. No Exército, cresce uma oposição anti-franquista, que levou alguns oficiais à formação da União Democrática Militar. Na Igreja, para além dos velhos focos de contestação do poder arbitrário do fascismo, em que sempre se empenharam alguns padres progressistas, figuras conhecidas pela sua simpatia pelo franquismo pronunciam-se agora pela necessidade de uma «liberalização».

Na verdade, a pretensa política de «liberalização», que já falhou uma vez, tem grandes probabilidades de vir a falhar de novo. A impossibilidade ou as dificuldades que se levantarão à criação de um regime pretensamente democrático, será tanto mais vincada, quanto poderosa e escl-

recida se manifestar a luta popular. Desde já, a luta do povo espanhol, a própria crise mundial do capitalismo, a tensão política, as dificuldades económicas internas, estão a conduzir a Espanha fascista para uma das maiores crises da sua história. Se o povo espanhol souber e puder fechar ao capitalismo a falsa porta que este está a tentar abrir para a sua sobrevivência — o campo de manobra desta ficará ainda mais limitado, a crise em que vive sofrerá mais um importante agravamento. Mas tal vitória popular jamais será conseguida com apoios a Juan Carlos, enquanto este pretender estruturar a paródia de jogo democrático. Só a luta do povo espanhol, o hábil aproveitamento de todas as cedências (ainda que demagógicas do regime), permitirá às massas trabalhadoras de Espanha dar novos passos na luta pela sua libertação.

Um povo que tão heroicamente se soube bater pela defesa das suas conquistas, durante a guerra que ensanguentou o seu país, saberá hoje também, sem dúvida, fazer face às manobras do fascismo e líquida-lo, liquidando assim a última ditadura terrorista da Europa. Passo importante para que outros regimes neo-fascistas não brotem das chamadas democracias europeias.

EUA: chantagem na OIT

Numa carta à Organização Internacional do Trabalho (OIT), o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, notificou-a oficialmente de que os Estados Unidos vão iniciar as formalidades requeridas para a sua saída daquela organização. Os regulamentos exigem que seja precedida de um aviso prévio de dois anos.

A notificação invoca como argumentos a admissão de observadores da Organização de Libertação da Palestina (OLP) na conferência anual da OIT realizada em Junho passado em Genebra. avultando alegações particularmente expressivas como: a OIT está a ser excessivamente dominada pela política, não respeita devidamente o processo constitucional e serviu-se de mocções, em vez de meios regulamentares adequados para condenar certos países.

Mas a carta de Kissinger inclui «argumentos» muito mais persuasivos. Manifestam-se nela a «esperança» de que as circunstâncias se modifiquem durante o prazo de dois anos, acrescenta-se que vai ser formada uma comissão a nível governamental para ponderar as relações com a OIT e afirma-se o desejo de não abandonar a organização, desejo que corre paralelamente ao esforço que será feito nos próximos dois anos para promover as condições que lhes permitam continuar membros. Todas estas manifestações de «boa vontade» são devidamente apresentadas com o seu real invólucro — desde a admissão de observadores da OLP na OIT, quando da delegação norte-americana se retirou da conferência, a Câmara dos Representantes votou a redução da contribuição financeira dos Estados Unidos à OIT. O Governo norte-americano é o maior contribuinte isolado para os fundos da organização internacional — este ano deve pagar cerca de 25 por cento do orçamento anual. A saída dos EUA da OIT, significaria, como é evidente, o fim do pagamento dessa quota. Este o verdadeiro fundo da questão. A base das «esperanças» dos EUA na possibilidade de alteração de condições favoráveis à sua continuação como membro da OIT. A base da chantagem.

A posição assumida pelos EUA em relação à OIT, os argumentos invocados, mostram-nos com particular clareza o fundo da política internacional da Casa Branca, os métodos utilizados para alcançar (ou tentar alcançar) os seus objectivos.

O imperialismo americano diz preparar-se para fazer as malas e abandonar a OIT (com muitas reticências e abundantes esperanças de que a situação se comporá, entretanto, a seu favor) por ter sido admitida nesta organização internacional um movimento progressista — a Organização de Libertação da Palestina —, que, com o justo objectivo de alcançar uma pátria livre para o povo palestiniano oprimido e escorraçado, tem vindo a lutar contra o imperialismo, em particular contra a sua mais aguda ponta de lança no Médio Oriente — o governo de Israel. Face a tal posição da OIT, os EUA reclamam contra a excessiva politização desta organização. Entretanto, quando nas reuniões da OIT eram, apesar dos protestos das nações africanas, aceites delegados do Portugal fascista de ontem, que despidoradamente surgiam como representantes das massas trabalhadoras portuguesas, — brutalmente perseguidas no seu próprio país para que o capital internacional, incluindo o norte-americano, pudesse livremente explorar o nosso povo —, os EUA nunca protestaram contra tal facto. Então, a OIT não dava mostras, no entender da Casa Branca, de uma «excessiva» politização. Então, Washington considerava estar bem empregues os dólares investidos na actividade desta organização. E não os negaceava.

Hoje tudo mudou. E Washington ameaça. E reclama contra a «politização». Será atitude menos vincadamente política apoiar regimes reaccionários? A política só surge quando está em jogo o apoio a forças progressistas? É este de facto o conceito de politização arvorado pelos EUA. O conceito de politização de todas as forças reaccionárias, quer ajam ao nível de um grande estado imperialista, e das suas relações de cunho internacional, quer no interior de qualquer outro país. Sempre e onde movimento popular de massas e reacção se confrontam de forma mais aguda.

Outra faceta particularmente significativa da posição assumida por Washington, é a forma como se concretiza o seu «protesto». A Casa Branca não grita o seu protesto violento e definitivo. Vai fazendo as malas, retira parte dos seus dinheiros, e manifesta simultaneamente a melhor das «boas vontades» para solucionar o problema, acrescenta mesmo estar convencida que a sua saída não se virá a consumir, que a OIT saberá reconsiderar, perder os seus «pruridos» políticos, reentrar no rumo traçado à mesa dos grandes monopólios, das multinacionais, dos seus serventuários no governo de alguns países, na direcção de certas organizações. A tática é simples — ou nos apoias e terás o nosso dinheiro, ou não apoias e cortamos-te os créditos. Tática velha, bem conhecida do nosso povo, e com exemplos particularmente recentes, tanto a nível interno, como a nível de relações internacionais. Este o verdadeiro sentido dos «auxílios» e «contributos para o desenvolvimento» concedidos pelo capital internacional. Dar com uma mão, para criar a base necessária para retirar com as duas.

GRANDES JORNADAS POPULARES DO PCP

Prossegue no Mercado do Povo, em Belém, o Grande Festival Popular de Outono, que no passado fim-de-semana conheceu horas de grande alegria e determinação revolucionárias

A vigilância popular contra o fascismo foi uma das notas dominantes da jornada de domingo do Festival Popular de Outono. Durante a ameaça da reacção, os comunistas e os trabalhadores de Lisboa — tal como os de todo o País — responderam ao apelo do PCP, e os milhares de pessoas que acorreram ao Mercado do Povo manifestaram a sua decisão no combate a qualquer tentativa reaccionária, firmes na defesa das conquistas da revolução, unidos no desejo de construírem o socialismo.

Dedicada à juventude e, em especial, à juventude comunista, a jornada de domingo transformou-se numa grande jornada de luta contra a reacção e o fascismo, luta na qual a juventude portuguesa participa com todo o empenhamento, lado a lado com os operários e camponeses, soldados e marinheiros.

O comício que se realizou ao fim da tarde, com a presença do camarada Álvaro Cunhal, foi uma grande demonstração de combatividade dos comunistas e dos trabalhadores da região de Lisboa. Dentro e fora do Pavilhão, milhares de pessoas concentraram-se para ouvir a voz do nosso Partido, através das sucessivas intervenções.

Além do secretário-geral do PCP, encontravam-se presentes os camaradas Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central, e José Magro, em representação da DORL do PCP. Presentes, igualmente, a camarada Zita Seabra, da Comissão Central da UEC, e um membro da CC da União da Juventude Comunista.

ESTUDANTES COMUNISTAS AO LADO DA CLASSE OPERÁRIA

A primeira intervenção coube à camarada Zita Seabra, que depois de saudar os presentes e de reafirmar a ilimitada dedicação da juventude comunista estudantil à causa da classe operária, referiu a inexistência prática das organizações de juventude da reacção e da social-democracia, numa evidente prova de que os jovens estão com a revolução. Salientando as condições de vida dos jovens nos países onde os sociais-democratas estão no poder, a camarada Zita Seabra afirmou não ser esse o futuro por que lutam os jovens portugueses, acrescentando que só a sociedade idealizada por Marx, Engels e Lênine corresponde aos mais fundos anseios dos jovens portugueses. E, a propósito, acentuou: «Na luta pela sua conquista, os estudantes comunistas estão dispostos a fazer todos os sacrifícios e estarão sempre ao lado da classe operária, dos trabalhadores, dos soldados, marinheiros e oficiais progressistas nas duras lutas que nos esperam».

A camarada Zita Seabra denunciou ainda a política do actual Ministério da Educação, reafirmando que os estudantes comunistas saberão levantar-se contra todas as medidas que vão contra os seus interesses ou os interesses dos trabalhadores.

Finalmente, dirigiu uma saudação especial ao MPLA e à sua juventude, dizendo a finalizar: «Agora, antes e depois do dia 11, não pouparemos esforços para mobilizar os estudantes em acções de solidariedade, e desmascararemos firmemente os reaccionários e os maolistas que, com vergonha de apoiarem declaradamente os movimentos fantoches ao serviço do imperialismo, inventaram à última hora a teoria de que o povo de Angola é que deve escolher o movimento que lhe serve. Nós demonstrar-lhe-emos que o povo de Angola há muito escolheu — o MPLA é o próprio Povo. Mas lá, como cá no nosso país, a vitória final pode ser morosa, pode ser difícil e exigir muitos sacrifícios — mas é certa!»

Seguidamente, usou da palavra um representante da UJC, que começou por citar palavras do ca-

marada Álvaro Cunhal: «O Partido confia em vós, confia em que a UJC será uma escola revolucionária e um viveiro de quadros comunistas. Confia em que educará os seus membros na dedicação ilimitada à causa do povo trabalhador de Portugal. Confia em que, na UJC, será sempre arvorada e levantada bem alto a bandeira do proletariado revolucionário, a bandeira do PCP, a gloriosa bandeira vermelha com a foice e o martelo».

A determinação passo da sua intervenção, o representante da UJC afirmou: «Os inimigos da nossa revolução são os inimigos da juventude! Cinqüenta anos de terror e miséria deram-lhes também uma grande experiência. Os actos criminosos a que temos vindo a assistir no decorrer de toda esta crise é um vivo alerta dos métodos a que a reacção é capaz de recorrer».

No decorrer da sua intervenção, o representante da União da Juventude Comunista saudou os gloriosos combatentes do Movimento Popular de Libertação de Angola, único e legítimo representante do povo de Angola.

A encerrar o comício, falou o camarada Álvaro Cunhal, cujo improviso a seguir reproduzimos.

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

Não vos irei fazer um discurso. Direi apenas algumas palavras sobre a situação política actual, as perspectivas e os perigos que se nos apresentam. Mas em primeiro lugar, uma vez que se trata do dia da Juventude, não quero deixar de começar por saudar a Juventude Comunista, juventude de trabalhadora e juventude estudantil, e de expressar a confiança que nela tem o Partido Comunista Português e a certeza de que em todas as condições, mesmo as mais difíceis, os jovens comunistas estarão e saberão estar à altura dessa confiança.

Este nosso comício tem lugar num momento difícil e perigoso da nossa Revolução. Há perigos tanto para o prosseguimento da Revolução no caminho do socialismo como para as próprias liberdades. Os fascistas e reaccionários só por si não estariam em condições de interromper o caminho para a democracia e para o socialismo. Se se apresentam perigos na situação actual é porque algumas forças tradicionalmente antifascistas, forças que seria de esperar estivessem com o nosso povo na luta pelas liberdades e pelo socialismo, uma vez que se afirmam democratas e socialistas, essas forças, para lutarem contra a esquerda revolucionária, contra as forças operárias, contra aqueles que querem verdadeira democracia em Portugal, se aliam às forças da direita. E essa aliança vai longe. Não vai apenas até ao PPD, já por si um partido reaccionário, mas até na prática, nas iniciativas, ao CDS e aos fascistas das organizações clandestinas.

A «SANTA ALIANÇA»

Isto aparece com evidência quando nós vemos uma grande manifestação como aquela que deve estar a ter lugar no Terreiro do Paço, vemos juntos, numa «santa aliança», não só o Partido Socialista, o PPD e o Partido Popular Monárquico, mas toda uma mistura de grupos e gente que, nas próprias palavras de ordem que apresenta, mostra bem que são de mentalidade fascizante.

Não sei se os camaradas leram as palavras de ordem da manifestação de mulheres que estava convocada. São palavras de ordem de intolerância, palavras incitando ao crime, palavras de provocação reaccionária.

Os manifestos que distribuíram alguns grupos provocatórios como o ELP, como o chamado PCP(m-l), eram também incitamentos ao crime, incitamentos a acções violentas contra as forças revolucionárias e elementos progressistas.

Esta grande «santa aliança» do Partido Socialista com o PPD a que se junta depois toda a massa contra-revolucionária do nosso país, todos os elementos que querem restaurar o fascismo, dá-nos este panorama dum grande manifestação, em que todos estes elementos estão unidos pelo seu ódio ao movimento operário, à causa dos trabalhadores, ao curso que queremos dar à nossa Revolução para terminar com a explo-

A SOLUÇÃO DA CRISE

Hoje vivemos uma situação tensa, porque as forças reaccionárias se sentem animadas com as iniciativas que tiveram nos últimos dias, no Porto e em Faro, seguem na esteira do Partido Socialista e aproveitam o caminho aberto pelo Partido Socialista e pelo PPD, para se confundirem com esses partidos e

do nosso País, aquelas que se dizem democratas, aqueles que se dizem antifascistas, aqueles que querem na verdade uma sociedade de progresso social e de bem-estar do nosso povo, se unam na luta contra a reacção fascista, esteja ou não esteja mascarada, e na luta pela defesa das liberdades e pelo prosseguimento da nossa Revolução a caminho do socialismo.

Eu creio, camaradas, que se justifica que nós, no momento em que as forças de extrema-direita, as suas organizações clandestinas de carácter terrorista, se podem lançar a algumas loucuras no nosso país a ver se rompem mais rapidamente no sentido dum governo reaccionário.

cularmente vigilantes, particularmente prontos a acorrerem, como aqui foi dito pelos nossos jovens camaradas, onde for necessário em defesa do seu

Partido, em defesa da sua pátria, em defesa das liberdades, em defesa da Revolução.

Conhecemos as publicações clandestinas que se distribuem no nosso país. Se os camaradas lessem esses documentos, esses manifestos, certamente veriam as palavras de ordem, os apelos à morte dos comunistas. Mas podemos ver mais. Podemos ver, em grandes manifestações, em grandes comícios, em grandes concentrações, que se dizem realizar para a defesa das liberdades e contra a ameaça de

Viva Portugal Democrático a Caminho do Socialismo!

HOMENAGEM AOS REVOLUCIONÁRIOS SOVIÉTICOS E SOLIDARIEDADE AO MPLA

«A inauguração de mais esta iniciativa é uma significativa demonstração da vitalidade da nossa organização, apesar do período difícil que se atravessa, quando a reacção está a querer retomar a ofensiva e, de novo, pôr em causa as conquistas do 25 de Abril», afirmou o camarada Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, na jornada inaugural do Festival Popular de Outono, realizada no passado sábado.

Proseguindo, o camarada Joaquim Gomes salientou: «A nossa festa inicia-se quando decorrem as comemorações da Grande Revolução de Outubro, com a passagem de alguns filmes que nos mostrarão a realidade socialista. Nós imprimimos também a esta nossa realização um cunho internacionalista, prestando assim a nossa homenagem aos heróis do Grande Outubro que, com a sua luta e sacrifício, iniciaram uma nova etapa na vida da humanidade».

«O internacionalismo — acentuou o camarada Joaquim Gomes — tem para nós, comunistas e trabalhadores portugueses, um alto significado. Durante quase meio século, sofremos a opressão fascista, mas também durante estes longos anos muitas vezes sentimos o valor da solidariedade internacional. E agora, que vivemos em liberdade, temos o dever de levar a nossa solidariedade aos povos que ainda sofrem a opressão do fascismo e da reacção».

Referindo-se à jornada de solidariedade com a luta do povo angolano, o camarada Joaquim Gomes disse: «Ao dedicarmos um dia à solidariedade com os povos irmãos de Angola, nós cumprimos um dever para com os heróis e sacrificados combatentes angolanos que, com a sua luta heróica, deram uma inestimável contribuição para a nossa libertação da repressão fascista. Desde sempre nós estivemos com o MPLA, sempre reconhecemos este Movimento como o único verdadeiramente representativo do povo de Angola».

E mais adiante: «Perante as manobras imperialistas e colonialistas que querem prolongar a opressão e exploração dos angolanos, não podemos deixar de protestar e, ao mesmo tempo, garantir aos camaradas do MPLA que estamos com eles e ao seu lado até à libertação total de Angola».

«CONDENAMOS A ARGUMENTAÇÃO DO DINAMITE»

Proseguindo a sua intervenção, o camarada Joaquim Gomes referiu-se à actual crise política, afirmando: «Estamos a atravessar uma crise muito aguda. O inimigo não desama. A reacção, a que se juntam aqueles que se dizem ser democratas e, até, socialistas, querem a todo o custo fazer andar para trás a nossa Revolução. Em 28 de Setembro, em 11 de Março,

como agora, as forças da direita lançam mão de todos os meios, utilizando todas as calúnias e intrigas, para acirrar o anticomunismo, para colocar as pessoas mais simples e despolitizadas contra o processo revolucionário».

«Fala-se muito da crise de autoridade — disse o camarada Joaquim Gomes —, de indisciplina, etc. Efectivamente, quando acellamos participar no VI Governo, uma condição que pusemos foi que fosse restabelecida a autoridade. Que se desse caça aos bandos fascistas que mandavam destruir os nossos Centros de Trabalho. Porém, não é isso a que temos vindo a assistir. Até agora a repressão feita pelo VI Governo não tem estado voltada contra as hordas terroristas, mas contra os democratas e trabalhadores. A forma como se resolveu a questão da Rádio Renascença não pode deixar de merecer a nossa desaprovação. Condenamos os actos terroristas. Condenamos a argumentação do dinamite, até porque ela revela aventureirismo e desespero. Como pode um Governo utilizar métodos que deveria ser o primeiro a condenar? Os trabalhadores, os democratas, os antifascistas, todos os revolucionários têm de protestar contra a utilização de tais métodos».

Mais adiante o camarada Joaquim Gomes afirmou: «A reacção interna e externa, a que se juntam a social-democracia e sociais-democratas, todos os inimigos jurados da nossa revolução, já demonstraram a tudo estarem dispostos para liquidarem as conquistas democráticas do povo português».

«O seu ódio ao progresso — prosseguiu Joaquim Gomes —, à marcha irresistível do nosso país para o socialismo é tal que não lhes repugnaria que Portugal fosse de facto o Chile da Europa. Não lhes repugnaria encontrar o seu Pinochet. Mas o povo português, os verdadeiros revolucionários, não o permitirão. Todos juntos, prontos a todos os sacrifícios, cortaremos o passo aos que querem encaminhar o país numa tal direcção».

E o camarada Joaquim Gomes afirmou a terminar a sua intervenção:

«Quando os povos se decidem a vencer, eles são invencíveis. Nem os inimigos internos ou externos são capazes de os vencer. O Vietname é um grande exemplo o povo português não o esquecerá».

O FESTIVAL PROSSEGUE

O Festival Popular de Outono, iniciativa do Comité Local de Lisboa do nosso Partido, prossegue hoje com uma jornada dedicada ao «Avante!», realizando-se um Cantto Livre em que participam Samuel, Carlos Paredes, Céu Guerra, Armando Caldas, José Osório e o quarteto Intróito.

Amanhã estarão presentes no Mercado do Povo Adriano Correia de Oliveira, José Afonso, Pedro Osório, Carlos Alberto Moniz e Maria do Amparo.

A parte da manhã de sábado é dedicada a actividades infantis, realizando-se à tarde um comício com a presença de um camarada da direcção do nosso Partido. À noite haverá uma sessão de fados.

Finalmente, no domingo, dia de encerramento do Festival Popular de Outono, dedicado à Reforma Agrária, realizar-se-á um comício com um camarada da direcção do PCP e, à noite, haverá uma sessão de teatro.



Aspecto do comício realizado no domingo no Mercado do Povo. Fora do pavilhão, milhares de pessoas escutaram as intervenções através de altifalantes

ração do homem pelo homem no nosso país. Destas forças são de esperar não apenas as batalhas políticas, são de esperar as provocações mais baixas, que em palavras nós já conhecemos, mas que podem também aparecer em actos.

VIGILÂNCIA CONTRA A REACÇÃO

Sabemos que os fascistas foram capazes em 1933 de fazer na Alemanha a grande provocação que foi o incêndio do Reichstag. Eles deitaram fogo ao Parlamento para acusarem desse incêndio os comunistas. E fizeram fuzilar os comunistas e condenaram os comunistas, e foi a partir daí que desencadaram toda uma ofensiva terrorista para ilegalizar primeiro o Partido Comunista da Alemanha, e para, depois, massacar milhares, centenas de milhares de comunistas e de outros homens progressistas e democratas da Alemanha.

Quando conhecemos toda essa experiência histórica das provocações de que é capaz o fascismo, devemos também estar prevenidos contra as provocações que nos podem reservar os fascistas portugueses.

A prevenção contra as provocações exige não só vigilância contra as actividades da reacção, mas também vigilância, e particular vigilância, em relação a elementos mais impetuosos, a elementos politicamente mais nervosos, a elementos que julgam que num dia podem resolver e realizar tarefas para as quais se necessitam, por vezes, um tempo mais vasto, e julgam que com acções precipitadas, por vezes com uma acção que pretende obter a vitória num só dia, podem ser fácil presa dos provocadores que estão por trás, que os podem lançar ou animar a actos que se confundem com actos provocatórios.

No momento actual, particular atenção, particular vigilância é necessário termos para opor a

para, escondendo ainda a sua verdadeira face nazi, fascista-nazi, conseguirem ganhar terreno e conseguirem apresentar-se como defensores de um governo que se diz democrático. Não tenhamos dúvidas de que, se esse curso político for seguido, se as forças reaccionárias e os oportunistas de direita conseguirem uma remodelação dos órgãos do poder, civil e militar, no sentido da direita, se conseguissem o saneamento dos oficiais revolucionários fiéis à Revolução, se conseguissem o saneamento dos órgãos do Estado no sentido da direita, se conseguissem formar um governo mais à direita do que o actual, com a saída dos comunistas do governo, podemos estar certos de que esse governo, esse poder, não iria governar em liberdade, mas recorreria cada vez mais à repressão, além do mais para contrariar a resistência que o nosso povo oporia a uma política de direita. Uma tal política abriria facilmente caminho à instauração de uma nova ditadura.

E por isso que nós insistimos, na situação actual, é necessário procurar e apontar uma solução política e, no entender do Partido Comunista Português, essa solução política, ao nível dos órgãos do poder, passa por um reforço de reunificação e de reaproximação das tendências revolucionárias do MFA, para o reforço das suas estruturas superiores, com uma representação mais forte das tendências revolucionárias no próprio Conselho da Revolução, e no que respeita ao governo passa, não por uma viragem à direita, não pelo reforço dos sectores direitistas do governo, mas pelo afastamento daqueles que estão no governo não para defender as liberdades mas para liquidá-las, não para defender a Revolução mas para conspirar contra ela, ou seja, passa pelo afastamento do PPD e por uma representação mais larga no governo dos sectores revolucionários.

Pensamos que isto se pode obter de uma maneira pacífica, com uma solução política, mas é necessário que os responsáveis

rio e da instauração de uma nova ditadura, eu creio que é o movimento adequado para fazermos a todos aqueles portugueses, a todos os portugueses, quaisquer que sejam as suas tendências políticas, quaisquer que sejam as suas crenças religiosas, quaisquer que sejam as suas zangas em relação a nós, comunistas, mas que querem assegurar a defesa das liberdades, que querem impedir o regresso do nosso país ao fascismo, que querem garantir as conquistas essenciais da Revolução já alcançadas (as nacionalizações, a reforma agrária, uma política social mais avançada em benefício das classes trabalhadoras), nós fazemos um apelo para que se unam aos comunistas a todos aqueles que querem na verdade defender as liberdades e o progresso social na nossa pátria e que, independentemente das opiniões políticas, avancemos

nos vários sectores de trabalho, nos vários domínios de actividade, nos campos do poder, nas oficinas, nos campos, em todos os lugares de trabalho, na defesa dos interesses dos trabalhadores, na defesa das liberdades e na luta contra esse perigo real que existe vindo da direita fascista, da direita reaccionária, esteja ou não disfarçada atrás dos cartazes e das bandeiras do PPD, do CDS e doutros partidos que dizem querer observar as liberdades democráticas.

Se nós, comunistas, o Partido, fazemos esse esforço de unidade, de unificação de forças progressistas, de forças democráticas, os nossos jovens comunistas, trabalhadores ou estudantes, junto das massas da juventude, devem também ter uma política semelhante. Não se isolarem dentro das suas organizações, mas abrirem a sua actividade para todos os outros jovens, quaisquer que sejam as suas correntes políticas ou crenças, para juntos defenderem os interesses da juventude e do povo trabalhador, as liberdades no nosso país, a nossa revolução. Que se conduza uma luta séria contra todas as manifestações de sectarismo e que todos os jovens se unam juntamente com o povo trabalhador, com as forças democráticas e de progresso social na defesa da Revolução portuguesa. Que o nosso povo veja algo abrir caminho para uma sociedade sem exploração do homem pelo homem, será nesse caminho que marchará, e não pelo caminho dum social-democracia que nos conduziria mais dia menos dia à instauração de uma nova ditadura terrorista.

A VITÓRIA É DIFÍCIL, MAS É NOSSA!

É com confiança que nós encaramos o futuro, mas o presente e o futuro que nós sabemos unir, que reforçamos a nossa organização e que multiplicamos todas as nossas acções pequenas e grandes, em defesa da Revolução.

Hoje, aqui, há certamente muitos militantes comunistas. Contam-se pelos punhos que se levantam, e são muitos, e há muitos que não são, naturalmente, comunistas. Mas aos militantes comunistas, eu lembro que, independentemente das horas que possam depender do festival, pois que se lembrem também dos centros de trabalho do seu partido. E a juventude comunista que se lembre também dos centros de trabalho da juventude. E que esta noite, mesmo não sendo muitos, que alguns se lembrem que é uma noite que necessita particulares cuidados, que é uma noite em que é preciso estarem parti-

URGE ESMAGAR O TERRORISMO FASCISTA

Encobertos pela passividade das autoridades, os terroristas ao serviço da reacção e do fascismo continuam a atentar contra o processo revolucionário

Prosseguem os atentados da reacção favorecidos pela impunidade de que têm beneficiado de modo visível. Mas, paralelamente, reforça-se a vigilância popular e as massas trabalhadoras unem-se numa muralha na qual a reacção está historicamente condenada a perecer.

No Norte, cenário em que maior é a vontade das forças contra-revolucionárias, continuam os ataques terroristas. Eis alguns exemplos.

Na madrugada do passado dia 6 reventaram mais dois petardos no Porto: um, cerca das 4 horas, destruiu, por completo, o automóvel do economista António Filipe dos Santos, tendo sido estilhaçadas janelas e vidros de residências das proximidades; o outro atentado verificou-se em Vila Nova de Gaia, na Rua Sá da Bandeira, também num automóvel.

Na madrugada do passado dia 7, foi frustrado um acto terrorista que tinha como alvo os estúdios do Rádio Clube Português no Porto, na Rua Tenente Valadim, o qual, a verificar-se, se revestia de consequências irreparáveis. Foi, no entanto, detectada por um guarda da PSP e um funcionário do emissor a carga do TNT cujo rastilho se apagou.

Pouco depois, pelas 6 horas, foi

arremessada uma carga plástica para o jardim fronteiriço, cuja explosão veio também a quebrar vidros de residências próximas. Na mesma madrugada, em Valpaços, rebentou um petardo sobre um automóvel estacionado no Largo Camões e pertencente a Adelino Costa, membro da Comissão Administrativa da Câmara local.

Na madrugada do dia 9 foi colocada uma carga explosiva na caixa de correio de um dirigente do Sindicato da Panificação, João Paulo da Silva Rodrigues, como forma de intimidação contra a justa luta dos operários da panificação.

PORQUE NÃO ACTUAM AS AUTORIDADES?

As acções terroristas têm-se vindo a intensificar no concelho de Portalegre. Os seus promotores, embora identificados, continuam impunes. Como justificá-lo? Como o justificam os que tanto falam de ordem e disciplina?

Como se justifica, por exemplo, o que aconteceu no passado dia 8, quando a Comissão Concelhia de Castelo de Vide do PCP festejava com um baile o aniversário da Revolução Socialista; um bando de

terroristas, comandados por Joaquim Mendes Maridhalho (Beirão), João Carrilho Afonso (conhecido pelo Tira Pelas da Ribeira de Nisa) e Joaquim Carrilho Miranda, do Café Império, além de ameaçar as pessoas que pretendiam ir ao baile, tentaram agredir os camaradas que se encontravam já no interior do recinto, tendo chegado a ferir um na cabeça, com um ferro, destruindo o automóvel de um dos militantes do PCP e impedindo a realização da festa.

Esta acção, para além de representar um sério atentado às liberdades democráticas, tenta ainda fazer crer que é a população trabalhadora do concelho é reaccionária.

As autoridades, informadas do ocorrido, sabem quem são os agressores reaccionários. Porque não actuam?

ASSALTADO MAIS UM CENTRO DO PCP

No seguimento de toda uma série de calúnias e provocações reaccionárias por parte de alguns

retornados da região de Alfândega da Fé, no distrito de Bragança, foi assaltado no passado domingo, por um grupo de reaccionários, o CT do nosso Partido.

Cerca das 18,30 horas houve uma primeira tentativa por um grupo de indivíduos que pretextavam andar a ver uma casa ao lado, para verificarem se havia um incêndio. Após uma troca de impressões aqueles indivíduos conseguiram ser afastados.

De seguida — tudo parecia estar preparado — apareceram cerca de 20 indivíduos, de entre os quais muitos retornados que, depois de arrombarem a porta, entraram no Centro de Trabalho, imobilizando os únicos dois camaradas que ali se encontravam.

Depois, foi a destruição de tudo o que se encontrava no interior do Centro. Tudo foi arremessado para a rua e al incendiado. No interior, pintaram as paredes e rasgaram todos os cartazes.

Entretanto, são bem conhecidos de todos aqueles que mais se destacaram no assalto: Álvaro Ribeiro, Fernando Simões, Manuel Serrano, Manuel António Velho, Joaquim Araújo, Joaquim Gomes, ou Carolino Gomes, de entre outros.

Retornados? Que importa? São reaccionários!

O POVO DO NORTE DIZ NÃO À VIRAGEM À DIREITA



A classe operária, os camponeses, os soldados e marinheiros e outras massas trabalhadoras têm-se manifestado firmemente contra a viragem à direita, contra os saneamentos à esquerda, contra a liberdade revolucionária.

Assim, aconteceu na grande manifestação unitária que se realizou na passada semana no Porto, convocada pelas comissões de trabalhadores das firmas Alumina e Secca e pela Comissão de Rendeiros de a DORN do nosso Partido e o MDP/CDE, constituiu uma firma demonstração da combatividade da classe operária e das massas trabalhadoras.

Milhares e milhares de trabalhadores, a que se juntaram muitos soldados, concentraram-se na Praça Humberto Delgado e, daí até ao Governo Civil, mostraram claramente a sua disposição de se oporem a uma política de direita. Do Governo Civil até ao Quartel-General da RMN, e particularmente aqui, o portentoso caudal revolucionário fez ouvir a sua voz de explorado, a voz proletária do povo do Norte, a sua activa solidariedade com a luta dos soldados revolucionários.

As massas populares do Norte deram mais uma firme prova da sua total dedicação ao processo revolucionário.